



Usos Linguísticos

DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Denilson P. de Matos
Organizador



Usos Linguísticos

DESCRIÇÃO E ANÁLISE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitora BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA
Pró-Reitora PRPG MARIA LUIZA PEREIRA DE ALENCAR MAYER FEITOSA



EDITORIA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisora de Administração GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE
Supervisor de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR
Supervisor de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

ADAILSON PEREIRA DE SOUZA (Ciências Agrárias)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Linguística, Letras e Artes)
FABIANA SENA DA SILVA (Interdisciplinar)
GISELE ROCHA CÔRTEZ (Ciências Sociais Aplicadas)
ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (Ciências Exatas e da Terra)
LUANA RODRIGUES DE ALMEIDA (Ciências da Saúde)
MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (Engenharias)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Humanas)
MARIA REGINA VASCONCELOS BARBOSA (Ciências Biológicas)

Denilson Pereira de Mattos

ORGANIZADOR

Usos Linguísticos

DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Editora UFPB
João Pessoa
2018

Direitos autorais 2018 – Editora UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Impresso no Brasil. *Printed in Brazil.*

Projeto Gráfico EDITORA UFPB
Editoração Eletrônica ALICE BRITO
Projeto de Capa HOSSEIN ALBERT CORTEZ

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

U86 Usos linguísticos: descrição e análise / Denilson Pereira de Matos (organizador). - João Pessoa: Editora UFPB, 2018.
170 p.
ISBN: 978-85-237-1383-6
1. Linguística. 2. Uso da linguagem. 3. Linguagem – Descrição e análise. I. Matos, Denilson Pereira de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 81

Livro aprovado para publicação através do edital nº 4/2017-2018, financiado pelo programa de Apoio a Produção Científica - Pró-Publicação de Livros da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

EDITORA DA UFPB

Cidade Universitária, Campus I – s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
<http://www.editora.ufpb.br>
E-mail: editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:



*Às irmãs de jornada:
Ana Rita de Matos Fernandes,
Angela de Matos Fernandes,
Maria Ivandeide S. Rita.
Elas conhecem bem minha trajetória e dela fazem parte.*

Sumário

Apresentação.....	9
1 – O se reflexivo com verbos não acionais: dessemantização, prototipicidade e gramaticalização	15
<i>Maria Soares de Araújo</i>	
<i>Denilson P. de Matos</i>	
2 – La construcción de dativo genérico en el español coloquial de Buenos Aires	39
<i>Mabel Giammatteo</i>	
3 – Ficar: o verbo mais gostoso do mundo: gramaticalização e abstratização do verbo ficar no Português do Brasil	59
<i>Maria Cristina Moraes de Carvalho</i>	
<i>Dioneiy Moreira Gomes</i>	
4 – A multifuncionalidade do item lexical <i>curtir</i> em postagens do facebook.....	79
<i>Adílio Junior de Souza</i>	
<i>Denilson P. de Matos</i>	
5 – O conector lógico-argumentativo “daí que” no português contemporâneo.....	101
<i>Ana Beatriz Arena</i>	
<i>Mariangela Rios de Oliveira</i>	
6 – A funcionalidade das adjetivas em notícias e editoriais: uma questão de gênero?	117
<i>Vania Lúcia Rodrigues Dutra</i>	
<i>Magda Bahia Schlee</i>	
7 – Análise canônica do pronome SE_{VR} com verbos não acionais no constructo da oração: uma questão de uso	141
<i>Denilson P. de Matos</i>	
<i>Otília E. C. Sousa</i>	
<i>Maria Soares de Araújo</i>	

Apresentação

“Usus frequens omnium
magistrorum
praecepta superat”¹
(Cícero)

Há muito tempo que o ser humano se preocupa com a comunicação. É de épocas longínquas o interesse pelas causas e efeitos do que dizemos um ao outro, nas interações do dia a dia ou até mesmo em nossos diálogos internos e que travamos uma conversa silenciosa conosco. No século XX, a língua passou a ser admitida como objeto de estudo, por intermédio de uma ciência da linguagem propriamente dita, ainda que analisada por meio de um signo dual. Nestas e em outras fases, o ser humano sempre esteve preocupado com a comunicação em suas mais diversificadas manifestações e modalidades, sob a engenharia de recortes e objetos múltiplos. Neste sentido, os estudiosos de outrora e os mais modernos indicam na mesma busca para tentar entender, por exemplo; por qual motivo um conjunto de usos é mais eficiente num determinado contexto pragmático discursivo e em outros não; algumas estruturas linguísticas são selecionadas por certos usuários e por outros não; seria inadequado considerar a morfossintaxe, a semântica e a pragmática fora de uma tríade interdependente. Estas são algumas das inquietações dos autores desta coletânea: Usos linguísticos: descrição e análise que apresentamos neste momento à academia. As expectativas de cada autor, cada grupo de pesquisadores, em suas respectivas instituições de trabalho (nacional ou internacional), refletem sobre o que ocorre, como se usa e em que contexto ocorre a língua para se chegar aos intentos e interesses dos respectivos usuários.

Nesta acepção, a língua é observada em sua face mais dinâmica. Os autores, em parceria ou individualmente, demonstram por meio dos seus respectivos capítulos como observam o funcionamento da língua em suas variadas faces. A discussão sobre: pronome reflexivo; a construção dos dativos genéricos;

1 O uso frequente supera os preceitos de todos os mestres.

a ocorrência de um conector lógico-argumentativo; de um verbo polissêmico; de um item lexical; ou mesmo de orações adjetivas num determinado gênero textual explicitam a conveniência de se observar a língua em seu movimento peculiar, mas também de verificar as possibilidades que podem surgir de um estudo que admite uma gênese da experiência, observando cada fenômeno como uma possibilidade dentre de tantas outras.

Convém esclarecer a principal lógica motora que gerou esta coletânea. Neste sentido, se pensarmos em termos de uma postura filosófica, a obra é movida por uma aptidão pragmatista, não só numa versão peirciana, de um triângulo ad infinitum, no contínuo de construção de sentidos, múltiplos interpretantes, mas também, numa visão de Dewey que vislumbra uma filosofia democrática, mutável e aberta. Portanto, de alguma maneira, todos os capítulos desta obra estão movidos deste discernimento, que nos faz admitir que é possível, por meio da descrição e análise da língua/linguagem, identificar e perceber os comportamentos humanos confirmados por meio de suas atitudes e construções linguísticas, as quais, passo a passo, vão construindo o homem ao longo do tempo. Na mesma direção, a motivação wittgensteiniana inspira este projeto chamado *Linguística e Uso: descrição e análise*, posto que, seja de uma maneira mais direta ou mais ampla e panorâmica, a reflexão sobre o uso como gerador de significado apresenta-se em todos os capítulos. Para tanto, cada autor, cada colaborador e parceiro de trabalho de pesquisa, nas suas frentes de estudos, propõem em seus capítulos uma reflexão sobre o uso e a língua/linguagem.

Nesta ambiência reflexiva, em que se considera a dinamicidade da língua em um *continuum* de ocorrências desenvolvidas em um processo, em uma lógica que reconhece a estrutura e função linguística numa parceria macro ou micro funcional-estrutural, é possível assumir-se que esta coletânea concebe uso numa gramática que transcende uma gramática formal (ou uma noção erudita de gramática tradicional e normativa), pois nota, nos usos, uma possibilidade efetiva de estudar-se a língua, buscando o tal caráter dinâmico envolto numa concepção filosófica da linguagem de égide deweyana. Por isto, é compreensível que o funcionalismo linguístico em suas inúmeras versões componha o cabedal teórico desta coletânea que cede aos interesses da linguística

funcional: mais clássica; ou centrada no uso (FLCU); ou sistêmico-funcional; ou funcional por essência, menos formal.

A ordenação dos capítulos transparece as diferentes possibilidades de se estudar os usos linguísticos, a partir de múltiplos corpora, textos e recortes teóricos, independente do objeto que se tenha decidido estudar.

O capítulo 1 “O se reflexivo com verbos não acionais: dessemantização, prototipicidade e gramaticalização” propõe compreender a integração destes três fatores de descrição e mudança linguística na análise do pronome se reflexivo variante, com verbos não acionais. O mesmo objeto de estudo é tratado novamente, por Matos, Sousa e Araújo, todavia, no capítulo 7, “Análise canônica do pronome SE_{VR} com verbos não acionais no constructo da oração: uma questão de uso”, os autores observam o pronome SE reflexivo (SE_{VR} : se variante reflexivo), indicando a escassez de uma análise pragmática da morfossintaxe deste fenômeno linguístico, que integre noções de canonicidade e gramaticalização.

No capítulo 2, Giammatteo, embora não esteja focada em discutir o pronome em si, apresenta, em seu estudo, algumas construções pronominais do espanhol de Buenos Aires, a partir de corpus coloquial, construído de trocas e interações em redes sociais. O ponto central do trabalho é o interesse pelo denominado dativo genérico, conforme o título do capítulo 2 sugere: “La construcción de dativo genérico en el español coloquial de Buenos Aires”.

Nos capítulos 3 e 4 constam dois estudos sobre verbo. E é muito interessante observar que em cada capítulo há uma abordagem distinta e os dois verbos elencados pelos autores são observados sob o olhar da gramaticalização, abstratização e lexicalização. No capítulo 3, “Ficar: o verbo mais gostoso do mundo: gramaticalização e abstratização do verbo ficar no português do Brasil”, além do título peculiar e sugestivo, Gomes e Carvalho sugerem análise do verbo ficar no português do Brasil, motivados pela Linguística Centrada no Uso, assumindo, também, o suporte da Sociolinguística, tendo em vista que, para os autores, verificar a influência da variável idade nos usos do verbo em estudo é uma combinação promissora.

Por outro lado, Souza e Matos, no capítulo 4, “A multifuncionalidade do item lexical curtir em postagens do facebook”, observam o verbo curtir,

valorizando seu viés lexical. A utilização da plataforma virtual facebook dá ao capítulo 4 uma feição atual e intrigante. Os autores buscam observar a mudança linguística do item curtir que, em tese, se efetiva por meio da lexicalização.

No capítulo 5, Oliveira e Arena admitem a microconstrução “daí que” como um pareamento específico de sentido e forma. Admitem que este combinado pode ser reconhecido como mais um elemento da classe dos conectores da gramática do português. Esta postura, presente no capítulo 5, “O conector lógico-argumentativo ‘daí que’ no português contemporâneo”, reforça a convicção de que a observação dos usos linguísticos permite análises e resultados inovadores.

O capítulo 6 de Dutra e Schlee analisam a oração adjetiva em busca de identificar a funcionalidade possível deste tipo de cláusula em notícias de editoriais. O ponto relevante deste trabalho é a busca das autoras no sentido de reafirmar a relação que há entre os usos, manifestados em construções sintático-semânticas, e os gêneros textuais. Possivelmente, refletindo-se no viés ensino, talvez seja mais um momento do livro em que se possa pensar em outras estratégias e métodos para um novo fazer da aula de língua portuguesa, quando se ensinar período composto, por exemplo. É, também, neste capítulo 6, “A funcionalidade das adjetivas em notícias e editoriais: uma questão de gênero?” que a versão sistêmico-funcional está mais explícita na coletânea.

Ainda sobre a apresentação de Usos linguísticos: descrição e análise, considero oportuno valorizar o aspecto exógeno da obra que traz pesquisas e pesquisadores de regiões muito além da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituição, donde originam-se parte dos autores presentes nesta coletânea. Portanto, a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade de Brasília (UNB), o Instituto Federal de Goiás (IFG), a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Universidade Regional do Cariri (URCA) estão representadas por seus pesquisadores nesta obra. Também merecem destaque, as contribuições internacionais providas da Universidad de Buenos Aires (UBA), da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) e da Universidade de Lisboa (UL).

Por fim, considero oportuna a publicação deste livro e veja-a como uma possibilidade muito conveniente de se divulgar os trabalhos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros que percebem no uso da língua uma concreta oportunidade de se desenvolver a pesquisa linguística. Valorizando o funcionamento das estruturas, construtos, cláusulas, textos e discursos, tendo em mente que necessidades comunicativas podem influenciar a forma de uma língua.

Prof. Dr. Denilson P. de Matos

Prof. Associado UFPB

Docente permanente Proling

1 – O se reflexivo com verbos não acionais: dessemantização, prototipicidade e gramaticalização

Maria Soares de Araújo

Denilson P. de Matos

Introdução

Para compreender a integração destes três fatores de descrição e mudança linguística na análise do pronome reflexivo variante, com verbos não acionais, é necessário entender que se cruzam e ajudam a analisar funcionalmente este item linguístico SE, com verbos não acionais. A gramaticalização resulta de um processo de analogia (passado e presente) e de reanálise (mudança de regras). No entanto, este estudo é de gramaticalização, não é de analogia e nem de reanálise.

Como se trata de mudança numa visão de funcionalidade moderada, é natural que se considere um processo em mudança e que considere a paridade reflexiva com verbo acional e reflexiva com verbo não acional, sem necessariamente vislumbrar um modelo estanque. Como neste estudo a pragmatização acontece mais no plano da semantização, convém destacar a importância do cruzamento entre os três fatores para dar conta da análise de forma mais precisa, e não simplesmente para seguir um modelo que não cumpra com a análise que se deseja resolver.

Dessemantização tem uma relação com mudança de sentido de concreto para abstrato; prototipicidade tem seus traços e propriedades no estudo das categorias que, na passagem de uma categoria a outra, pode fluir uma categoria menos prototípica; a gramaticalização é a mudança de uma instância para outra, ou uma propensão à mudança. Assim este estudo é de gramaticalização e não de analogia e reanálise, que atinge um resultado que não está pronto, mas em constante alteração no uso.

O estudo do item **SE_{VR}**, pronome reflexivo, com verbos não acionais, não consegue se justificar sem considerar três elementos: a paridade, categoria,

e estágios ou evolução, tendo como ponto de ebulição, a dessemantização. Estes três fatores têm algo em comum: abstratização dos domínios (se com verbo de ação e se com verbo não acional), que leva a dessemantização a cruzar o espaço da prototipicidade (enfraquecimento dos traços específicos da categoria) e o espaço da gramaticalização.

Este estudo não é uma reanálise, não é uma analogia, utiliza-se da paridade para explicar o processo de mudança numa visão funcional mais moderada. Trata-se de um estudo de semantização e pragmaticalização na análise de enunciados de um *corpus* em português brasileiro da Linguoteca, disponível ao público pesquisador. Este estudo não é base de reanálise, nem de analogia, mas de gramaticalização.

O *Corpus* Brasileiro é uma coletânea de aproximadamente um bilhão de palavras de português brasileiro, resultado de projeto coordenado por Tony Berber Sardinha, (GELC, LAEL, Cepril, PUCSP), com financiamento da Fapesp. Dos mais de cinco mil exemplos, analisou-se mil exemplos, vinte por cento do total. Os exemplos são retirados de textos orais e escritos online. Os textos são retirados de gêneros: artigo acadêmico do tipo tese e dissertações, anais de congresso, cinema, tv roteiro, educação diversa, enciclopédia esportiva, narração de jogos de futebol, manual de informática, jornalismo revista, jornalismo horóscopo, entrevista jornalística, legislação diversos, literatura contos, literatura crônica, literatura variada, literatura biográfica, medicina bula, remédio e política, atas de assembleia legislativa, políticas e debates legislativos, TV política e pronunciamentos, sessões políticas do congresso, religião diversos, relatórios técnicos, e manuais diversos. Pela entrada de acesso, foram solicitados exemplos com o item SE_{VR} , muito frequente no *corpus*, o que demonstra a ativa atuação do pronome reflexivo com verbos não acionais.

Voltando a teoria, foram muitas as expressões que anteciparam o termo dessemantização, dentre eles a noção de “reflexivo dinâmico”, em um estudo histórico por Lima (2006), “reflexivos inerentes”, em um estudo pancrônico de Pereira (2006), “falso reflexivo” por Macambira (1986), “partícula integrante com verbos pronominais” com verbos de sentimento, unânime pelas gramáticas normativas e “variante oblíqua” pelas gramáticas históricas. Na verdade, a confusão da gramática normativa tradicional é por deixar uma lacuna sem analisar as funções do **SE** com verbos não acionais.

Assim também, muitas expressões poderiam antecipar o termo prototipicidade, dentre elas a noção de arquí (arquifonema, arquipronome), por

associação ao termo usado por Câmara Jr. “arquifonema”; protopronome por associação ao termo protolíngua, pelos comparatistas do século XIX; pronome substantivo, unânime pelas gramáticas normativas tradicionais, pronome de padrão oblíquo pelas gramáticas históricas para diferenciar das variantes.

Muitas também foram as expressões que anteciparam o termo gramaticalização, dentre eles, o termo estágio usado por Meillet, na linguística comparada; transferência em Martinet para determinar a intermediação entre as categorias do tipo “substantivo” e “verbo”; finitudes e infinitudes das categorias em Perini; palavras substantivadas em pronomes, unânime pelos gramáticos; categoria e subcategorias dos pronomes variantes nas gramáticas históricas.

Este estudo investiga os processos de mudança linguística do pronome reflexivo com verbos não acionais, compreendendo a zona de cruzamento entre dessemantização, prototipicidade e gramaticalização, na análise de sentenças de um *corpus* do português brasileiro da Linguoteca. Este *corpus* se constitui de excertos de textos orais e escritos, retirados de diversos gêneros (artigos, narração de jogos, documentos da biblioteca da Câmara etc.). O *corpus* mostra a maior frequência de uso do pronome reflexivo com verbos não acionais. O objetivo principal é entender pela visão da gramaticalização o processo de mudança e descrição linguística que não pode deixar de incorporar a noção de prototipicidade e dessemantização.

Esta investigação segue uma proposta de modelo de estudo com base na Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). De acordo com Barros (2016, p. 15):

A LFCU é resultado da fusão entre pesquisa de Linguística Funcional e da Linguística Cognitiva. Para a LFCU, a língua se manifesta no uso e é uma consequência do arranjo harmônico entre elementos linguísticos cognitivamente articulados. Esse modelo teórico propõe que a análise de dados do uso efetivo da língua permite a compreensão de como a atualização linguística se organiza.

Este estudo se incorpora nesta perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso, pois, os enunciados foram retirados na íntegra do *corpus* brasileiro da Linguoteca. Os exemplos com o pronome reflexivo gradiente com verbos não acionais foram avaliados em conformidade com o uso pelo falante. As razões costumeiras de uso levaram a escolher o modo como de-

veriam codificar o pronome para realizar o sentido que mais se ajustasse aos seus propósitos. Conceitos abstratos ou discursivos são mobilizados para atuar sob o consenso do pensamento do usuário da língua que assentam em suas manifestações empíricas. Não dá para programar ou determinar como se vai usar o pronome reflexivo gradiente, o *corpus* mostrou a preferência de uso que o falante faz do pronome reflexivo com verbos não acionais.

O pronome reflexivo com os verbos não acionais mais frequentes no *corpus*

O dessemantização é um processo metafórico, “é uma estratégia cognitiva que permite nosso pensamento navegar por conceitos abstratos e estão presentes nas línguas naturais de um modo geral” (MARTELOTTA, 2011, p. 110). Sentenças apresentativas ou discursivas são bem típicas deste processo de mudança de sentido que acontece com as chamadas falsas reflexivas, construções com o pronome reflexivo com verbo não acional.

Conforme Gonçalves *et all* (2007, p. 29), a gramaticalização, advinda da concepção de Ramar & Hopper, 1998, e de Hopper & Traugott, 1993, Heine *et all*, 1991^a., de que é um processo, que pode ver esgotado todo o recurso de mudança de um item, pois que também é escala, e pode interromper um ponto de mudança dessa escala, ou também fazer parte de uma reconstrução interna da gramaticalização de padrões internos sincrônicos.

Nesta perspectiva, um item pode se gramaticalizar por total, movimentar-se de uma categoria lexical e passar a uma partícula, item gramaticalizado internamente. Assim como pode ditar sua mudança em termos mais sincrônicos: uma categoria passa a outra categoria em razão da estabilidade de uso no *corpus*. Ainda assim, de acordo com Gonçalves *et all* (2007, p. 29), “as mudanças que se caracterizam como gramaticalização se implementam sempre de maneira gradual, numa escala unidirecional e contínua de aumento de gramaticalidade concreção/abstração”.

No exemplo abaixo, encontrado muitas vezes repetido no *corpus*, chama a atenção para a sua análise em termos funcionais.

(1) <p>: Documento **a que se** refere o orador 544 câmara dos deputados --
destaque número sessão...

No que diz respeito à gramaticalização do SE_{vr}, com o verbo ‘referir’, que não é de ação, tem-se uma situação de uso já gramaticalizado, já está no seu estágio final, já se gramaticalizou. O pronome reflexivo já virou um clítico e já tende a não ser mais uma categoria, passando então a uma partícula integrada ao verbo. A dessemantização acontece pela relação “Ele referencia o documento”, “Ele faz referência ao documento” de sentenças representativas, para uma abstração em sentenças discursivas ou apresentativas. O pronome substantivo vai perdendo propriedades de uma categoria para uma partícula ou clítico. Movimenta-se de sua forma dependente e passa a exercer função de clítico ou partícula verbal. Afasta-se do protótipo de pronome e assume uma função não prototípica de clítico ou morfema de realce do sujeito.

Conforme Matos (2016, p. 93):

A categoria funcional tida como *prototipicidade* se refere aos termos ou elementos que se repetem em ambientes textuais específicos e, devido a esta frequência de uso, acabam por motivar uma padronização de uso. Além daquilo que é prototípico na língua, há evidentemente aquilo que não o é. [...] A frequência do uso de um determinado elemento é um dos parâmetros para a identificação de uma estrutura prototípica.

A prototipicidade tem esse caráter de se estabelecer pela frequência dentro de um complexo de valores que determinam a identidade exemplar na relação com outros complexos determinativos de outras categorias, e esta determinação é evidenciada pela regularidade na frequência de uso.

Em termos de frequência quantitativa no *corpus*, a construção com o pronome reflexivo com o verbo “referir” (não acional) é a mais frequente, pragmaticamente a forma mais prototípica de um item como partícula do verbo já gramaticalizado. Isto em relação à frequência do pronome reflexivo gradiente, com verbos não acionais. Em termos de frequência dos traços ou propriedades semânticas, o pronome reflexivo gradiente com o verbo “referir” torna-se não prototípico porque acumula traços de uma categoria variante ou gradiente. Traços estes evidentes:

a) o verbo é não acional;

b) a forma pronominal dependente perde traços de categoria e ganha traços de partícula;

c) a forma pronominal é dependente de sentido dos termos vizinhos (sujeito, verbo e objeto);

d) a forma pronominal já se tornou habitual como partícula verbal integrada à forma do verbo.

Em relação à atuação da frequência como esforço cognitivo, em termos apreensão pelo falante, o uso da construção com o verbo “referir”, sem o pronome, ficou saturada, e o uso da construção com o pronome reflexivo gradiente se tornou espontânea, muito usada, o que levou a ser empregada pelo falante sem fazer muito esforço, mais rápido, mais discursivo, mais abstrato, mais metafórico, menos representativo. Daí mais frequente e menos esforço. A estrutura não é maior e nem menor, é mais habitual. Conforme Martelotta (2011, p. 113), a frequência depende “do nível de dificuldade que os usuários têm de conceptualizar as informações por ele expressas”. Usar o verbo “referir” com o reflexivo “se” ficou tão habitual que ninguém não mais percebe como pronome, mas como parte do verbo, como partícula.

Conforme Lopes (2010, p. 277):

É como se os elementos lexicais fossem perdendo suas potencialidades referenciais de representar ações, qualidades e seres do mundo biossocial e fossem ganhando a função de estruturar o léxico na gramática, assumindo, por exemplo, posições mais fixas na sentença e expressando noções mais gramaticais.

O se, com o verbo não acional ‘referir’, assume o papel de partícula do verbo e não de categoria, devido o habitual uso do “se” atuando como partícula e não mais argumento do verbo, como categoria, como objeto direto de realce. Já alcançando o processo de gramaticalização de léxico para partícula gramatical, com perdas de propriedades concretas de léxico e transferência para um item mais abstrato, dessemantizado e menos prototípico em termos de traços concretos, aparecendo em termos de frequência por repetidas vezes no *corpus*, tornando-se a forma prototípica dos verbos pronominais com o se, integrante, como partícula e não como categoria. Daí se percebe que não é o verbo “esquecer-se de” e “lembrar-se de”, as formas prototípicas dos verbos

pronominais, mas o verbo “referir-se a” é que é a forma prototípica dos verbos pronominais, assim aparece no *corpus*.

O pronome reflexivo com verbo “referir”, que não é de ação, em termos de traços, atua como não prototípico, pois a forma prototípica é destinada ao pronome reflexivo com verbos de ação. Em termos de frequência, o pronome reflexivo com verbos não acionais é a forma prototípica da categoria gramaticalizada em partícula, em se tratando do verbo “referir”, que se manifesta com maior frequência no *corpus* como protótipo de partícula e não de categoria.

No exemplo abaixo, o pronome reflexivo com verbos que não é de ação, manifesta-se com o verbo “encontrar”:

(2) <p>: *A imagem de nossa senhora da Conceição Aparecida com a coroa ofertada pela **Princesa Isabel que hoje se** encontra guardada no museu do Santuário Nacional, em Aparecida, para ser utilizada apenas em casos especiais...*

No exemplo “encontrar ela mesma guardada” e não outra qualquer, o se, nesta situação, sinaliza uma singularidade, ser fortemente tocado pelo ouvinte, realçado, subjetivo, interpessoal e não meramente representacional, mas uma informação abstratizada pelo discursivo ou pela discursivização. O se, gradiente, deixa de ser um reflexivo de voz reflexiva (união ativa e passiva) para representar uma qualidade reflexiva discursiva ou pragmática. Não perde a propriedade de reflexiva na relação de referência compartilhada com o sujeito e com o verbo, não passa a atuar como partícula, mas como categoria de objeto direto de realce e pronome reflexivo gradiente, dessemantizado, menos prototípico, pois não atua com verbos acionais. Faz parte de um processo de gramaticalização em termos de visão paridade escalar na relação concreto/abstrato.

É estranho quando profissionais da educação se submetem a usar ou classificar este verbo como pronominal, sem a devida observação pelo uso. A Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) ajuda a esclarecer e a classificar melhor as categorias, sem o precipício de antecipar ou adivinhar e ditar como dever ser, sem um olhar da explicação da ciência. O uso contribui para evitar estas precipitações e resolver estas dúvidas na tentativa de atuar de forma *apriori*, pois deve se resolver pela observação *empírica* e pragmaticista.

Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 14) explicam sobre os interesses funcionalistas:

Parte-se do princípio de que há uma simbiose entre discurso e gramática: o discurso e a gramática interagem e se influenciam mutuamente. A gramática é compreendida como uma estrutura em constante mutação/adaptação, em consequência das vicissitudes do discurso. Logo, a análise de fenômenos linguísticos deve estar baseada no uso da língua em situação concreta de intercomunicação.

Os verbos interpessoais com os reflexivos variantes ou gradientes movimentam-se para o processo de discursivização. O exemplo abaixo, ajuda a entender melhor este processo de discursivização.

(3) <p>: **O senhor Presidente informa que se** encontra prejudicado o requerimento Nº 3679/2009 .

Neste exemplo, “o requerimento se encontra prejudicado”, o falante espera do ouvinte que ele entenda o que é dito e evite comentários, há uma natureza impessoalizadora que não busca culpado, mas apenas constatar, sentir.

Martelotta e Kenedy (2015, p.20) explicam que as unidades de estudo do funcionalismo norte americano, com base nas ideias de Givón, tem contribuído para justificar o fenômeno da prototipicidade, a partir de características próprias do funcionalismo. Assim considera importante pensar a descrição linguístico-funcional como:

- a) linguagem como atividade sociocultural;
- b) a estrutura deve servir a funções cognitivas e comunicativas;
- c) a mudança e variação estão presentes;
- d) o sentido é contextualmente dependente e não-atômico;
- e) as categorias não são discretas;
- f) a estrutura é maleável e não-rígida;
- g) as gramáticas são emergentes;
- h) e as regras da gramática permitem algumas exceções.

Estas observações contribuem para entender a atuação do funcionalismo na determinação das categorias como unidade de estudo de variação

e mudança linguística. A prototipicidade atua como categoria exemplar, podendo, pela mudança linguística assumir sua posição em um diferencial de categorias maleáveis pela mudança de discursivização. Os pronomes reflexivos com verbos não acionais têm esta natureza de categoria variante, maleável que teve como comparação de paridade a categoria fixa dos verbos de ação com o reflexivo invariante.

O pronome reflexivo com verbos não acionais menos usados no *corpus* e mais diversificados

Muitos são os verbos não acionais que não se repetem no *corpus*. Os verbos são importantes porque servem para determinar a reflexividade ou não do pronome como reflexivo ou como falso reflexivo. O pronome reflexivo com verbos não acionais tende a perder traços da união ativa e passiva que formam a reflexiva.

(4) <p>: *No horário reservado ao pequeno expediente, o senhor presidente concede a palavra ao deputado, que destaca o aumento da incidência de AIDS entre idosos. Segundo pesquisa do hospital das clínicas de minas gerais que comprovou que as mulheres com mais de sessenta anos não cogitam do uso de preservativo masculino por seus parceiros sexuais **porque se** sentem protegidas pelo casamento, que setenta e cinco por cento das que possuem o vírus foram infectadas pelos maridos e que entre os homens oitenta por cento contraíram a doença em relações sexuais fora do casamento.*

No constructo da oração (sujeito, verbo, objeto), o pronome reflexivo com verbo não acional, neste caso “sentir”, é natural que se pense nos traços inerentes ao verbo tais como: sentir dor, compaixão, proteção, por alguém, a transitividade transferindo sentido para o objeto. A dessemantização ocorre quando, a noção de sentir algo por alguém se transfere para si mesmo, para o próprio sujeito. A reflexividade não está na relação de voz reflexiva (união de ativa e passiva), a reflexividade está na transferência de transitividade do verbo para o objeto e para o sujeito por compartilharem da mesma referência.

A dessemantização está na mudança do mecanismo da transferência de sentido no processo da transitividade que não recai sob o objeto de incor-

poração progressiva, mas no objeto de retroação para o sujeito, com verbo não acional. O pronome reflexivo gradiente retroage da posição de objeto progressivo para um objeto retroativo, devido à dependência de sentido dos termos vizinhos e principalmente por compartilhar a mesma referência do sujeito.

O pronome reflexivo com o verbo “sentir”, em termos de traços ou propriedades semânticas é menos prototípico, é uma categoria gradiente, é uma categoria de natureza psicológica e não física. Em termos de frequência pragmática e quantitativa é menos prototípica por aparecer menos repetido no *corpus*. Quanto à gramaticalização, um estágio A (sentir algo por alguém) passa a um estágio B (sentir por si mesmo algo), desencadeia a atitude dos gramáticos de colocar o pronome reflexivo como uma partícula e não como uma categoria, o que leva a determinação do pronome como parte integrante do verbo.

O problema é que, para isso, teria que tratar todos os verbos com pronome reflexivo com verbos não acionais como de ligação. Eis aí a implicação, pois o pronome reflexivo não é uma partícula, mas uma categoria. O diferencial da categoria está no fato do pronome ser uma forma dependente, o seu sentido depender dos elementos do constructo da oração (sujeito, verbo objeto).

A relação do signo com o usuário, conforme Neves (2012, p.69-70) “não é somente para engatar um contexto situacional a significados tidos como já resolvidos pelos componentes sintático e semântico”, mas se evidencia na própria figura daqueles participantes que entram no circuito da fala/linguagem.

O pronome reflexivo com o verbo não acional “congratular” o *corpus* atuando sobre a microsociação “si mesmo” e não ao outro.

(5)<p>: Usa da palavra o último orador inscrito no pequeno expediente, **deputado Esmeraldo Santos, que se** congratula com a senhora Celina Tenório, *prefeita do Município de Jupi, pela inauguração no dia de anteontem de uma Casa de Apoio nesta Capital aos moradores do município que vêm à Capital para serem atendidos nos hospitais da Capital*.

A sentença apresentativa ou discursiva com o pronome reflexivo gradiente, que acontece com verbo não acional, assume seu papel na comunicação. Um processo de dessemantização atua na abstração ou metaforização de uma sentença apresentativa anterior do tipo “Congratular alguém” (parabenizar,

estado de coisas de atividade de expressar) para “Congratular a si mesmo”, ficar honrado com a atitude de alguém (estado de coisas do sentir, tocar).

O pronome reflexivo gradiente, por ser um objeto direto advindo de uma forma dependente de sentido dos componentes vizinhos (sujeito e verbo), com verbos não acionais, neste caso, relacionado ao sentir, tocar, recebe interferência destes elementos do constructo oracional e se ajusta ao rearranjo gramatical que lhe atribui o papel de objeto direto reflexivo gradiente e pronome reflexivo gradiente ou discursivo. O processo de discursivização é um recurso motivacional de ordem extralinguística que interfere na mudança intralinguística dos elementos no rearranjo gramatical da sentença apresentativa ou discursiva.

De acordo com Gonçalves *et all* (2007, p. 42):

Muitos linguistas argumentam que a mudança semântica que ocorre em processo de gramaticalização é fortemente motivada por processos metafóricos (Sweetser, 1990; Bybee et al., 1994; Heine & Reh, 1984; Heine et al., 1991a). Associada ao processo de (des)semantização, a metáfora, em gramaticalização, envolve a abstração de significados, os quais, de domínios lexicais ou menos gramaticais, são entendidos metaforicamente para mapear conceitos de domínios gramaticais ou mais gramaticais.

Os autores incluem a dessemantização como um processo de metaforização e esta como um princípio ou conceito da gramaticalização. Diz respeito a abstrações ou maneira como os seres humanos compreendem ou conceituam o mundo que os rodeia para codificar seus significados. A paridade ou analogia da “sentença representativa”, mais concreta, com a “sentença apresentativa”, mais abstrata, gramaticalizada, leva a este entendimento de mudança linguística pelo processo de dessemantização, ou perdas de propriedades de um tipo mais prototípico para um tipo menos prototípico em termos de traços semânticos. Este estudo não separa estas três manifestações do fenômeno da mudança linguística (dessemantização, prototipicidade e gramaticalização), entendendo que há cruzamento entre estes três fatores na condensação do processo de mudança, como veias que se cruzam na atuação da língua pelo falante em decurso do seu uso.

No exemplo do *corpus*, o se, reflexivo gradiente, aparece com o verbo “apresentar”, o cantor se apresenta na Choperia, algo inédito. Alguém pode apresentar algo a alguém como postula a semântica do léxico. No entanto, não é essa a ideia. O léxico verbal “apresentar”, neste sentido, do exemplo do *corpus*, tem sentido de se auto apresentar, e o sentido de apresentar manifesta algo a mais, ele é o homenageado. O discurso vai além do concreto, além do mero léxico representativo, torna-se mais apresentativo, discursivo. Como se pode constatar, o se, reflexivo gradiente, com verbos não acionais, atua como um pronome reflexivo já se gradando para um pronome experienciador. Este estudo não isola o item se do constructo da oração, uma vez que ele é uma forma léxica dependente, e precisa dos itens vizinhos para absorver sentidos. Uma análise em termos de paridade e gramaticalização, comparando o pronome se reflexivo não gradiente ou protótipo, o se reflexivo com verbo de ação que gera a voz reflexiva padrão, em que se tem a união ativa/passiva, nesta situação, tem-se a reflexiva padrão.

No caso do exemplo do *corpus*, tem-se a forma não padrão reflexiva, a forma gradiente. Outro plano de enunciação: pronome reflexivo se gradiente, uma vez que faz parte dos estudos de gramaticalização, dessemantização e prototipicidade, mas tudo sob o comando da gramaticalização.

A construção com o pronome se, reflexivo gradiente, precisa ser valorizado, entendido, analisado, pois é uma grande lacuna deixada pelos estudos. Não basta taxá-lo de ser categoria ou ser partícula, existe uma lacuna que precisa ser explicada, pois existe uma lacuna semântica deixada ao acaso. Muitos pronomes têm sido taxados de partícula, quando na verdade, em construções com verbos não acionais, tem sido um equívoco. Se em algumas regiões não se usa e em outras não, é sabido que objetos diretos têm sido omitido, por recuperar a informação na fala, mas isso não é o caso de reduzir e limitar o seu não uso. Até porque o uso neste *corpus* brasileiro foi bastante comum. Não se pode reduzir o pronome reflexivo com ou sem verbo de ação a equivoquidade generalizado de uma partícula.

Nesta passagem, o se, com verbos não acionais, assume seu papel mais abstrato, mais metafórico, mais discurso, mais interpessoal,

(6) <p>: Usa da palavra o último orador inscrito no pequeno expediente, **deputado Esmeraldo Santos**, **que se** congratula com a senhora Celina Tenório, prefeita do município de Jupi, pela inauguração no dia de anteontem de uma

Casa de Apoio nesta capital aos moradores do município que vêm à capital para serem atendidos nos hospitais da capital .

O pronome se, reflexivo gradiente, é um item menos prototípico, pois a prototipicidade é específica da construção do se, com verbos acionais. O item se, em “deputado se congratula” atua como categoria gradiente de pronome reflexivo, e não assume seu papel como objeto direto de realce. O processo de gramaticalização, a dessemantização concreto\abstrato e a prototipicidade\ não prototipicidade entendem esse processo de descrição e mudança linguística como paridade e *continuum*.

O pronome reflexivo com verbos não acionais menos usados no *corpus* e mais indefinidos

Alguns verbos que não se repetem no *corpus* que não indicam ação, mas expressão ou declaração, incluso também como verbo não acional, mas com um diferencial, já trazem traços de abstração inerentes ao próprio verbo. No entanto, os elementos vizinhos que compõem o constructo da oração podem interferir na abstração do verbo.

No exemplo com o verbo “afirmar”, pode-se compreender que Em “Pedro se afirma” tende a ser uma construção mais concreta, já em “Uma produção se afirma”, tem-se uma construção mais abstrata. A voz reflexiva perde propriedades na união ativa e passiva. O pronome reflexivo consequentemente perde propriedades reflexivas e se torna um reflexivo gradiente.

(7) *O conceito de Estado: uma produção que se afirma...*

Em termos de prototipicidade de traços ou prototipicidade semântica, o pronome reflexivo perde propriedade de voz reflexiva (união ativa e passiva) e passa a um pronome reflexivo não prototípico. Em termos de frequência é também menos prototípico porque a frequência de uso deste verbo é menos frequente. Em se tratando de gramaticalização, o pronome reflexivo com verbos de ação pertence a um estágio A que passa a um estágio B (pronome reflexivo com verbos não acionais). No caso do reflexivo com o verbo “afirmar”, com um sujeito inanimado, o reflexivo se tornou mais abstrato ainda. Por ser

o verbo “afirmar” inerentemente abstrato, indicativo de expressar, declarar, a gramaticalização atua sobre o sujeito, animado para o primeiro estágio e inanimado para o segundo estágio.

Conforme Lopes (2010, p. 276):

Desde o século XIX, desenvolvem-se estudos que tentam explicar como se originam e se desenvolvem as categorias gramaticais. Adotando uma perspectiva de caráter funcionalista, diz-se que a trajetória da mudança se dá pela regularização do uso da língua que ocorre a partir da criação de expressões novas e de rearranjos vocabulares feitos pelo falante para atender seus propósitos comunicativos.

O se reflexivo gradiente é uma forma dependente de sentido dos elementos vizinhos e dependendo dos argumentos e do verbo vai se determinando como mais ou menos gradiente. São propriedades definidoras do pronome reflexivo gradiente:

- a) aparecer com verbos não acional;
- b) não manifestar na construção a união ativa e passiva que constitui a voz reflexiva;
- c) apresentar sujeito animado ou inanimado anteposto;
- d) identificar-se como partícula, mesmo sendo uma forma dependente.

Lopes (2010, p. 275):

Como era de se esperar quando surge ou, como é o caso, ressurgiu uma perspectiva de análise, várias polêmicas e vertentes sobre o próprio conceito de gramaticalização ganharam destaque entre os seguidores e críticos. Aparentemente todos os processos de mudança eram vistos pelo viés da gramaticalização, o que criou certo ceticismo pelo nível de abrangência dado ao conceito quando se incorporou, por exemplo, os casos de discursivização.

A gramaticalização vista como saturamento ou envelhecimento dos itens e sua renovação em estágios posteriores, hoje tem adotado uma postura mais complexa e tem se incorporado de outros fatores como a discursivização.

Neste estudo, discursivização tem a ver com a forma gradiente, variante, discursiva, apresentativa de uma das partes da paridade funcional no estudo do pronome reflexivo com verbos não acionais.

Quanto à prototipicidade dos traços ou propriedades semânticas de que se circunscreve o pronome reflexivo com verbos não acionais, logo reflexivo gradiente. Pode-se dizer que:

a) o pronome reflexivo gradiente está junto a um verbo não acional, logo não é reflexivo prototípico;

b) a voz reflexiva da construção não se sustenta na sua relação de união ativa e passiva simultâneas, logo a voz reflexiva com verbos não acionais não é prototípica;

c) a relação do sujeito com o verbo não acional e com o objeto pronominal faz com que a abstração do verbo, a forma dependente do pronome, e a relação de compartilhamento com a mesma referência do sujeito atuem em consonância e tornem o item não prototípico como pronome reflexivo;

d) em termos de prototipicidade de frequência também é não prototípico porque não se repete no *corpus* por muitas vezes.

e) com exceção do verbo “referir” em que o pronome reflexivo gradiente se transformou em clítico ou morfema do verbo, os outros continuam a atuar como objeto direto de realce com verbos não acionais.

A noção de reflexividade semântica (a si mesmo e não ao outro), que advém de uma relação interpessoal do pronome reflexivo com verbo não acional (identificar-se a si), como alguém que se iguala, assemelha a um povo, uma nação.

Conforme Martelotta (2011, p. 108):

A dessemantização caracteriza-se pela perda de conteúdo semântico. Os elementos envolvidos no processo de gramaticalização perdem valor representacional, e, ao assumir a nova função gramatical, adquirem funções de natureza pragmático-discursiva.

A mudança de significação, que é uma experiência de uso, transporta valores semânticos de um item na sentença para outros itens. O SE_{VR} assume seu papel como sinalizador de agentividade não referida pelo sujeito, na sua relação com o verbo. Neste interim, a transitividade (relação verbo e objeto) fica

enfraquecida por influência de fatores relativos à limitação de traços prototípicos de transitividade acional. Desencadeando assim alterações no sistema da língua fora dos padrões canonicamente estabilizados com os verbos acionais.

Pode haver empobrecimento de paradigmas pronominais, no paradigma dos pronomes reflexivos, mas no caso dos pronomes reflexivos com verbos não acionais, o empobrecimento vem em razão do ganho discursivo, e não chega a ser um item gramaticalizado, mas em processo de mudança nessa relação de paridade (pronome reflexivo com verbo acional e pronome reflexivo com verbo não acional).

Neste exemplo, o reflexivo gradiente com o verbo que não é de ação “identificar”, o objeto direto de realce assim se manifesta:

(8)<p>: Logo após, o senhor Presidente concede a palavra à senhora Luciana Gomes Hazin, **que afirma que se identificou** com o Estado desde sua chegada e destaca que seu sucesso empresarial está relacionado ao fato **de ter se** instalado exatamente no Estado de Pernambuco, local que a acolheu muito bem .

Pelo processo de gramaticalização “alguém identifica alguém”, no sentido de “ver”, “reconhece”, atuando como um estágio de mudança mais “concreto” para um mais “abstrato” ou metafórico “identificar-se”, “assemelhar-se”. Consequentemente, menos prototípico, pois perdeu propriedades semânticas da categoria de se, reflexivo prototípico, com verbos de ação. Além disso, assume seu papel mais discursivo, interpessoal. De acordo com Gonçalves et al (2007, p. 31), em gramaticalização, relativamente às categorias lexicais, podem ser identificados estágios ou fases que caracterizam a mudança do lexical para o gramatical, ou do gramatical para o mais gramatical”.

Sua condição de uso como microssociação (a si mesmo), sua condição de uso como voz experienciadora e não como voz reflexiva, pois a voz reflexiva e formada pela união ativa/passiva, sua manifestação de sentido metafórico ou discursivo têm possibilitado o se, reflexivo gradiente, a atuar como pronome gradiente ou dinâmico e como objeto direto de realce do sujeito.

Neste exemplo:

(9)<p>: Na sequência, o senhor Presidente concede a palavra ao deputado José Queiroz, autor da proposição, que em seu pronunciamento vem destacar que o diferencial é a humanização no tratamento dos pacientes por parte do Sequipe, **onde a solidariedade se** faz sempre presente .

Nesta construção “a solidariedade se faz presente”, que significa que a solidariedade acontecer sempre. Ela mesma é recorrente como resultado de atitudes e não como ação de fazer como atividade, mas como um ocasionar espontâneo. Para tratar como verbo de suporte, aquele que pode ser usado em outras condições mais abstratas, não é suficiente para explicar a função do se como categoria e como objeto direto de realce. São tantos os reflexivos com verbos não acionais na sua função de categoria e como objeto direto de realce que, mesmo limitando a verbos pronominais, poderiam ser classificados assim, no entanto não ajuda muito a resolver a situação das funções do pronome se, reflexivo variante, com verbos não acionais.

Os verbos pronominais são raríssimos e jamais podem se confundir com os verbos interpessoais. Os verbos pronominais são aqueles que a gramaticalização já o concedeu como verbo com a partícula se (integrante). Quanto a tratar todos os pronomes reflexivos como partícula, com ou sem verbo de ação, é desfazer toda a noção de voz que está no constructo da oração e simplificar demais o uso do objeto direto de realce. Não se poderia restringir todos os pronomes reflexivos à partícula. Isso não ajudaria muito na análise que tanto necessita de uma visão mais semanticista e pragmática do que uma visão puramente pragmática da sintaxe.

Em síntese, o se, reflexivo gradiente, é objeto direto de realce, de um verbo interpessoal, e não esgota a posição como categoria. A gramaticalização cruza a dessemantização assim também cruza a prototipicidade. O se, reflexivo gradiente, com verbo não acional, atua como objeto direto gradiente ou de realce, e assume seu papel como categoria de pronome, que é uma forma dependente de sentido pela relação com os elementos do constructo da oração (sujeito e verbo). Neste exemplo, “a solidariedade se faz presente”, a categoria não assume seu papel como objeto direto de verbos não acionais e preserva-se como pronome reflexivo gradiente, e não como categoria.

Neste exemplo, o pronome reflexivo está em outro domínio que já não é mais uma categoria pronominal, gerou uma lexia discursiva “que se lixe” é um conector de fala, um marcador conversacional.

(10)<p>: *Tudo pelo real; tudo pelo estrutural; **que se** lixe 21 / 01/95 \ “A crise do México veio em boa hora para os inimigos da estabilização.*

Assim, “que se lixe”, do *corpus*, tem-se uma situação bem diferente, uma oração interjectiva no final de uma sentença ou enunciado. Ela vai se encaixotando tanto que vira uma lexia com um valor bem situacional.

Isso acontece quando a expressão se solta de uma estrutura convencional para virar uma lexia composta, encaminha-se, perdendo casualmente valores como categoria recebendo complexidade lexical. Por virar um hábito, as pessoas nem vão se dando conta de que não é mais nem categoria e nem partícula, mas uma lexia só, ganhando na construção enunciativa uma modalidade de dizer na conclusão de um pensamento, mas principalmente um finalizador conversacional discursivo, no nível do domínio da fala e não do texto e nem no domínio das categorias ou itens das construções.

Neste exemplo, o pronome reflexivo gradiente, com o verbo não acional “adaptar” não atua como objeto direto de realce:

(11) <p>: **Educação deve se** adaptar ao futuro em sua palestra, o escritor Alvin Toffler disse que a educação está em crise em todo o mundo, inclusive *nos países ricos e desenvolvidos*.

Um sujeito inanimado anteposto “educação” junto ao pronome reflexivo gradiente, antecedido por um verbo auxiliar e a progressão do verbo “adaptar” a um terminativo ao futuro. Por ser um sujeito inanimado e estar antes do verbo já se constata que não está na voz passiva. A diferença é que a educação acontece por si mesma, ocasionalmente, mas, na verdade, o se, reflexivo gradiente, vai assegurar seu papel interpessoal com o sujeito e o verbo. O se, reflexivo gradiente, não assume seu papel de objeto direto na construção. Entendendo que aqui já não se trata de uma categoria e de sua função de objeto direto de realce, caso já advindo desde o latim (acusativo duplo de realce).

Novamente o uso do se, reflexivo gradiente, manifesta-se com verbo não acional e atua como mais discursivo, mais interpessoal, mais metafórico ou dessemantizado, menos prototípico, pois perde propriedades representativas de reflexivo exemplar com verbo acional. Isso se processa por estágio: encaminha-se de uma fase mais concreta para uma fase mais abstrata.

Neste exemplo:

(12)<p>: O deputado Clodoaldo Magalhães **se** encontra licenciado nos termos da resolução Nº 846/2007, No período dos dias treze a vinte do corrente mês.

Em “Clodoaldo se encontra licenciado”, o verbo “encontrar” no sentido de comungar ou usufruir de um direito. Algo muito específico dele mesmo. Já se percebe a interpessoalidade. O reflexividade passa a ser, com verbos não acionais, um mecanismo de reflexividade semântica, uma pragmática discursiva, semanticista, e não sintatística. Não há dúvida de que este pronome é de realce e não assume seu papel de categoria de um verbo interpessoal, e se sujeita ao papel de reflexivo gradiente e de seu papel como partícula de realce.

Neste exemplo do se reflexivo gradiente com o verbo não acional “dizer”:

(13)<p>: *A seguir, o deputado Antônio Moraes se diz decepcionado com o pronunciamento do Presidente da República em elogio ao Presidente da Bolívia.*

Na situação “Antônio de Moraes se diz decepcionado”, independentemente de atuar como verbo de suporte, ainda não se desgarrou da natureza expressiva do dizer, a diferença é que “diz-se pra ele mesmo e não para outrem”. É outra instância do uso do pronome reflexivo gradiente de realce. Em termos de entendimento em gramaticalização, compreende-se que passa de um estágio para outro, nesta noção de paridade, perde traços de propriedades de uma categoria exemplar e passa por um processo de dessemantização.

Neste exemplo, o pronome reflexivo gradiente com o verbo não acional “meter”, atua também como objeto direto de realce, num processo de discursivização:

(14)<p>: *Nesse rolo, o Professor não se mete, enquanto as crianças escolhem juntas qual desenho irão fazer e colocam a ideia em prática, aproveite para observá-las.*

Na construção “professor não se mete”, no sentido de “intrrometer-se”, registrado no *corpus*. Veja-se que o verbo “intrrometer-se” por si mesmo não traz uma semântica de boa conduta, no entanto, neste exemplo, “intrrometer-se” significa cuidar, observar, sentir de longe, atuando como verbo interpessoal, como sentir.

Nesta situação de uso, está-se diante de um verbo não acional, de um pronome reflexivo gradiente, diante de um objeto direto de realce, diante de uma categoria que, enquanto pronome, atua como categoria de dependência de sentido, mas isso não tira a atuação como categoria, apenas de uma cate-

goria que coaduna sentido com os itens vizinhos no constructo da oração. Não assumindo então sua função de objeto direto de realce e de pronome reflexivo gradiente.

Trata-se aqui de reflexividade semântica e não de reflexividade de voz. Apesar de se tratar de um desgarramento de uma voz de outra por seu uso e por sua natureza discursiva, apresentativa, interpessoal, sentimental. Gramática e discursividade se agregam numa simbiose que uma não se justifica sem a outra. A gramática se motiva pela discursivização, e esta vem do uso.

Metodologia

1. Esquematizou-se os enunciados com o emprego do pronome se: (a) pronome reflexivo gradiente ou não prototípico, (b) pronome reflexivo não gradiente ou prototípico reflexivo, (c) outros pronomes: recíprocos, pronome apassivador e pronome indeterminador do sujeito.

2. Depois separou-se só o pronome reflexivo gradiente ou não prototípico, com verbos não acionais, mais usado no *corpus* do que os outros tipos de pronomes se (reflexivo prototípico, com verbos de ação; pronome recíproco; pronome apassivador e pronome indeterminador do sujeito).

3. Dividiu-se os pronomes reflexivos, com verbos não acionais, em três tipos: (a) Os mais usados e repetidos no *corpus* em que o reflexivo aparece mais gramaticalizado, já saído da categoria e já passado para partícula. Tendo apenas a reflexividade semântica de si mesmo, sem a reflexividade de voz reflexiva, sem estatuto de objeto de realce, mas partícula de realce. (b) Os menos repetidos no *corpus* e mais diversificados, com verbos não acionais, com mais resistência à gramaticalização do se reflexivo gradiente e categoria para o se reflexivo gradiente e não categoria, sendo então reflexivo gradiente categoria (objeto direto de realce. (c) Os menos usados ou repetidos no *corpus* e menos definido ou mais interpessoal, resistem também a sua função como categoria e não são partículas, com função de objeto direto de realce.

Em todas as situações, a reflexividade acontece com verbos não acionais, sendo então falsos reflexivos, ou reflexivos gradientes ou não prototípicos. A reflexividade não é mais de voz reflexiva, mas de referência compartilhada do sujeito com o objeto e pela transitividade que ao invés de progressiva como acontece nos verbos acionais com o reflexivo de voz, passa então a retroativa

com o se com verbos não acionais com reflexividade de referência e transitividade retroativa.

Aplicou-se então o princípio da dessemantização como metáfora na analogia concreto/abstrato, cruzando-se com a prototipicidade dos traços e de frequência no *corpus* para mostrar a atuação como não prototípica, mas gradiente; pela paridade analógica com o se, com verbos acionais, e com o se, com verbos não acionais; e por fim, o cruzamento com a gramaticalização, sendo o se, com verbos de ação, um estágio de mudança (A), e o se, com verbos não acionais, um estágio (B), e a questão da resistência dos estágios de mudança que resiste pela motivação discursiva e esta ainda se habitualizou a perder sua noção de categoria.

Mesmo sendo mais usado, no *corpus*, o se, com verbos não acionais, o uso do se, com verbos acionais, também apareceu. Neste estágio de mudanças, as duas construções podem ser usadas. O pronome se, com verbos não acionais, construção gradiente ou não prototípica não continua a ser usada como categoria de pronome de realce e objeto direto de realce. Assim também em algumas situações como com o verbo “referir”, o verbo “tornar” e o verbo “encontrar” apareceram com tendência à partícula reflexiva e não a categoria reflexiva.

Considerações finais

Este estudo não é uma reanálise porque não chega a permitir a criação de uma nova forma gramatical. O se, com verbos não acionais, não é uma nova forma criada. Ela convive com a forma concreta do se, com verbos acionais, sendo uma forma mais abstrata, mas comungam propriedades de transitividade, de referência compartilhada entre sujeito e objeto, podem movimentar retroativamente o pronome para junto do sujeito, numa escala (nome → nome → verbo), podem manter a noção semântica de reflexividade de microsociação (mim para mim mesmo), sendo o desgarramento de voz reflexiva (união de ativa e passiva) desfeito.

No entanto, nas duas situações, o sujeito é experienciador, sendo a reflexiva ativa e experienciadora, e a reflexiva gradiente somente experienciadora. É um processo de gramaticalização que envolve dessemantização e consequentemente prototipicidade. A dessemantização é um processo que

apresenta mudança por metaforização, um sentido mais concreto leva a um sentido mais interpessoal, abstrato, discursivo, apresentativo que se serve da economia da língua, daquilo que já existe para a construção de novas formas de expressão, e isso inclui regras, não chega a ser um processo de reanálise porque não rompe totalmente com as regras.

O fato de ser não prototípico por ser uma variante do protótipo, devido a perdas de propriedades ou traços lexicais ou semânticos, e também por se apresentar com frequência no *corpus*, parece fácil explicar sua aparição. Isso esclarece que quanto mais abstrato, menos prototípico, quanto mais concreto, mais prototípico. A prototipicidade aqui é vista como algo complementar aos estudos de dessemantização e conseqüentemente se encaixa nos estudos de gramaticalização. Por este estudo ser mais semantização e paridade, foi de fundamental importância juntar estas veias que se cruzam e não se separam, pois uma exige a atuação da outra num estudo que não é uma reanálise, mas um estudo de gramaticalização. Não é um estudo analógico que coaduna analogia numa sucessão de mudança em várias estabilidades numa sucessão histórica até uma estabilização no português, mas tem algo de analógico (a paridade: reflexiva padrão e reflexiva gradiente).

Referências

BARROS, Déborah Magalhães. **Um estudo pancrônico da voz reflexiva em perspectiva construcional**. Tese de Doutorado. Goiás, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2016.

CUNHA, Maria Angélica Furtado; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romérito. **Linguística Funcional Centrada no Uso: Conceitos Básicos e Categorias Analíticas**. In: CEZÁRIO; Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria. Angélica. *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mario Martelotta*. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ. 2013.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite et al. **Tratado geral sobre gramaticalização**. IN: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (Orgs.). *Introdução à Gramaticalização: Princípios teóricos e aplicação (em homenagem a Maria Luíza Braga)*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

FEREIRA, Beatriz Del Grossi. **Rota de Gramaticalização dos advérbios ainda e sempre**. Revista: Filol. linguíst. port., n. 13(2), p. 505-516, 2011.

LIMA, Bruno Ferandes Zenóbio de. **O percurso diacrônico das construções com o pronome se na Língua Portuguesa como um processo de gramaticalização**. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2006.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **A persistência e a decategorização nos processos de gramaticalização**. In: VITRAL, Lorenzo; COELHO, Sueli (Orgs.). Estudos de processos de gramaticalização em português: Metodologias e Aplicações. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2010.

MACAMBIRA, José Rebouças. **Estrutura do vernáculo**. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1986.

MATOS, Denilson Pereira; VANDERLEI, Delma de Melo; SOUZA, Adílio Junior de. **Função textual-discursiva dos pronomes a(s), o(s), me e te**. In: SILVA, Camilo Rosa; MATOS, Denilson Pereira de (Org.). **Usos Linguísticos: Formas & Funções**. Curitiba: Editora CRV, Brasil. 2016.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTELOTTA, Mário Eduardo & KENEDY, Eduardo. **A visão funcionalista da linguagem no século XX**. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado; OLIVEIRA, Mariângela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo: **Linguística Funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola, 2015.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Palo: Parábola, 2012.

PEREIRA, Ana Luiza Dias. **Os pronomes clíticos do PB contemporâneo na perspectiva teórica na Morfologia Distribuída**. Tese de Doutorado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fevereiro, 2006.

Tony Berber Sardinha, (GELC, LAEL, Cepril, PUCSP). Corpora Público da Linguoteca. Corpus Brasileiro <http://corpusbrasileiro.pucsp.br/>. O Corpus

Brasileiro v. 2.3 é um corpus do projeto AC/DC, desenvolvido desde 1999. Acesso em novembro de 2017.

2 – La construcción de dativo genérico en el español coloquial de Buenos Aires¹

Mabel Giammatteo

1. Introducción

En un trabajo anterior estudié algunas construcciones pronominales del español de Buenos Aires (Giammatteo 2011) a partir de un corpus coloquial de lengua oral y escrita, formado a partir de intercambios en medios de comunicación y redes sociales. En este artículo, me interesa profundizar el análisis de una de esas construcciones, a la que he denominado de *dativo genérico* (1)-(3).

1. Yo no soy como LittoNebbia, que no **te** canta La Balsa. (A. V, Reportaje radial en *El club de la Tarde*, 2/2/10)

2. Soy un abogado exitoso, pero por ir a Sudáfrica, si **te** tengo que empezar de cadete **te** empiezo. (Propaganda radical del Mundial 2010)

3. Yo **te** palermiaba mucho. (V. L, Programa televisivo, 11/5/15)

Se trata de un tipo de argumento no seleccionado (Ormazábal y Romero 2015), que no afecta a las condiciones de verdad de la oración (Bosse, Bruening y Yamada 2012) y constituye un uso propio de la variedad informal en uso en el español de Buenos Aires aunque, a través de su empleo frecuente en los medios y redes sociales, es posible que se esté extendiendo también en otras zonas.

Luego de esta introducción (§1) y a fin de enmarcar mi planteo, en primer lugar, presento algunas consideraciones teóricas sobre la predicación (§2) y los dativos no argumentales (§3). En segundo lugar, me centro en la construcción de dativo genérico, para la que propongo una interpretación de su conformación y sentido (§4) y, por último, ofrezco las conclusiones del trabajo (§5).

1 Una primera versión de este trabajo se presentó en las Segundas Jornadas de la Lengua, Bs. As, Argentina, 2011. Luego, una versión ampliada fue leída en el XVIII Congreso Internacional de ALFAL, que tuvo lugar en Bogotá, Colombia, en 2017.

2. Breves consideraciones acerca de la predicación

Las lenguas naturales poseen básicamente dos formas de marcar los SSNN (o los pronombres atónos) que acompañan al verbo, a fin de indicar las relaciones sintáctico-semánticas en la predicación: morfológicamente o mediante adposiciones. En el primer caso, existen dos sistemas de caso ampliamente extendidos en las lenguas: nominativo-acusativo (4) y ergativo-absolutivo (5), y en ambos es posible incorporar un tercer caso, conocido como dativo, de modo de poder identificar un tercer argumento (6) y (7):

4. Petrus puellos amat. Pedro-NOM niños-AC amar- (3 *Latín*
pres) Pedro ama a los niños.

5. Zukni jonin.du.zu.n Tú-ERG yo-ABS pegar 1 ABS. *Vasco*
AUX. 2 ERG pas Tú me pegaste (Ej. 3 de Ormazábal y Romero
2015: 224).

6. Mater puellis equos donavit Madre-NOM niñas-DA- *Latín*
Tcaballos-AC regalar (3pas) La madre regaló caballos a las niñas
(Ej. 1c. de Salazar García 2000:220)

7. Mateo-k Sara-rieskutitzaemansion *Vasco*

Mateo-ERG Sara-DAT carta-ABS dar –AUX ([3 ABS] 3 DAT 3 ERG)

Mateo le dio la carta a Sara (Ej. ii) de Ormazábal y Romero 2010).

Para Ormazábal y Romero (2015: 224):

Desde el punto de vista gramatical, uno de los problemas más interesantes que plantean estas relaciones es que no se circunscriben necesariamente a los argumentos del verbo.

En este sentido, se puede usar el marcado casual también para identificar expletivos (8)-(9), argumentos de otros predicados (10)- (11) e incluso adjuntos (12):

8. Hace un frío que **lo** flipas (<http://www.spanishdict.com/answers/250597/que-flipas-or-que-lo-flipas>. Consultado 15/06/17).

9. Yo no me **la** creo. Nunca me la creí ni pienso hacerlo. (CFK, Discurso pronunciado luego de ganar su segundo mandato presidencial. Corpus oral. 23/10/11).

10. **Le** hizo volver a leer el texto (Hizo que él volviera a leer el texto).

11. **Juan** parecía estar cansado (Parecía que Juan estaba cansado).

12. **Le** preparó una torta **a Juan** para su cumpleaños. (Preparó una torta para Juan por su cumpleaños).

Tal como muestran la paráfrasis de los ejemplos, algunas de estas construcciones dan lugar a alternancias. Las muestras anteriores también ponen de manifiesto que el sistema de caso, en ocasiones en combinación con la concordancia, se emplea para añadir distintos elementos oracionales: ya sea el sujeto (11), el COD (8)-(9), o bien un COI (10)-(12). En todos estos casos, la única restricción que establecen Ormazábal y Romero (op.cit.) es que la relación no haya sido satisfecha por ningún otro argumento:

13. Se cree un superhéroe, pero no Se la cree un superhéroe².

14. Me regaló un libro *para mi hijo*, pero no Mele regaló un libro *a mi hijo*³.

En (13), la posición de COD ya está ocupada por el SN *–un superhéroe–*, por lo tanto no es posible incorporar un pronombre átono de objeto, como *la*; en (14), el benefactivo–(*para*) *mi hijo*– no puede ocupar la posición de OI porque ya está allí alojada la forma átona *me* y solo puede aparecer como un adjunto marcado por *para*.

3. Los dativos

Además de las construcciones en las que el dativo es argumental, las lenguas presentan otras en las que el dativo no es seleccionado por el verbo, sino que funciona como un argumento agregado. Al respecto, Bosse et al. (2012), a partir del estudio de un amplio número de lenguas no relacionadas

2 Resulta interesante cotejar (13) con *Se las da/tira de superhéroe*, donde el SN aparece marcado como un régimen por la preposición.

3 El caso podría ser aceptable con *le* como dativo de interés.

provenientes de diferentes regiones, distinguen cuatro tipos de *argumentos no seleccionados*⁴, que se diferencian por sus características sintácticas y semánticas (op. cit. :1): poseedor, benefactivo, actitudinal (attitudeholder), también conocido como “dativo ético” y experimentante afectado.

3.1. Poseedor y Benefactivo

Poseedor y benefactivo en español se manifiestan mediante dativos no seleccionados que, sin embargo, inciden en las condiciones de verdad de la oración y pueden estar expresados por SSNN (Gutiérrez Ordóñez 1999: 1908). Ambos dativos se diferencian semánticamente: la construcción de poseedor, exige una relación de posesión entre el SN que designa al OD y el que introduce al poseedor (15), que puede no ser animado (16); el benefactivo, requiere que el SN añadido se beneficie de alguna manera con el evento (17) y pueden también aceptarse casos en los que sea no animado (18).

15. Le chocamos el auto a mamá⁵. (el auto de mamá)

16. Le cambié el cuerito a la canilla. (el cuerito de la canilla)

17. Le dibujó un monigote a su hija. (un monigote para su hija)

18. Le hicieron un nuevo diseño de tapa al libro. (un diseño de tapa para el libro)

Ambas construcciones han sido tratadas de asimilar a los esquemas ditransitivos (Demonte 1994). Así, junto a las tres clases de verbos típicamente ditransitivos – de transferencia, de comunicación y de influencia – se ha planteado una cuarta clase, formada con los verbos de creación, destrucción o modificación, que aceptan benefactivos; y una quinta, con los de posesión inalienable, que aceptan un poseedor, aunque estos no son los únicos que los admiten. Para Rodríguez Ramalle (2015: 99), estos casos pueden incluirse con los ditransitivos con el mismo estatuto porque

[...] todos admiten la presencia de un clítico de dativo que dobla al objeto indirecto encabezado por la preposición *a*, esquema que alterna, en el caso de los verbos de creación

4 En algunas de las lenguas estudiadas por estos autores estos argumentos no seleccionados pueden estar en otros casos, pero en español, siempre están representados por dativos.

5 Si bien de (15) se desprende una interpretación de beneficiario negativo, predomina el valor posesivo, ya que la paráfrasis correcta es ‘Chocamos el auto de mamá’ y no ‘?Chocamos el auto para mamá’.

y destrucción, con la presencia de un Sintagma Preposicional introducido por la preposición *para* con valor benefactivo, [...], y en el caso de los verbos de posesión inalienable, con un Sintagma Preposicional introducido por la preposición *de* en función de complemento posesivo del objeto directo, [...]

19. a. Elena le tejó una pulóver a su marido.

b. Elena tejó un pulóver para su marido.

20. a. El dentista le sacó la muela a María.

b. El dentista sacó la muela de María.

Desde el punto de vista sintáctico, Cuervo (2003 y 2010) ha defendido un planteo que permite unificar la estructura de estas construcciones más allá del tipo de relación involucrada –transferencia, beneficio o posesión-. Para esta autora, dado que el verbo siempre selecciona un único objeto el directo-, el directo-, el dativo sería licenciado por un SApl, en cuyo núcleo se aloja el clítico y bajo el cual se establece la relación entre ambos objetos.

21. [Sv Elena tejó [SApl a su marido [Aplle [un pulóver]]]] (a partir de Cuervo 2010)

3.2 Actitudinal y Afectado

Tanto el actitudinal (22) como el afectado (23) dan cuenta del involucramiento del participante mencionado por el dativo en el evento: el primero “expresa el interés del hablante en que la proposición sea verdadera” (Gutzmann 2007, en Bosse et al. 2012: 9); en el segundo, el dativo introduce un participante afectado psicológicamente por el evento. Ambos son dativos no concordados que no inciden en las condiciones de verdad de la oración.

22. *Du sollst mir dem*

Papa die Schuhe putzen. Alemán 22. Du sollst mir dem

Papa die Schuhe putzen. Alemán Alemán

Tú Aux.fut mi.DAT el papá los zapatos limpiar

Tú limpiarás los zapatos a papá y yo quiero que esto suceda (Ej.22 de Bosse et al. 2012: 9) /Me limpiás/ me vas a limpiar (fut) los zapatos de papá.)

23. Alex zerbrach Chris Bens base. *Alemán*

Alex rompió Chris-DAT el vaso de Ben.

Alex rompió el vaso de Ben y esto afectó a Cris (Ej. 27 de Bosse et al. 2012: 10)/ Alex le rompió a Cris el vaso de Ben.

Según las lenguas, el actitudinal puede ser solo de primera persona (22), (24), (27) o también de segunda (25), e incluso, para el español, Gutiérrez Ordóñez plantea que “la tercera persona “[...] aunque muchísimo menos frecuente, no es imposible” (26). Dado que para Bosse et al. (2012) este dativo implica una actitud de interés hacia lo planteado en la proposición en su conjunto, estos autores asumen que

[...] el actitudinal se fusiona en una posición alta, por lo menos encima del SVoz (fuera de la proyección del argumento externo) y probablemente alrededor del ST (p.10).

Aclaran también que solo puede ser animado y que puede coaparecer con otro dativo, como se muestra en (22) para el alemán y en (27), para el español.

24. Ahora ya **me** está comiendo mejor.

25. Y no te olvides de pedirles que **te** le den una buena habitación.

26. No se **le** duerman y escúchenlo con mucha atención.

27. No **me** le hagan daño, por favor.

A diferencia del poseedor y del benefactivo, el actitudinal, más frecuente en oraciones directivas y exhortativas, es solo pronominal, o sea que no puede estar representado ni duplicado por un SN. Así (28a) no es equivalente a (28b) ni a (28c):

28. a **Me** estudian para la próxima clase.

b. Estudian *a este profesor* para la próxima clase⁶.

c. Me estudian *a mí* para la próxima clase.

En cuanto al cuarto tipo, el “experimentante afectado” de Bosse et al. (2012), creemos que, al menos en parte, coincide con el “dativo de afectación” de Maldonado (1994), al que este autor describe como “una construcción in-

6 Sin el dativo, la exhortación se expresaría en imperativo: *Estudien para la próxima clase*.

termedia cuyo análisis ha sido problemático a lo largo de la historia lingüística del español” (op.cit.: 9).

Podemos acercarnos a este problemático dativo estableciendo la comparación con los otros tres ya vistos. En cuanto al benefactivo, para Maldonado (1994), el grado de involucramiento del afectado es mayor, como estaría mostrando la oposición entre (29a) y (29b), ya que “sólo en el primer caso la entrada al sueño puede ser vista como consecuencia directa de la lectura del libro (op.cit: 251).

29. a. **Les** leí un libro **a los niños** y se quedaron dormidos.

b. ??Leí un libro *para los niños* y se quedaron dormidos.

Asimismo, no todos los casos admiten alternancia con *para*, especialmente aquellos en que la interpretación es adversativa (Maldonado 1994, Bosse et al. 2012)

30. a..Los invitados **le** comieron **a Juan** todo lo que tenía en la heladera.

b. Los invitados le comieron *para Juan* todo lo que tenía en la heladera.

En cuanto al poseedor, ejemplos como (31), en el que a pesar de la presencia de un dativo afectado no se interpreta ningún poseedor del SN objeto *puerta*, o (32), en que el SN que manifiesta posesión –*Juan*- respecto del OD –*la llave*- es diferente del dativo, permiten mostrar la diferencia.

31. Juan **le** abrió la puerta *a su novia*.

32. Se **me** rompió la llave *de Juan*.

Mientras que el actitudinal es solo pronominal, el afectado puede ser nominal, como el benefactivo y el poseedor, aunque difiere de estos en que, además del SN, siempre exige la presencia de *le* como marca de concordancia:

33.a.; A **A Juan.le** cerraron la puerta en la cara.

b.*A **Juan** cerraron la puerta en la cara.

34. a. A **Juan** se **le** quemó el asado.

b.*A **Juan** se quemó el asado.

Como muestran los casos (31)-(34), siguiendo a Cuervo (2008), dentro del afectado, incluimos tanto los dativos insertados en oraciones causativas -(31) y (33)- como los de las incoativas -(32) y (34)- Basándose en Pylkkänen (2002), Cuervo plantea que las construcciones con dativos ben efactivos y poseedores del español con doblado de clítico corresponden a aplicativos bajos, es decir que se generan “bajo el verbo” y establecen una relación entre el SD aplicativo y el SD tema. Agrega, además, que el español también presenta aplicativos altos,

[...] que se integran a la estructura oracional por encima del verbo y se relacionan con un evento, no con un individuo. En español, los aplicativos altos aparecen con predicados estativos, formando predicados psicológicos del tipo *gustar*” (op.cit.: 67).

Frente a estos dos tipos de aplicativos, Cuervo (2008) reconoce un tercer tipo, diferente de los anteriores, al que denomina “aplicativo afectado”, que selicencia en una posición intermedia entre dos predicados de evento⁷. Su presencia exige predicados de estructura compleja, como los causativos (35) e incoativos (36) (no derivacionalmente relacionados para la autora). Estos dos predicados comparten el nivel interno del Sv estativo inferior, por lo que se interpreta que ambos conllevan un estado resultante (BE) [SvBE [[la radio] [rota]]], pero difieren en el tipo de Sv superior: que en los causativos es un sintagma de vDO, que manifiesta un evento agentivo que licencia un argumento externo, mientras que en los incoativos, tiene un núcleo vGO, que expresa un cambio no agentivo.

35. Carolina *le* rompió la radio a Juan.

=> Juan tiene [[la radio] [rota]], Juan tiene rota la radio (gracias a la acción de Carolina).(Ej. 31 de Cuervo 2008: 72)

[SVoz Carolina [SvDo [SApl a Juan [Apl le [SvBe [la radio] [romp-]]]

36. A Carolina se *le* rompió la radio. (Ej. 38a de Cuervo 2008:74)

=> Carolina tiene [[la radio] [rota]]

⁷ Por su parte, Bosse et al. (2012) postulan que el dativo afectado sería licenciado por un núcleo Afectado, que introduce un evento de afectación y un experimentante, cuya causa es el evento. El Afectado puede tomar como complemento al SV (afectado bajo) o al SVoz (afectado alto), pero esto depende de la variación paramétrica en las distintas lenguas estudiadas por estos autores (cuestión en la que no entraremos aquí).

[Sv Go se [SApl aCarolina [Apl le [SvBe [la radio] [romp-]]]

Cuervo (2008: 71) plantea que

[...]estructuralmente, este aplicativo es a la vez alto y bajo.
Es alto porque toma un sintagma verbal como complemento; es bajo porque es el complemento de un núcleo *v*".

En (35), interpretamos que el sujeto *Carolina* causó que la radio esté rota y que el dativo *Juan* participa en el evento superior como afectado por la acción de Carolina, mientras que en el evento inferior es afectado por la rotura de la radio; o sea que se puede leer directamente de la estructura que su significado deriva de su participación en dos eventos. En (36), el dativo se interpreta como el individuo afectado por el cambio de estado manifestado por el evento superior y por el resultado que este evento produce en el SD nominativo –la radio–.

Como último aspecto a considerar respecto del dativo o aplicativo afectado está la cuestión de si puede no ser animado. Varios autores, entre ellos Bosse et al (2012), plantean la exigencia de este rasgo, pero Cuervo (2008) presenta ejemplos en contrario, como (37) y (38):

37. **A este libro** se **le** salieron las tapas. (Ej. 38b de Cuervo 2008: 74)

38. **A esta mesa** se **le** rompió una pata. (Ej. 39b de Cuervo 2008: 75)

=> La mesa tiene [[una pata] [rota]]]; la tiene rota

Aceptar estos ejemplos como dativos afectados tiene al menos tres implicaciones: 1) remover el rasgo “psicológico” de la caracterización de afectado; 2) considerar como inferencia derivada la interpretación de poseedor que emana de casos como (37) y (38); y 3) admitir que son las estructuras, más que los aspectos semánticos, los que condicionan la aparición de estos dativos.

4. Un dativo más

A los cuatro tipos de dativos no argumentales considerados en las secciones anteriores–poseedor, benefactivo, actitudinal o ético y afectado–, vamos a agregar la caracterización sintáctica y semántica de otro “dativo superfluo” (Bello:1847), en uso en la variedad del español coloquial de la zona de Buenos Aires, en Argentina.

4.1.El dativo genérico

Los ejemplos que siguen (39)-(48), recogidos entre 2010 y 2017, tomado del corpus escrito de Internet el primero y del corpus oral radiofónico y televisivo, los demás, incluyen dativos de segunda persona singular no argumentales, no concordados y con interpretación exclusivamente humana [hum]. Se trata de muestras de lengua muy coloquial, informal y espontánea, aunque en la mayor parte provengan de hablantes con nivel de instrucción medio, en su mayoría comunicadores sociales.

39. Una vuelta compre un merlot⁸frances hace como 12/13 años en la bodega del Coto (tenía muy buena bodega ese super) que fue inolvidable.... por eso de a poco ir probando uno, otro y me quedé con el merlot. Un syrah no **te** lo rechazo igual pero con el tema de la alcoholemia y que manejo todo el díadeje el alcohol. (DR-18/02/10)

40. Yo no soy como Litto Nebbia, que no **te** canta La Balsa. (A. V, reportaje radial en *El club de la Tarde*, 2/2/10) (que reformula (1) supr.)

41. Por esa plata, **te** corro una maratón hoy mismo. (Corpus oral, 2011)

42. La Gran Siria **te** abarcaba Chipre, la Península de Sinaí, ... etc. (Comentarista del noticiero de C5N- 17/10/15)

43. Una sola medalla gané en mi vida, cuando hacía gimnasia artística. Ahora no **te sé hacer ni la medialuna**. (Noticiero de C5N- 13/11/16)

44. - ¿Querés probar Analía? (Analía tiene un brazo enyesado y responde)

Pero yo sabés como **te** manejo todo con una sola manito. Malabares hace esta mano. (Panelista de Programa televisivo- 5/9/16)

45. - ¿Qué tienen cada una de Uds. de sus personajes? ¿Y de Frida? El sufrimiento y el humor. - Yo **te** paso de uno a otro. Olvidáte. Es un don que tengo.(BDV- 31/08/16)

46. Cada una tiene su estrategia. Si veo algo sospechoso, yo **te** camino raro (Stand Up de D.Gutman, Espacio (á)- 10/06/17)

8 Coto es un supermercado y Merlot y Syrah son tipos de vinos.

47. No me quedo quieta. Me muevo mucho. Yo *te*bailo. (América Noticias- 12/06/17)

48. Ay, qué asco! Yo no *te* como el cogote hoy. Cuando era chica lo comía. (Conductora de Programa radial-06/06/17)

Para acercarnos a la caracterización de estos dativos, podemos comparar los primeros tres casos del corpus (39)-(41), formados con *rechazar*, *cantar* y *correr*, con los siguientes (49)-(51), contruidos con los mismos verbos:

49. *Te* rechazo la propuesta. (*Tè* rechazó *a vos* la propuesta./ Rechazo *tu* propuesta.

50. *Te* canto una canción. (*Te* canto una canción *a vos*. Canto una canción *para vos*).

51. *Te* corro una carrera. (*Te* corro una carrera *a vos*. Corro una carrera *contra vos/ en contra tuya* --> *Te* desafío).

En los ejemplos de (49)-(51), si bien el dativo es también opcional, no concordado y [hum], en los tres casos es posible tanto el doblado con un sintagma encabezado por *a* como la sustitución por un SP con valor equivalente: posesivo en (49), que admite también la inclusión de un posesivo en el SN objeto; benefactivo en (50) y benefactivo negativo en (51), en que *correr*, adopta lectura de 'desafío'. En cambio, si aplicamos el doblado o la sustitución a los ejemplos de (39)-(48), se produce un significativo cambio de significado, que no refleja lo que realmente quiere decir el hablante.

52. Ay, qué asco! Yo no *te* como *a vos* el/*tu* cogote hoy.

53. La Gran Siria *te* abarcaba *a* Chipre, la Península de Sinaí, ... etc.

54. ¿Querés probar Analía? (Analía tiene un brazo enyesado y responde)

Pero yo sabés como manejo *para vos* todo con una sola manito. Malabares hace esta mano.

Los cambios que se producen tienen que ver con la pérdida del sentido con que los hablantes "naturalmente" interpretan oraciones como las de (39)-(48). En (39), por ejemplo, con la forma de segunda persona -*Un syrah no te lo rechazo* - el emisor no evalúa un ofrecimiento particular de su interlocutor, como en el caso de (49) -*Te rechazo [a vos] la / tu propuesta*-, sino que la oración se entiende con sentido generalizador, como si dijéramos 'Un syrah no

se lo rechazo nunca a nadie, con lo que se manifiesta un cierto valor enfático y encarecedor, del que también se desprende un uso contrastivo, que puede incluso explicitarse, como en (43) *–cuando hacía gimnasia artística gané/ Ahora no...–* o (48) *no te como el cogote hoy/cuando era chica lo comía*.

Numerosos trabajos, desde Hernanz 1990 en adelante (Briz 1998, Fernández Soriano y Táboas Baylín 1999, Barraji3n L3pez 2005, Rojas 2013, S3nchez L3pez 2016, entre otros), se han ocupado de casos en que, como plantea S3nchez L3pez (2016: 781)

La segunda persona de singular puede tener una interpretaci3n general seg3n la cual no designa al interlocutor, como se esperar3a, sino a un conjunto de personas que incluye tambi3n al hablante.

En este sentido, como ya propon3a Hernanz (1990 : 53), estos usos no solo pueden interpretarse como s3mbolos de genericidad y universalidad, sino que tambi3n pueden resultar “encubridores del yo”, en “un intento de atenuar o minimizar su papel”, como a3ade Briz (1998: 57). En estos casos, si bien la funci3n que ha concitado mayor inter3s es la de sujeto (55), la interpretaci3n gen3rica de estas oraciones arrastra tambi3n a los posesivos, objetos y otras formas de segunda persona incluidos en ellas (56) y (57).

55. Aunque te advierten del peligro, muchas veces *tú* no quieres verlo.

56. *Te* duermes bien si *tu* colch3n est3 en buen estado.

57. Si no *te* cuidas la piel como corresponde, *te* llenas de arrugas.

Ahora bien, a pesar del matiz gen3rico, los casos de nuestro corpus (39)-(48) difieren de los de (55)-(57), ya que en ninguno de ellos, el dativo incluye y mucho menos “encubre” al yo. Por el contrario, se trata de enunciados con gran involucramiento del hablante en lo que dice, de modo que muchos contienen un pronombre expl3cito y por lo tanto enf3tico, de primera persona (44)-(48), aunque este requisito no ser3a excluyente (40), (42) y (60).

Analizando la genericidad en segunda persona singular, Rodr3guez Ramalle plantea que, en (58), el *tú* de la flexi3n del verbo “no posee car3cter definido ni referencial, puesto que no identifica a un sujeto concreto” (2005: 493).

58. Si duermes poco, envejeces prematuramente.

En los ejemplos que estoy presentando, los sujetos - *LittoNebbia* (40), *la Gran Siria* (42), *Robinho* (60), *yo* en el resto-, están anclados a una referencia específica, pero lo que no es concreto y recibe lectura arbitraria referida a cualquier interlocutor, es el dativo, que es el que se liga a un operador genérico responsable de la interpretación, y el inductor, creemos, es el valor de posibilidad que tienen estas oraciones. Así, a pesar de las diferencias señaladas, estas oraciones participan de las características de los que Hernanz (1999) denominó ‘singulares arbitrarios’⁹, en los que, en palabras de Rodríguez Ramalle (2005: 403) “se produce un debilitamiento del carácter referencial de la flexión”. Estos rasgos, a los que se conoce como “inductores de genericidad”, son el tiempo verbal y la presencia de ciertos adverbios, así como también la de auxiliares modales y diversas estructuras con valor condicional, que eliminan la posibilidad de señalamiento a un punto temporal concreto y permiten la lectura no referencial, en nuestro caso, de los dativos. Es decir, en la línea de lo que planteó Authier (1989) respecto de los objetos nulos genéricos, los dativos que estamos estudiando no tienen fuerza cuantificacional propia que les otorgue sentido genérico, sino que la toman de los elementos presentes en la oración, que son los que ubican el evento en un marco indeterminado y de significación genérica (Barrajon: 2005).

Veamos ahora algunos casos más de *te* genérico (57-61), extraídos del corpus oral coloquial:

59. Por esa plata, *te corro* una maratón hoy mismo.

60. Robinho¹⁰ *te hace* diez goles por partido.

61. Yo a ese lugar no *te voy* ni loco.

62. No *te piso* ese lugar ni aunque me paguen.

63. Mi marido a otro médico no *te va*.

Las marcas típicas que inducen genericidad están presentes en estas oraciones, así por ejemplo, el presente, que se da en la mayoría, aunque también, como hemos visto, estas oraciones pueden estar en otro tiempo imperfectivo,

9 Hernanz (1990) considera a *uno* y a las formas de 2 da persona “singulares arbitrarios” porque comparten la interpretación no referencial con los llamados “plurales arbitrarios” –*Llaman a la puerta*– y con los sujetos arbitrarios en general –*Se está bien aquí*–

10 Robson de Souza – Robinho – ha sido jugador de la selección de Brasil.

como muestran el neológico *palermiaba*, en (3) y *abarcaba*, en (42). También, en todos los casos, encontramos el valor eventual de posibilidad, que puede estar explícito, como en (43), – *ahora no te sé hacer* (= no te puedo hacer) *ni una medialuna*¹¹ – o en (2), donde la perífrasis deóntica *tengo que ir* está incluida en una condicional – *si te tengo que empezar de cadete...* – que proporciona el encuadre eventual requerido para la interpretación. Asimismo, como se muestra en (64-68), en los casos en que el valor eventual no tiene manifestación, siempre podemos explicitarlo:

64. Por esa plata (**te**) puedo correr una maratón hoy mismo (como en cualquier otro momento).

65. Robinho (**te**) puede hacer diez goles por partido.

66. Yo a ese lugar no (**te**) iría nunca.

67. No (**te**) pisaría ese lugar ni (en el hipotético caso de que) me pagaran.

68. Mi marido a otro médico no (**te**) iría nunca.

Ahora bien ¿qué sucede con los dativos que nos ocupan desde el punto de vista sintáctico? Antes de avanzar con este tema, es necesario discriminar más finamente la caracterización de genericidad que estamos empleando. Varios autores (Landa y Franco 1992, Barrajón 2005, Cattaneo 2008, entre otros) han planteado que no es un valor de atemporalidad el que está presente en estas oraciones. En realidad, no es el tiempo, que en sí mismo discrimina entre [pas/-pas] lo relevante, porque estas oraciones admiten tanto presente como pasado –imperfecto– e incluso futuro. Lo que importa, entonces, no es el tiempo sino el aspecto, ya que estas construcciones exigen el rasgo [-perf]. Dentro de la categoría de aspecto, es el valor habitual y no el genérico, el que se corresponde con el sentido de estas oraciones, que no se refieren a una ocurrencia intemporal, como la que se manifiesta en oraciones como *Las ballenas son mamíferos* o *El agua hierve a 100 grados*, en las que no habría cabida para la inclusión de *te* porque se trata de proposiciones absolutas, dondeno corresponde la estimación de la posibilidad propiciada por el hablante?? *El agua te hierve a 100 grados*.

Las oraciones de nuestro corpus se refieren a sucesos contingentes y

11 Según Bosque 1999(§1), el uso de (43) se corresponde con el que denomina *saber3*, que indica posesión de capacidades –v.gr. *saber cantar*– y “se comporta como los verbos modales”.

virtualmente posibles, limitados a un marco de ocurrencia en el que pueden repetirse. Así, en (60) – *Robinho te hace diez goles por partido* – entendemos que ‘cada vez que Robinho juega un partido existe la posibilidad de que convierta diez goles’. La habitualidad, en el sentido de repetición potencial, como ya había anticipado Comrie (1985)¹², tiene un costado modal y, como sostuvimos en un trabajo anterior (Giammatteo et al. 2011),

[...][m]ediante la habitualidad, por un lado, el hablante asevera la ocurrencia regular de un suceso en un período de tiempo determinado, y por el otro, dicha aseveración le permite inferir la posibilidad de su reiteración a lo largo de dicho período.

El valor de posibilidad identificado en las construcciones de dativo genérico explica la presencia de inductores como las perífrasis modales, que manifiestan posibilidad o contingencia; así como también la de estructuras y construcciones con valor condicional, que crean un marco para la posible ocurrencia del suceso; bien de adverbios de frecuencia (cuantificados existencialmente) – *repetidamente, a menudo, regularmente, habitualmente* –, o de los cuantificacionales (cuantificados universalmente) – *siempre, nunca, jamás* –, que solo intervienen como expresión de los extremos que manifiestan los polos de máxima y mínima frecuencia. Por tanto son dos los valores que pueden reflejarse en estas oraciones: el de cuantificación existencial, cuando la repetición está vinculada a un período y puede tener un inicio, o bien el de cuantificación cuasi-universal, que expresa la continuidad indefinida de un evento. En el primer caso, las oraciones del corpus también cumplen otra característica de la habitualidad, que es la referencia a un marco o período durante el que se repite la ocurrencia y al que pueden hacer mención de forma implícita, como en (43) – *La gran Siria te abarcaba -> ahora ya no ...* – o bien mediante un deíctico explícito como en (43) o (46); lo cual, dado el carácter enfático de estas oraciones, les confiere sentido contrastivo con otro tiempo anterior–(43) *Una*

12 “[...] el significado habitual se ubica en el límite de los tres sistemas de tiempo, aspecto, y modo. En principio, uno podría esperar que la habitualidad se expresara por medio de un tiempo, puesto que involucra la localización de una situación a lo largo de un gran espacio de tiempo (quizás a lo largo de la totalidad del tiempo) más que su ubicación en un único punto. Pero, la habitualidad también puede ser aspectual, en la medida en que hace referencia al contorno temporal interno de una situación, en particular en cuanto a que la situación debe extenderse a lo largo de un gran espacio de tiempo. Asimismo, la habitualidad también puede ser modal, puesto que involucra unageneralización a partir de observaciones parciales sobre el mundo real, que se hace extensiva a otros mundos posibles” (Comrie 1985: 40).

*sola medalla gané en mi vida, cuando hacía gimnasia artística. Ahora no **te sé hacer ni la medialuna**; (46) Yo no **te** como el cogote hoy. Cuando era chica lo comía-*. En el segundo caso – con valor cuasi-universal-tenemos oraciones del tipo de (63) – *Mi marido a otro médico no te va-donde* podríamos explicitar el valor cuantificacional: ‘Mi marido, siempre que fue al médico, ha ido a ese, de lo que infiero que lo seguirá haciendo’.

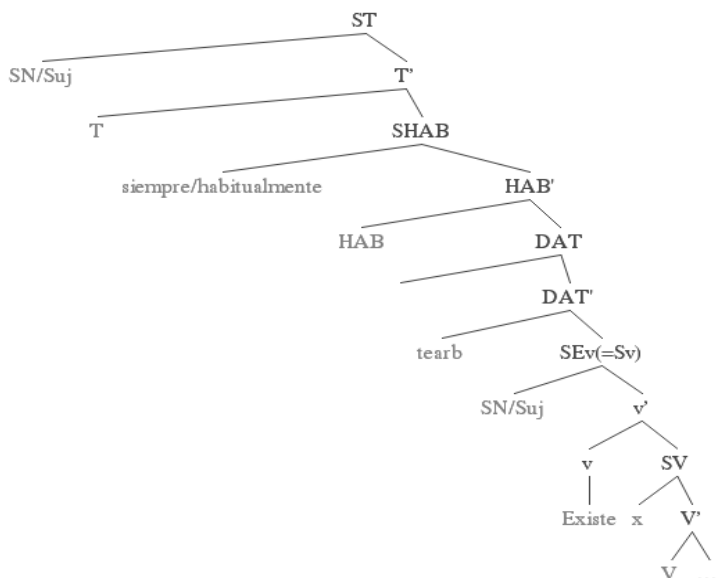
En consecuencia, es el S_{HAB} , que incluye rasgos aspectuales y modales, el que legitima la interpretación de estas oraciones y habilita la lectura a la que por comodidad seguiré llamando “genérica” de este dativo. En cuanto al dativo, no depende entonces del verbo léxico que, dado que es el que aporta la estructura argumental, respecto de (48), por ejemplo, produciría una lectura posesiva del tipo de ‘Yo no te como a vos el cogote/tu cogote’. En cambio, según creemos, en nuestros casos, el dativo está directamente vinculado con el sentido de posibilidad derivable, a partir del valor cuantificacional que implica, del S_{HAB} , de modo que lo que interpretamos, por ejemplo en (48), es ‘Hoy día, no es (ya) posible/no existe la posibilidad de que [yo coma el cogote]’, o bien respecto de (60), con cuantificación cuasi-universal, entendemos que ‘En todo partido existe la posibilidad de que [Robinho haga diez goles].’

El valor de posibilidad acerca estas oraciones a las de *poder y deber* epistémicos, que no se vinculan directamente ni con el sujeto ni con el verbo léxico, sino que modifican a la oración en su conjunto. En esta línea de razonamiento, el S_{HAB} , que básicamente se manifiesta por la desinencia verbal, puede ubicarse en una proyección superior con alcance sobre toda la oración. De este modo, es posible, en la línea de Baker y Travis(1997: 225):

[...] asumir que el material en la FV...se interpreta como el abarque nuclear (y por lo tanto el dominio de cierre existencial), mientras que el material afuera de la FV – incluyendo la FN sujeto – se interpreta como la restricción”

En síntesis, en las estructuras consideradas entre (39-48) y (59-63), el operador de genericidad se liga no al sujeto, sino al dativo, cuya lectura arbitraria pasa a depender del operador, que borra sus rasgos de referencialidad y lo convierte en genérico.

De este modo, propondríamos una representación estructural como la siguiente:



[ST [SN/Suj] [T' [T] [SHAB [siempre/habitualmente] [HAB' [HAB] [DAT
[] [DAT' [tearb] [SEv(=Sv) [SN/Suj] [v' [v Existe] [SV x [V' [V]....]]]]]]]]]]]

5. A modo de cierre y conclusión

Este rastreo por los “dativos superfluos” nos ha permitido reparar en algunos elementos oracionales que, como planteaban Ormazábal y Romero (2015), “no se circunscriben necesariamente a los argumentos del verbo”, sino que aún dentro de la oración entablan relaciones en otros niveles más altos vinculados con las capas que envuelven al evento y lo dotan de valores relativos a su instanciación en situaciones concretas que implican tiempo, aspecto y modo y también involucran valores relativos al hablante y al oyente. Tales elementos – los dativos estudiados – muestran que dichos valores no derivan exclusivamente de los contextos de situación, sino que están sistemáticamente codificados en el diseño estructural de la oración.

Referências

- AUTHIER, J. 1989. “**Arbitrary null objects and unselective binding**”. En Jaeggli y Saffir (eds.) *The null subject parameter*. Dordrecht: Kluwer: 45-67.
- BAKER M. y L. Travis 1997. “**Mood as verbal definiteness in a “tenseless” language**”, *Natural language semantics* 5: 213-269.
- BARRAJÓN, E. 2005. “**Un caso de impersonalidad semántica: el uso de los llamados ‘singulares arbitrarios’ en corpora orales**”. *Estudios de lingüística* 19: 47-64.
- BELLO, A. 1847 (1928). *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. París: A. Blot editor.
- BOSQUE, I. 1999. “**¿Qué sabe el que sabe hacer algo? Saber entre los predicados modales**”. En García Murga y Korta Carrión (eds.). *Palabras: Víctor Sánchez de Zavala in memoriam*. San Sebastián: Universidad del País Vasco: 303-323.
- _____ y V. Demonte (dirs.) 1999. *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe. 3 vols.
- _____ y J. Gutiérrez Rexach 2009. *Fundamentos de sintaxis formal*. Madrid: Ediciones Akal.
- BOSSE, S., B. Bruening y M. Yamada. 2012. “Affected experiencers”. *Natural Language and Linguistic Theory* 30, 4: 1185-1230.
- BRIZ, A. 1998. *El español coloquial: situación y uso*. Madrid: Arco Libros.
- CATTANEO, A. 2008. “Italian Null Objects and Resultative/Depictive Predication”. *NELS* 37, vol.1, 141-152.
- CINQUE, G. 1999. *Adverbs and functional heads: a cross linguistic perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- COMRIE, B. 1985. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press.

CUERVO, M. C. 2003. ***Datives at Large***. Tesis doctoral en lingüística. Massachusetts, EE.UU.: MIT.

_____. 2008. “**La alternancia causativa y su interacción con argumentos dativos**”. *RLA*, 46 (1): 55-79

_____. 2010. “**Againstditransitivity**”. *Probus*, 22:151-180.

DEMONTTE, V. 1994. “**La ditransitividad en español: léxico y sintaxis**”. En Demonte V. (ed.) *Gramática del español. NRFH*, Vol. VI. México: El Colegio de México: 431-470.

FERNÁNDEZ Soriano, O. y Táboas Baylín 1999. “**Construcciones impersonales no reflejas**”. En Bosque y Demonte (dirs.): 1723-1778.

GIAMMATTEO, M. 2011. “**Algunos usos pronominales del español de la Argentina**”. Ponencia presentada en la *Segundas Jornadas de la Lengua*, organizadas por Biblioteca Nacional, Buenos Aires.

_____, A. Marcovecchio y H. Albano. 2011. “**Dos dominios en intersección: habitualidad y posibilidad. Su manifestación en las perífrasis verbales**”. En Cuartero, García Fernández y Sinner (eds.). *Estudios sobre perífrasis y aspecto*. München: Peniope: 139-157.

GUTIÉRREZ Ordóñez. S. 1999. “**Los dativos**”. En Bosque I. y V. Demonte(dirs.). Vol 2: 1855- 1930.

HERNANZ, M. Ll. 1990. “**En torno a los sujetos arbitrarios de segunda persona del singular**”. En Demonte y Garza Cuarón (eds.). *Estudios de lingüística de España y México*, México; El Colegio de México, 151-179.

LANDA, A. y J. FRANCO. 1992. “**Objetos nulos en el castellano del País Vasco: dos estatus para dos interpretaciones**”, *ASJU*,XXVI-3: 777-792.

MALDONADO, R. 1994. “**Dativos de interés, sin intereses**”. En *Verbo e estruturasfrásicas. Actas do IV Coloquio Internacional de Lingüística Hispánica* (Leipzig, 1993). Porto: Faculdade de Letras: 241-264.

ORMAZÁBAL, J. y J. Romero 2015. “**Argumentos añadidos y restricciones de concordancia**”. En Gallego, Á. (ed.). *Perspectivas de sintaxis formal*. Madrid: Akal.

PYLKKANEN, M. 2002. *Introducing Arguments*. Tesis doctoral en lingüística. Massachusetts, EE.UU.: Massachusetts Institute of Technology.

RODRÍGUEZ Ramalle, T. M. 2005. *Manual de sintaxis del español*. Madrid: Editorial Castalia.

_____ (2015). *Las relaciones sintácticas*. Madrid: Editorial Síntesis.

ROJAS, E. 2013. “**Las formas de segunda persona singular como estrategias evidenciales**”. *Revista de Lingüística Aplicada (RLA)*, 49 (1): 143-167.

SÁNCHEZ López, C. 2016. “**Pasividad e impersonalidad**”. En Gutiérrez Rexach (ed.) *Enciclopedia de Lingüística Hispánica*. Vol.1. Londres y New York: Routledge.

3 – Ficar: o verbo mais gostoso do mundo: gramaticalização e abstratização do verbo ficar no Português do Brasil

Maria Cristina Morais de Carvalho
Dionei Moreira Gomes

1 Introdução

A gramaticalização é um fenômeno de constituição linguística em que itens lexicais tornam-se gramaticais, ou então itens gramaticais tornam-se mais gramaticais ainda. Essa é a definição clássica do fenômeno e, atualmente, a pesquisa funcionalista da gramaticalização valoriza os fatores pragmáticos, discursivos e cognitivos na descrição e análise da gramaticalização. Assim, a teoria funcionalista da linguagem, sobretudo a Linguística Centrada no Uso mais recentemente (BYBEE, 2010) compreende o fenômeno da gramaticalização a partir do uso linguístico e a interação entre os falantes.

Dessa maneira, muitos linguistas têm estudado a gramaticalização nessa perspectiva, procurando investigar seus mecanismos de manipulação conceitual (HEINE *et. alli*, 1991), suas motivações pragmáticas e discursivas (TRAUGOTT & KÖNIG, 1991; TRAUGOTT & DASHER, 2005; TRAUGOTT, 2010).

A gramaticalização é um indício de que a gramática está sujeita a uma reorganização constante em meio a uma estabilidade funcional e necessária à comunicação. Essas mudanças ocorrem em um *continuum* em que categorias se (re)ordenam funcionalmente dentro do sistema linguístico, estando, portanto, sujeitas a ação do tempo, do espaço e a mecanismos de cognição. As novas funções linguísticas podem coexistir com as já existentes.

Por outro lado, essas formas coexistentes também estão sujeitas às pressões dos falantes da língua. Tavares (2003) relaciona a gramaticalização a mudanças funcionais e com as motivações de natureza social. Assim, as variações linguísticas de grupos sociais podem ser apontadas como causas da gramaticalização conforme Bisang (1998) e Giannini (1998).

A Sociolinguística, cujo objeto de investigação são as relações entre língua e sociedade, pode contribuir na investigação dos fenômenos de mudança linguística, dentre eles a gramaticalização. Especialmente a sociolinguística variacionista inclui padrões sociais, como idade, sexo, classe social, escolaridade etc., na análise das variações da língua. Como lembra Labov (1972a, p. 3), “não é possível compreender o desenvolvimento da mudança linguística fora da vida social da comunidade em que ocorre”.

Nesse sentido, o presente estudo é sobre a gramaticalização do verbo *ficar* no português do Brasil sob o enfoque funcionalista, especialmente o da Linguística Centrada no Uso, e conta também com o suporte da Sociolinguística ao verificar a influência da variável *idade* nesse processo.

O verbo *ficar* tem origem no latim vulgar *figicare* (*século XIII*) (CUNHA, 1997 p. 335), que significa “permanecer”. No entanto, percebemos alguns usos que se distanciam dessa acepção no Português do Brasil (PB), como passar um certo momento de convívio amoroso com alguém sem nenhum compromisso. Esse uso, bastante recorrente no Português do Brasil, faz parte da cadeia polisêmica de *ficar* (RIBEIRO, 2004; CARVALHO, 2008). Assim, os significados do verbo *ficar* constituem uma cadeia de significados (TAYLOR, 1989) em que o uso mais prototípico é permanecer em algum lugar.

Então, o objetivo deste artigo é discutir o significado/uso inovador de *ficar* como “convívio amoroso fugaz” e estabelecer um paralelo com a gramaticalização. Partindo do pressuposto de que a estrutura da língua emerge dos usos e, por isso, está sujeita à pressão dos falantes e em constante mudança (HOPPER, 1987; BYBEE, 2010).

Os pressupostos teóricos adotados neste trabalho são os da concepção da Linguística Centrada no Uso (GIVÓN, 1995, 2001; BYBEE, 2010; TRAU-GOTT, 2010; TOMASELLO, 1998, 2003; MARTELOTTA, 2011; OLIVEIRA & ROSÁRIO, 2015; CEZARIO & FURTADO DA CUNHA, 2013) e da Sociolinguística variacionista, especialmente Labov (1972a, 1972b), Chambers (1995) e Romaine (1994).

Este capítulo se divide nas seguintes seções: pressupostos teóricos; metodologia; análise das ocorrências; a interferência da variável idade nos usos de *FICAR* e considerações finais.

2. Pressupostos teóricos

2.1 A interface entre a Sociolinguística e o Funcionalismo

Para Tavares (2003), a sociolinguística e as teorias sobre gramaticalização de orientação funcionalista possuem semelhanças quanto à concepção de língua, pois ambas as perspectivas entendem a língua como um sistema heterogêneo, sendo alvo de variação e mudança, altamente motivadas pelos índices socioculturais (HOPPER & TRAUGOTT, 1993; LABOV, 1972a; 1972b).

A sociolinguística variacionista privilegia as relações de interação social. A análise linguística deve estar contextualizada e relacionada às características sociais da comunidade de fala analisada (LABOV, 1972a). Assim, é necessário compreender a língua como um sistema variável em que as variações linguísticas são resultado das pressões sociais do contexto da comunidade de fala observada (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968).

As variáveis sociolinguísticas, de acordo com Camacho (2004), estão em função da identidade social do emissor, do receptor e das condições de produção discursiva. Assim, as variáveis estão relacionadas à localização geográfica dos falantes e suas características socioculturais como idade, sexo, escolaridade e ao registro e estilo.

Nesse sentido, a sociolinguística aproxima-se do paradigma funcional da linguagem que também se caracteriza pela valorização dos contextos comunicativos e da participação ativa, real e subjetiva dos falantes no processo de constituição linguística. Os estudos sobre gramaticalização também valorizam a relação entre a variação linguística e a mudança linguística. Para Lichtenberk (1991), a variação é uma causa necessária para a mudança linguística, que é ativada pelo uso.

Assim, a mudança linguística ganha *status* de objeto de estudo com o advento da gramática histórico-comparativa, no século XIX, em uma abordagem diacrônica. Mas foi com os neogramáticos que surgiu um princípio essencial aos estudos da mudança linguística: o princípio do uniformitarismo.

Nenhuma causa velha se extinguiu; nenhuma causa nova foi introduzida. Era o *princípio do uniformitarismo*, que fornecia a ideia de que não há evolução para melhor ou decrepitude nas línguas, mas mudanças que seguem tendên-

cias gerais, perceptíveis em todos os momentos da evolução das línguas. (MARTELOTTA, 2011, p. 32)

Esse princípio está na base dos estudos sociolinguísticos e da Linguística Centrada no Uso (LCU). Dessa maneira, entendemos que a sociolinguística e o funcionalismo centrado no uso são dois enfoques teóricos próximos para analisar um fenômeno de mudança linguística, que é o caso de gramaticalização do verbo *ficar*. De cada um deles, vamos usar construtos que nos ajudarão a dar conta do fenômeno em análise de maneira complementar.

2.2 Gramaticalização e mudança linguística sob uma perspectiva da Linguística Centrada no Uso

A gramaticalização é um fenômeno ligado à noção de mudança linguística e emergência de categorias gramaticais. O interesse sobre os estudos de gramaticalização remonta à linguística pré-saussuriana, como nos afirma Heine *et alii* (1991). A Linguística Centrada no Uso (LCU) tem grande interesse no fenômeno da gramaticalização, relacionando-o ao contexto de uso e constante emergência das formas gramaticais e suas manifestações nas diversas línguas (RAMAT & HOPPER, 1998). Apesar da proximidade com a Sociolinguística, há no quadro da LCU interesses de pesquisa que a diferem da Sociolinguística, sem desconsiderá-la. Como afirma Martelotta (2011), a LCU se interessa pelo contexto estimulador da mudança, sua ambiguidade e as inferências aí sugeridas (nos termos de TRAUGOTT & DASHER, 2005).

Nas palavras de Martelotta (2011, p. 53),

(...) o que parece impulsionar o movimento de mudança são os mecanismos interacionais associados aos usos dessas estruturas. Em termos mais específicos, a mudança tende a refletir o modo mais eficaz de negociação de sentido que o falante e ouvinte promovem no ato da comunicação. Esse é um aspecto fundamental relacionado ao que chamamos anteriormente de inferência sugerida, que prevê as complexidades da comunicação em que o falante evoca implicaturas, sugerindo que o ouvinte as aplique em sua interpretação.

Logo, para a LCU, não basta estudar apenas as variações. Devem-se estudar também as questões cognitivas e interacionais envolvidas na mudança linguística. E são essas questões que guiam os estudos de gramaticalização nos dias de hoje no âmbito da LCU. Para Rosário (2015, p. 38),

Atualmente, a concepção de gramaticalização alargou-se, deslocando o foco do item linguístico para a construção que o instancia. Dessa forma, operou-se uma reorientação nos estudos funcionalistas, cujo objetivo é focalizar a emergência, o uso e os processos de mudança das construções gramaticais (ver BYBEE, 2010).

Neste momento, faz-se necessário abordar a relação entre gramaticalização e (inter)subjativização. Traugott (2010, p. 6-7) nos mostra o quanto há de interseções entre esses dois conceitos: “(...) Há uma forte correlação entre gramaticalização e subjativização, e uma fraca correlação entre gramaticalização e intersubjativização” (Tradução nossa).¹ Para ela, a gramaticalização, por definição, envolveria o recrutamento de itens para marcar a perspectiva do falante. Agora, vejamos como Traugott define (inter)subjativização:

(...) subjativização e intersubjativização são mecanismos pelos quais:

- a. significados são recrutados pelo falante para codificar e regular atitudes e crenças (subjativização) e,
- b. uma vez subjativados, podem ser recrutados para codificar significados centrados no ouvinte (intersubjativização).

(TRAUGOTT, 2010, p. 4) (Tradução nossa)²

Para Traugott (2010, p. 8), a subjativização tem mais tendência a ocorrer na chamada gramaticalização primária (a mudança do lexical/construcional para o gramatical) que na chamada gramaticalização secundária (o desenvolvimento de material já gramatical em material mais gramatical ainda).

1 “(...) there is a strong correlation between grammaticalization and subjectification, and a weaker one between grammaticalization and intersubjectification” (TRAUGOTT, 2010, p. 6-7).

2 “(...) subjectification and intersubjectification are the mechanisms by which:
a. meanings are recruited by the speaker to encode and regulate attitudes and beliefs (subjectification), and,
b. once subjectified, may be recruited to encode meanings centered on the addressee (intersubjectification). (TRAUGOTT, 2010, p. 4)

Para nós, interessa muito essa distinção proposta por Traugott, especialmente porque vamos defender que o uso do verbo *ficar* com o sentido de “relação amorosa fugaz” atende em parte ao que se prevê na chamada gramaticalização primária.

3. Metodologia

A análise da interferência da variável idade na gramaticalização do verbo *ficar* aqui proposta foi feita a partir dos dados do *corpus* PEUL, da UFRJ. Para esta pesquisa, foram selecionadas as amostras Censo, Recontato e Tendência. A amostra Censo compõe-se de 64 inquéritos de entrevistas com falantes do Rio de Janeiro, entre os anos de 1980 e 1984. As amostras Recontato e Tendência também são de falantes do Rio de Janeiro, mas foram coletadas entre os anos 1999 e 2000³.

Foram selecionados 22 inquéritos, sendo 12 deles pertencentes à amostra Censo, 2 à amostra Recontato e 8 inquéritos à amostra Tendência. O objetivo de analisar essas três amostras é verificar se houve uma mudança nos usos de *ficar* nos 20 anos de intervalo das amostras (1980 a 2000).

Como o objetivo deste estudo é também verificar se a variável sociolinguística *idade* interfere no processo de gramaticalização do verbo *ficar*, fizemos a seleção dos inquéritos a partir dessa variável e agregamos as variáveis *sexo* e *escolaridade*, com o intuito de verificar se elas também poderiam interferir no uso do verbo *ficar* sob investigação. Assim, selecionamos informantes homens e mulheres, de todos os níveis de escolaridade da Educação Básica e de três grupos etários distintos: a) 15 a 25 anos; b) 26 a 49 anos e c) 50 a 60 anos. A partir dessa seleção dos grupos por idade, dividimos o grupo também entre os que fizeram a primeira fase do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e os que fizeram a segunda fase do ensino fundamental e/ou o ensino médio.

Em concomitância à análise desses inquéritos, julgamos pertinente verificar também o uso do verbo *ficar* em períodos posteriores ao da coleta

3 O Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) da UFRJ organizou um conjunto de entrevistas, realizadas entre 1980 e 1983, em um banco de dados denominado Amostra Censo. A partir da amostra Censo, duas novas amostras foram constituídas, entre 1999 e 2000, uma com o objetivo de observar a mudança em tempo real de curta duração nos indivíduos (amostra Recontato) e a outra para analisar a mudança na comunidade (amostra Tendência). Além dessas amostras, o banco de dados do PEUL é composto por amostras específicas como a Amostra da Fala Infantil, MOBREAL, Banco de dados interacionais, bem como as amostras de textos escritos.

de dados das amostras *Recontato e Tendência*. Por isso, recorremos a falas de jovens adultos, presentes em um *site*⁴ com a temática de relacionamentos. Cumpre dizer que essas falas foram motivadas devido a uma entrevista, sobre as impressões dos entrevistados em torno do ato de *ficar*. Desse modo, é possível verificar a influência da variável **idade** nos usos de *ficar* no PB, visto que assim ampliamos o recorte temporal de análise.

4 Análise de dados

4.1 Análise das ocorrências: verificando os usos do verbo *ficar* no Português do Brasil

Para alcançarmos os objetivos propostos neste estudo, iniciamos a análise a partir dos usos do verbo, considerando a sua função semântica, do conceito mais concreto para o mais abstrato, sua função sintática e os traços semânticos dos argumentos que esse verbo seleciona. Assim, revisitamos a pesquisa de Carvalho (2008) e ampliamos a análise dos usos de *ficar* designados na pesquisa como verbo pleno⁵.

Ficar 1:

(4) *se eu tiver um bom emprego, aí dá para gente viver bem, aí ela vai ficar em casa, sabe?* (Censo, C1,18a, M)

Ficar 2:

(5) *Já fiquei dois ano sem trabalha.* (Tendência, T7, 21a, F)

Ficar 3:

(6) *Até meia noite eu fico com a família, mas depois eu vou vê meus amigos, vou, fico na rua até certa hora.* (Tendência, T06, 20a, M)

Ficar 4:

(7) *A gente vai a gente vai morá junto (...) Pretendo ficá cum ele. (ruído de água)* (Tendência, T7, 21a, F)

4 Os dados estão disponíveis no *site Ajuda Emocional* (<http://ajudaemocional.tripod.com/id282.html>), da psicóloga Olga Tesnari.

5 Verbos plenos são aqueles que acionam estruturas de predicado (NEVES, 2006).

Ficar 5:

(8) *Ela falou assim: não, ela falou que queria ficar, mas só que a garota é que tava impedindo dela... sei lá eu tava com receio de ficar comigo pensando que eu ficar com as duas* (Tendência, T06, M, 20)

Diante dessas ocorrências, a proposta de Heine (1993) em torno dos esquemas de eventos torna-se relevante para nossa análise. As expressões linguísticas podem se originar de domínios concretos, partindo para uma categorização em domínios mais abstratos, mostrando perceptualmente uma unidade de predicado e sua relação com os seus argumentos. O que difere um esquema de evento de um conceito simples é o fato de que um evento envolve mais de uma entidade.

Aplicando os Esquema de eventos (HEINE, 1993) nas ocorrências em análise, observamos que o uso de *FICAR 1* corresponde à estrutura de predicado mais prototípica do verbo, expressando o conceito **localidade** e selecionando um sujeito humano, animado, com função semântica de experienciador e um argumento inanimado locativo. Entretanto esse uso também admite um sujeito [-humano] como em *Onde fica esse lugar, hein?* (Censo, C1,18a, M).

A noção de **localidade** no exemplo acima é bem estática, uma vez que o sujeito é algo fixo, que não sai de onde está. Desse modo, percebemos que, em *FICAR 1* -- apesar de ser o uso mais prototípico de ficar e, segundo Carvalho (2008), o conceito lugar ser o conceito-fonte⁶, existem gradações nesse uso, uma vez que, ao selecionar um sujeito [+humano] já admite a possibilidade de deslocamento, do esquema de evento **direção**.

FICAR 2 (por exemplo, “já fiquei dois ano sem trabalha”) seleciona um sujeito humano, e o adjunto que o acompanha é temporal (*dois ano*), seguido de uma expressão (*sem trabalha*) que designa o estado da pessoa, o desemprego. Nos termos de Heine (1993), o esquema de evento dessa ocorrência seria também **localidade**, porém, ocorreu uma metaforização, visto que o falante permaneceu na posição de desempregado. Além disso, o adjunto temporal é relevante nesse uso, pois marca o período da permanência e contribui para a abstratização do conceito de *ficar 2*: a ideia de **espaço** é interpretada nos termos de **tempo**. Para Heine *et alii* (1991), essa alteração de expressão dos domínios é uma metáfora categorial que interfere no processo de gramaticalização.

6 Para Heine *et alii*. (1991), os conceitos-fonte também fazem parte do processo de manipulação de conceitos concretos. Esses conceitos dizem respeito a objetos concretos, processos ou localidades, sendo que as fontes mais básicas são as partes do corpo.

Em FICAR 3 (exemplo: “Até meia-noite eu fico com a família (...”), há a expressão do esquema de evento **companhia**. O sujeito seleciona argumentos humanos (*eu, família*). Podemos observar que, nesse uso, *ficar* já expressa a relação entre pessoas, em uma localidade, havendo companhia fraterna entre elas. Nesse uso, também se admite a interpretação de cuidar, como em:

(10) *Fiquei lá um pouquinho com ela, sangrando muito (...) Dois dentão enorme que ela arrancou. Aí fiquei lá com a garota, com ela e as meninas, depois eu vim (...)* (Censo, C16, 56a, F)

FICAR 4 possui sentido de casar ou assumir uma relação amorosa mais duradoura: “*Pretendo ficá cum ele*”. Nesse exemplo (7), *ficar* seleciona um sujeito humano, e o argumento também é humano. Nesse uso, observamos que o esquema de evento **companhia** é ampliado, pois além da ideia de convivência, acrescenta-se a ideia de relacionamento amoroso.

A partir do uso FICAR 5, ocorre uma mudança no traço permanente de *ficar*. Na ocorrência (8), o verbo adquire o significado de passar algumas horas ou até minutos de convívio amoroso com alguém, sem nenhum compromisso. A estrutura de predicado nesse uso é semelhante à de FICAR 4 em que o sujeito e o argumento são humanos. O esquema de evento expresso em FICAR 5 também é **companhia**, entretanto, a duração do período de convivência diminui. E a diferença entre *Ficar 4* e *Ficar 5* está relacionada ao contexto de uso, portanto, um novo uso surge a partir do contexto.

Diante desses usos de *ficar* no PB, observamos que eles têm, do ponto de vista sintático, o papel de predicado, selecionando os argumentos para constituir as sentenças. Entretanto, na perspectiva semântica, percebemos que *ficar* expressa **localidade** e **companhia** e esses esquemas de eventos podem ser interpretados nos termos do **tempo**. E essa diversidade de interpretações, associadas aos papéis comunicativos dos falantes, leva, segundo Traugott & Dasher (2005), ao processo de mudança semântica e linguística.

Carvalho (2008) sugeriu que os usos de *ficar* formam uma escala de abstratização, na qual os conceitos mais concretos correspondem às acepções mais próximas do uso mais prototípico de *ficar*. Na escala proposta por essa autora, no entanto, não havia distinção entre *ficar* como relacionamento amoroso longo e relacionamento amoroso curto. Para nós, a diferença entre esses

usos é o contexto propulsor da mudança semântica. Há uma ambiguidade de *ficar* nesses dois usos, causada pela alteração de projeção aspectual: de um sentido mais permanente/longo para um sentido mais transitório/curto. Nesse sentido, nossa releitura para a escala de abstratização para *ficar* de Carvalho (2008) configura-se assim:

**Espaço> Tempo> Companhia> Relação amorosa duradoura>
Relação amorosa fugaz**

Esses usos de *ficar* estão muito próximos, apresentando significados bem semelhantes e, ao mesmo tempo, relacionados com o conceito-fonte do verbo. Isso confirma que esses usos estariam em relação de contiguidade, estabelecendo metonimicamente, uma estrutura de semelhança da cadeia dos significados de *ficar* (TAYLOR, 1989).

Para Traugott & König (1991), as relações metonímicas representam a interferência dos falantes na mudança linguística. Segundo esses autores, as inferências pragmáticas e os significados convencionalizados partem de um *continuum* em que o desenvolvimento de novos usos para velhas formas parte tanto de uma implicatura conversacional quanto de um significado convencionalizado. Nesse sentido, os significados ampliam-se devido às atitudes e crenças dos falantes perante as situações: subjetivação e intersubjetivação, conforme discutimos anteriormente.

Diante disso, quais seriam as influências dos falantes na ampliação dos significados *FICAR 1* para *FICAR 5*? A idade desses falantes seria um fator que provoca a ampliação dos significados de *ficar*? Na subjetivação e na intersubjetivação, os falantes selecionam mais que estruturas sintáticas. Eles também selecionam a expressão desse conteúdo em função dos seus propósitos e das expectativas dos interlocutores (TRAUGOTT & DASHER, 2005). O relacionamento amoroso fugaz, que remete ao uso *FICAR 5*, é tido como um comportamento típico dos jovens, então, é relevante investigar a relação entre a frequência desse uso entre os diferentes grupos etários, para comprovar se realmente a idade influenciou o processo de abstratização de *ficar*. Na próxima seção, verificaremos essa interferência.

4.2 A interferência da variável idade nos usos de *FICAR*

Para entendermos a influência da variável *idade* no processo de mudança linguística, é preciso considerar a força dos grupos etários no contexto social e na mudança linguística. De acordo com Chambers (1995), existem períodos sociolinguísticos cruciais para a mudança linguística. São eles: a infância, em que os indivíduos adquirem a língua sob a influência da família e amigos, a adolescência em que o vernáculo adquirido sofre pressão e o início da vida adulta, quando a standardização se intensifica e os traços da variedade adquirida tendem a se estabelecer.

A adolescência é um período da busca da individuação (CHAMBERS, 1995). Os adolescentes procuram alinhar-se com seus pares. Essa atitude adolescente interfere sensivelmente na mudança e inovação linguística. Para Labov (2001), a aquisição da língua consiste na transmissão de características linguísticas de grupos adolescentes mais velhos aos mais jovens. Isso implica que esses grupos mais jovens entram em contato com uma nova variedade linguística, somada à língua adquirida com os pais, que posteriormente transmitirão a outros grupos mais jovens.

Há evidências de que adultos é que seriam capazes de fazer complexas inferências e lidar com funções pragmático-discursivas capazes de fazer mudar uma língua. Para Heine & Kuteva (2007), *apud* Martelotta (2011, p. 45), “crianças em idade pré-escolar não são agentes de mudança e não criam novas estruturas – somente adolescentes e adultos o fazem”.

Assim, a idade pode ser considerada um fator que influencia o processo de mudança linguística, pois a língua a ser transmitida, de geração a geração, não será a mesma, pois contará com características específicas da experiência de cada geração, de suas estratégias de subjetivação e intersubjetivação.

Nesse contexto, a noção de mudança em tempo aparente e mudança em tempo real são importantes para compreendermos como a idade pode influenciar as mudanças linguísticas. De acordo com Romaine (1994), a mudança em tempo aparente relaciona-se às inovações ocorridas em determinado ponto do tempo, e a mudança em tempo real são as mudanças que ocorrem e se fixam ao longo do tempo. Uma inovação linguística de um grupo pode se tornar um padrão linguístico da próxima geração, correspondendo de fato a uma mudança linguística.

No caso específico do verbo *ficar*, analisamos a frequência dos usos, tanto na amostra Censo, quanto na amostra Tendência e Recontato para verificar as mudanças de tempo aparente e real e também se os usos menos prototípicos do verbo por grupos etários mais jovens são instâncias de gramaticalização.

Dentre os usos de *ficar*, destacaremos *FICAR 5* por se tratar de um uso que se distancia da acepção fonte do verbo, especialmente um uso bastante comum na fala dos adolescentes,, como no exemplo a seguir:

(11) *Ficar com uma pessoa tem suas vantagens. Você pode não estar certo se quer realmente namorar, então, melhor deixar claro que não há compromisso do que assumir algo que será totalmente falso.*

(<http://www.terra.com.br/jovem/sexo/2002/05/29/001.htm> acessado em 20/08/2007)

O exemplo (11) foi retirado de uma página da *internet* de dicas sobre namoro e sexo para adolescentes. Nossa hipótese é que o uso *FICAR 5* (“relação amorosa fugaz”) se refere a um comportamento social comum ao adolescente e que já se disseminou na faixa etária seguinte. A nomeação dessa prática como *ficar* parece ter tido origem nos anos 1980 (CARAMASCHI, 2006), o que indica a existência desse uso há, pelo menos, 30 anos.

Ribeiro (2004), ao estudar os usos do verbo *ficar*, levantou algumas hipóteses para o surgimento da acepção de *FICAR 5*. Uma delas se relaciona ao fato de que *ficar* apresenta um sentido mais neutro que *namorar*, *noivar*, *casar*, configurando-se um novo sentido. A outra hipótese revela o comportamento descompromissado dos jovens com os relacionamentos.

Dessa maneira, conforme Taylor (1989) afirma, a categorização reflete o modo como os falantes veem o mundo, e as hipóteses de Ribeiro (2004) sugerem a inovação e mudança para o verbo *ficar* no período de 24 anos (de 1980 a 2004, sendo este o ano em ela publicou seu trabalho).

Para confirmarmos essas hipóteses, recorreremos à análise de dados das amostras Censo, Recontato e Tendência:

Grupos/ usos	F1	F2	F3	F4	F5	Total (%)
15-25 anos	9 (52,9%)	4 (23,5)	3 (17,6)	-	1 (5,8%)	17 (100%)
26-49 anos	15 (60%)	8 (32%)	1 (4%)	1 (4%)	-	25 (100%)
60-50 anos	26 (63,4%)	9 (21,9%)	3 (7,3%)	3 (7,3%)	-	41 (100%)
Total	50 (60,24%)	21 (25,3%)	7 (8,4%)	4 (4,8%)	1 (1,2%)	83 (100%)

Quadro 4 - Frequência de uso de ficar entre os grupos etários selecionados na amostra Censo (1980 a 1984)

Os resultados do quadro indicam uma tendência na amostra Censo para uma frequência de uso maior para a forma fonte de *ficar* F1, enquanto que F5 teve uma baixa frequência de uso (1,2% do total), e, como esperado, na fala dos mais jovens. Se considerarmos que essa acepção do verbo teve origem em meados dos anos 80, então a baixa frequência de uso se justifica nesse *corpus* Censo, que cobriu o período de 1980 a 1984.

Assim, nos resta saber qual foi o desenvolvimento e consolidação do uso de F5 dos anos 80, data de coleta da amostra Censo, até o final da década de 90 e início da primeira década do século XXI (2000), data da coleta das amostras Recontato e Tendência:

Grupos/ usos	F1	F2	F3	F4	F5	Total/ %
15-25 anos	19 (70,3%)	1 (3,7%)	1 (3,7%)	1 (3,7%)	5 (18,5%)	27 (100%)
26-49 anos	25 (69, 4%)	3 (8,3)	3 (8,3)	3 (8,3)	-	36 (100%)
60-50 anos	3 (37,5%)	4 (50%)	1 (12,5)	-	-	8 (100%)
Total	47 (66,1)	8 (11,2)	5 (7%)	4 (5,7%)	5 (7%)	71 (100%)

Quadro 5 – Frequência de uso de ficar entre os grupos etários selecionados nas amostras Recontato e Tendência (Período: 1999 a 2000)

Em relação ao uso FICAR 5, a sua frequência aumentou consideravelmente, o que confirma que esse uso estava se expandindo nesse período (fins dos anos 1990), confirmando as hipóteses de Ribeiro (2004).

Se considerarmos apenas os dados arrolados na amostra, podemos levantar a hipótese de que o uso de *FICAR 5* na década de 80 (amostra Censo) era incipiente e depois se tornou mais comum nos fins dos anos 90, conforme as amostras Recontato e Tendência. E o que dizer de seu uso nas duas últimas décadas?

Para confirmarmos como ocorre o uso de *Ficar 5* atualmente, trouxemos amostras de falas mais recentes, colhidas de entrevistas publicadas em um *site* na *internet* com exemplos de usos de *FICAR 5*. Foram coletados 6 exemplos do *site* <http://ajudaemocional.tripod.com/id282.html>:

(12) Quando fiquei com mais de um numa noite eu não gostei.

(13) Eu já fiquei com três caras na mesma noite. Mas não é legal... Só na hora foi legal, eu tinha bebido um pouco.

(14) É legal quando você está triste, meio deprimida quando você tem algum caso mal resolvido (...). Eu já fiquei com três em um carnaval.

(15) Uma vez em uma Micareta eu fiquei com sete caras.

(16) Não me arrependi. Porque eu estava na fase do beijar na boca e ser feliz. Fiquei com três na mesma noite, mas faz tempo.

(17) Eu gosto de ir pra noite e agarrar mesmo! Começar com uma menina, continuar a noite com outra, acabar a festa com uma terceira (...) me dá vontade de ficar a noite toda.

As idades dos entrevistados acima variam entre 17 e 29 anos, o que indica que *FICAR 5* não é usado apenas por adolescentes, tendo um uso muito difundido entre os jovens adultos. O exemplo 16 sugere uma referência à idade, dando a entender que, quando se é mais velho, o *ficar* perde o sentido, o valor. E, finalmente, há sempre uma expressão adverbial temporal acompanhando

esse *ficar*: “em uma noite”, “na mesma noite” (2x), “em um carnaval”, “em uma Micareta”, “a noite toda”. Esse período temporal é curto, confirmando o caráter fugaz do relacionamento afetivo-amoroso presente no verbo *ficar* nos usos exemplificados.

Quanto à expansão desse uso nas faixas etárias mais velhas, os dados acima arrolados ainda não permitem afirmar se essa expansão ocorreu, mas a partir dos dados analisados aqui é possível confirmar que a mudança em tempo aparente ocorrida nos anos 80, relacionada ao uso de *FICAR 5* se fixou, tornando-se um padrão linguístico da geração atual.

5. Considerações finais

Este artigo contribui para confirmar a perspectiva presente na linguística funcionalista e na sociolinguística: a língua é intrinsecamente dependente das relações interacionais dos falantes. Os comportamentos, crenças e posicionamentos dos falantes interferem na configuração da língua, observável nas variações e mudanças linguísticas.

Assim, se a idade dos falantes interfere na sua maneira de perceber o mundo, provavelmente ela interferirá na sua maneira de representá-lo por meio da língua. Ao estudarmos o uso *FICAR 5*, dentre os usos do verbo *FICAR* no português do Brasil, foi possível confirmar que a variável sociolinguística *idade* interfere na fixação desse uso. Além disso, foi possível observar que:

FICAR 5 parece ter surgido no PB em meados dos anos 1980 entre os mais jovens e que ainda se encontra fortemente nessa faixa;

a) os mais jovens e que ainda se encontra fortemente nessa faixa;

b) os usos de *ficar* como verbo pleno organizam-se numa estrutura de semelhança de família (RIBEIRO, 2004), pois todos eles compartilham traços semânticos e sintáticos, e se relacionam com a forma fonte;

c) a mudança de sentido em *Ficar 5* representa um processo de abstratização.

No presente estudo, defendemos que a mudança linguística está afetando um dado verbo em uma dada construção com a finalidade de produzir uma comunicação mais eficiente, uma comunicação que expresse novas percepções subjetivas e provoque novas compreensões intersubjetivas. O caráter

mais abstrato que identificamos no novo uso do verbo *ficar* é, para nós, um indício de que se trata de um tipo de gramaticalização.

Outras pesquisas sobre esse uso de *Ficar* com sentido de “relacionamento amoroso fugaz” precisam ser feitas, especialmente entre as faixas etárias superiores a 30 anos. Também devem ser analisados dados mais recentes nas faixas etárias em que identificamos esse uso: adolescência e início da vida adulta.

6. Referências

BISANG, W. Gramaticalization and language contact, constructions and positions. In: RAMAT, A. G., HOPPER, P. J. (Eds). **The limits of grammaticalization**. Amsterdam: J. Benjamins, 1998. p. 13-58.

BYBEE, J. **Language, Usage and Cognition**. New York: Cambridge University Press, 2010.

CAMACHO, R. G. Sociolingüística. In: MUSSALIM E BENTES F. A. C. (Org.) **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2004.

CARAMASCHI, S. Duplo Amor. **Jornal da Cidade**, Bauru, p. 04, 03 set. 2006.

CARVALHO, M. C. **Os usos de ficar no Português do Brasil**: descrição e gramaticalização. (Dissertação de Mestrado). Goiânia: UFG/Faculdade de Letras, 2008.

CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). **Linguística centrada no uso – uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2013.

CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistic theory**: linguistic variation and its social significance. Cambridge: Blackwell, 1995.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

GIANNINI, S. Discourse and pragmatics conditions of grammaticalization. Spatial deixis and locative configurations in the personal pronoun system of some Italian dialectal areas. In: RAMAT, A. G., HOPPER, P. J. (Eds). **The limits of grammaticalization**. Amsterdam: J. Benjamins, 1998. p. 13-58.

GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: JBPC, 1995.

GIVÓN, T. **Syntax: a Functional-Typological Introduction**. Vol. I e II. Amsterdam/Philadelphia: JBPC, 2001.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, B. **Auxiliaries: Cognitive Forces and Grammaticalization**. New York: Oxford University Press, 1993.

HOPPER, P. J. **Emergent Grammar**. *Bls*, v. 13, p. 139-157. 1987.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge University Press, 1993.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972a.

LABOV, W. **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972b.

LABOV, W. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell, 2001.

LICHTENBERK, F. On the Gradualness of Grammaticalization. In: E. TRAUGOTT & B. HEINE (eds.). **Approaches to Grammaticalization**. V. 1. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991, p. 37-80.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança linguística: uma abordagem centrada no uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. C. **Linguística centrada no Uso – teoria e método**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

RAMAT, A.; HOPPER, P. **The limits of grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1998.

RIBEIRO, R. M. P. A expansão de sentidos do verbo ficar e os mecanismos responsáveis pela organização cognitiva de suas significações. In: **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, volume II, número VIII, janeiro-março, 2004. (disponível em http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero8/textoroza.html, acessado em 30/08/2007).

ROMAINE, S. **Language in society: an introduction to Sociolinguistics**. New York: Oxford University Press, 1994.

ROSÁRIO, I. C. Gramática, gramaticalização, construções e integração oracional: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, M. R. de; ROSÁRIO, I. C. **Linguística centrada no Uso – teoria e método**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

TAVARES, M. A. Gramaticalização: motivações sociais subjacentes à disseminação das inovações. IN: **Revista da ABRALIN**, v. 2, p. 115-155. 2003.

TAYLOR, J. **Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

TOMASELLO, M. Introduction: a cognitive-functional perspective on language structure. In: TOMASELLO, M. (Ed.). **The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure**. New Jersey: LEA, 1998, p. vii-xxiii.

TRAUGOTT, E. C. Revisiting subjectification and intersubjectification. Pre-final draft of paper published in 2010 in Kristin Davidse, Lieven Vandelanotte, and Hubert Cuyckens, eds., **Subjectification**,

Intersubjectification and Grammaticalization, 29-70. Berlin: De Gruyter Mouton.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

TRAUGOTT, E.; KÖNIG, E. Semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: E. TRAUGOTT, E. & HEINE, B. **Approaches to grammaticalization**, v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 189-218.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; P. MALKIEL, Y. (eds). **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-165.

4 – A multifuncionalidade do item lexical *curtir* em postagens do facebook

Adílio Junior de Souza

Denilson P. de Matos

Introdução

O presente capítulo retoma outras discussões inicialmente formuladas em Souza (2015) e aprofundadas em Souza e Matos (2016) e Souza (2017). Nesses estudos, a lexicalização, enquanto processo de mudança linguística, foi discutida a partir de uma abordagem de viés funcionalista e semiótico. Foram estudos que tomaram como *corpus digital* o *Projeto AC/DC: corpo corpus brasileiro*, uma coletânea de cerca de um bilhão de palavras do português brasileiro escrito, extraídas dos mais variados contextos de uso. Entre os itens lexicais analisados, destacamos: *internauta*, *curtir*, *trouxa*, *cutucar*, *fake* e *mensalão*, devido ao seu alto grau de frequência de uso.

No capítulo que agora se revela, são trazidas novas e significativas descobertas, a começar pela multifuncionalidade do item lexical *curtir*, que pode ser considerado o mais produtivo entre os treze analisados por Souza (2015). E mais, o que se verá aqui é que essa *construção* tem adquirido novos sentidos em contextos digitais. Para se ter uma noção de sua aplicabilidade, esse item desempenha pelo menos cinco funções diferentes. A sua frequência de uso no referido *corpus* é considerada alta, já que foram detectadas exatas **1.193** (mil cento e noventa e três) ocorrências (SOUZA; MATOS, 2016; SOUZA, 2017).

A base teórica que deu sustentação a esse estudo é originária da corrente funcionalista, da qual devemos mencionar as obras de: Castilho (2014), Carvalho (2009a), Martelotta (2011), Correia e Almeida (2012), Martelotta e Kenedy (2015), Furtado da Cunha (2016), entre outras.

A partir da releitura dessas obras e a percepção de que os usos do item lexical *curtir* em contextos digitais gerou novos sentidos, sentimos a necessidade da verificação desses sentidos em dados colhidos em outro *corpus*, desta vez, em diversas postagens da página oficial do *Jornal Nacional*¹ no Facebook. Para

¹ Atualmente a página do jornal tem exatos **8.474.920** "curtidas" e **8.333.841** "seguidores". Ver: JORNAL Nacional. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/JornalNacional/>. Acesso em: 13 abr. 2018.

a constituição do *corpus digital*, foram selecionadas **50** (cinquenta) postagens extraídas entre os dias 1º de março e 13 de abril de 2018. Tendo em vista a extensão desse capítulo, serão expostos **20%** das postagens, isto é, um universo de **10** (dez) amostras.

O capítulo está organizado da seguinte maneira, no primeiro subcapítulo são discutidos o conceitos-chave abordados na pesquisa, sob uma perspectiva da *Linguística Centrada no Uso: léxico, neologismo e lexicalização*. No segundo subcapítulo são apresentadas algumas amostras extraídas do *corpus Projeto AC/DC: corpo corpus brasileiro*, afim de se observar os principais sentidos ali contidos. E, finalmente, no terceiro subcapítulo são discutidos os novos sentidos do item lexical *curtir* em postagens do *Facebook*.

1 Léxico, neologismo e lexicalização sob o enfoque da linguística funcional

A nossa compreensão dos estudos linguísticos nos conduz ao posicionamento funcionalista que se caracteriza por conceber a *língua como um instrumento de comunicação*. Um objeto analítico que não deve ser observado em seu aspecto autônomo, mas sim como um objeto dependente das necessidades comunicativas dos falantes. A língua é, portanto, uma estrutura maleável sujeita às pressões de uso, que se molda conforme a interação verbal (MARTELOTTA; KENEDY, 2015).

Podemos afirmar, ainda, que de acordo com essa concepção, se ampara na aceitação de que a “sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso” (MARTELOTTA; KENEDY, 2015, p. 17). Essa visão é amplamente aceita pelos autores que constituem a corrente denominada *Linguística Centrada no Uso*², entre os quais podemos mencionar Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón (FURTADO DA CUNHA, 2016; MARTELOTTA; KENEDY, 2015; MARTELOTTA, 2011).

Dito do outro modo, podemos afirmar que os estudos funcionalistas se debruçam “sobre o postulado teórico – a *língua é uma estrutura maleável*,

2 Em estudos recentes, Cezario e Furtado da Cunha (2013) e Rios de Oliveira e Rosário (2015) propõem uma nova nomenclatura para essa corrente: *Linguística Funcional Centrada no Uso* (LFCU). Todavia, a nossa postura aqui adota a nomenclatura proposta originalmente por Martelotta (2011), haja vista ter sido ele um dos pioneiros dos estudos dessa corrente no Brasil.

sujeita às pressões do uso e constituída de um código parcialmente arbitrário (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 17, grifos das autoras).

Com base nesse pressuposto, para entendermos fenômenos sintáticos, semânticos ou lexicais, por exemplos, devemos estudar a *língua em uso*, em contextos reais de interação verbal, não em dados irreais da estrutura linguística (MARTELOTTA; KENEDY, 2015).

Neste capítulo, interessa-nos observar a mudança linguística que se efetiva por meio da *lexicalização*, um processo de criação lexical nos termos estabelecidos por Souza (2015). Antes, porém, necessitamos definir o que é *léxico* e *neologismo*.

1.1 Léxico

O léxico de uma língua compreende os itens lexicais que a formam, com todas as regras que os regem, formando, assim, um determinado sistema linguístico. O vocabulário, por outro lado, é apenas parte desse acervo maior (CONTIERO; FERRAZ, 2014).

Dito de modo complementar, o léxico é o conjunto formado por todas as palavras de uma língua. Trata-se um conjunto virtual, que compreende não apenas as que estão em uso (que podem ser atestadas), mas também os arcaísmos (em desuso), as criações neológicas (não documentadas) e até mesmo as que poderão vir a compor o sistema. Estas últimas podem ser formadas a partir do material linguístico disponível no sistema (CORREIA; ALMEIDA, 2012).

Seguindo esse mesmo raciocínio, podemos dizer que o léxico é um *inventário* que comporta todos os vocabulários de uma língua. É, nesses termos, um conjunto virtual do qual se depreende os morfemas (ou seja, as unidades significativas da língua) (CARVALHO, 2009a).

Outros autores optam por afirmar que o léxico é um *tesouro vocabular* ou até mesmo um *patrimônio vocabular* de uma língua (BIDERMAN, 1981) ou dizer que se trata de um *conjunto de categorias cognitivas* que antecedem a enunciação. De acordo com essa última visão, o léxico contém as categorias que constituem o *multissistema* (CASTILHO, 2014).

Outros seguem a perspectiva que afirma ser o léxico uma espécie de repositório de itens lexicais de uma dada língua. Nesse sentido, seria então uma entidade não concreta, que se acumula por infinitas gerações. As palavras de ontem unem-se as de hoje e se perpetuam ou são absorvidas com o passar do

tempo. Entram nessas relações tanto palavras oriundas da oralidade quanto estabelecidas pela escrita (VILLALVA; SILVESTRE, 2014).

Dito de uma outra maneira, o léxico é basicamente uma *entidade abstrata* gerada a partir do acúmulo da interação de sucessivas gerações de pessoas que a empregaram. As palavras de um tempo, que foram utilizadas por uma geração, acabam sendo passadas à outra e assim por diante. A língua se enriquece à medida que a comunidade linguística com ela evolui. O léxico de uma dada língua é um aglomerado de palavras de “sincronias passadas” (VILLALVA; SILVESTRE, 2014, p. 23).

A renovação (e ampliação lexical) desse código linguístico está na raiz da mudança linguística. Toda e qualquer língua precisa e deve mudar, caso contrário, não apenas entra em colapso como pode culminar com sua própria morte³. As línguas se renovam constante e permanentemente, assim, palavras novas surgem com frequência, outras caem no desuso, outras por sua vez são resgatadas com novos sentidos (CONTIERO; FERRAZ, 2014).

Diante do que foi dito, é inegável afirmar que: “Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (BIDERMAN, 1978, p. 139).

Enfim, o léxico se renova com os mais variados processos de mudança linguística, incluindo aí os *neologismos*, *estrangereirismos*, *empréstimos linguísticos* e por meio da *lexicalização*, entre outros (SOUZA, 2015; SOUZA; MATOS, 2016; SOUZA, 2017).

1.2 Neologismo

Sobre a noção de neologismo, podemos afirmar que se trata de *unidades léxicas*, geralmente formadas por processos de mudança linguística. São, *a priori*, aquelas unidades que são sentidas como novas em uma dada língua.

Dito de uma outra maneira, o neologismo é um vocábulo que surge do material linguístico disponível na língua. Nele incluem-se os *neologismos conceptuais* (que são as acepções novas) e os *formais* (que são novas construções) (BIDERMAN, 1981).

3 É o caso da *lingua latina*, na modalidade escrita, conhecida pelo termo *sermo urbanus*, do qual só se tem registro na escrita de autores clássicos da Idade de Ouro da Literatura Latina do I século a. C. Uma língua artificial, no dizer de Coutinho (2011), uma língua *imota*.

Em complemento ao que foi dito, um neologismo difere do *empréstimo linguístico* e do *estrangeirismo*. Quanto ao primeiro, considera-se a adoção de palavras de outra língua, sendo que nessa aceitação, os falantes desconhecem a língua que serviu de material linguístico. Isso dito, podemos dizer que o empréstimo linguístico:

Trata-se da adoção por parte dos falantes de uma língua, de termo de outra, por perceberem alguma lacuna ou inadaptação para nomear algo, no acervo lexical da língua que falam (CARVALHO, 2009b, p. 75).

O empréstimo é, por assim dizer, “um processo de inovação lexical, que pode representar um significado novo, ou simplesmente constituir uma variante lexical” (VILLALVA; SILVESTRE, 2014, p. 36). É o caso, por exemplo, das inúmeras palavras que compõem o léxico da língua portuguesa (indígena, africana, árabe, entre outras). Tais palavras se adaptam ao sistema do português (CARVALHO, 2009a; 2009b; VILLALVA; SILVESTRE, 2014).

Em relação ao *estrangeirismo*, podemos percebê-lo com mais facilidade, pois um ele “denota uma unidade importada de outra língua que não sofreu quaisquer adaptações à língua de chegada” (CORREIA; ALMEIDA, 2012, p. 71). Visto assim, o estrangeiro é uma palavra que pouco se adapta ao português, por exemplo, palavras como *lingerie*, *vodka*, *uísque*, *big-bang*, *best-seller*, que não chegam a serem sentidas como se pertencessem ao nosso idioma (CARVALHO, 2009a; VILLALVA; SILVESTRE, 2014).

Diante do que exposto, podemos concluir que os neologismos se formam de material linguístico existente na língua, ou de palavras que assumem novos sentidos mediante o contexto de uso, ou que são reutilizadas a partir de outros contextos, ou que podem ser unidades lexicalizadas com sentidos especializados. Muitos neologismos sequer foram dicionarizados, fazendo parte apenas dos *usos orais*, tendo em vista que ao registrá-los no dicionário, por exemplo, tal unidade lexical passa a integrar a língua como uma *palavra comum* (SOUZA, 2017).

Dito de uma maneira particular, existe uma compreensão de neologismo na qual ele é um item lexical “cuja forma significante ou cuja relação significante-significado, caracterizada por um funcionamento efetivo num determinado modelo de comunicação” (CORREIA; ALMEIDA, 2012, p. 105). Porém, na contramão disso, um dado neologismo leva certo tempo para ser

completamente aceito pelos falantes, em outras ocasiões, sequer será aceito por todas as comunidades linguísticas, passando a vagar em certos usos quase que restritos. É o caso de *analfabyte* que é uma forma pouco informativa, daí a preferência por *analfabeto digital* (SOUZA, 2015).

Por fim, são válidas as palavras de Ferraz (2006), que em síntese, diz ser o neologismo um elemento gerado pela *lexicalização*, sendo, portanto, um item lexical sentido como novo pelos falantes. O neologismo, enquanto resultado desse processo de criação lexical, surge da necessidade do próprio sistema que carecia de um item para satisfazê-lo, isto é, ele surge para preencher um dado vazio que havia no sistema. Forma-se do material linguístico disponível ao falante, ou pode ser um termo emprestado de outro sistema ao alcance dele. Por essa razão, “os neologismos são palavras ou expressões criadas para corresponder ao que os falantes querem expressar em um determinado momento” (XIMENES, 2012, p. 116).

1.3 Lexicalização

A lexicalização é, *grosso modo*, o processo de criação de itens lexicais (CASTILHO, 2014). Nesse processo, notamos uma perda de “composicionalidade”. Isso implica dizer que as palavras que compõem o léxico são lexicalizadas e, portanto, são vocábulos complexos que não apresentam uma “estrutura composicional”. Desse modo, quanto mais uma dada estrutura for lexicalizada mais difícil será a identificação das partes que a compuseram (VILLALVA; SILVESTRE, 2014; SOUZA, 2015).

Em outra concepção, podemos dizer que a lexicalização é “a criação das palavras via seleção de propriedades cognitivas e de traços semânticos derivados, processando-se sua misteriosa concentração numa forma” (CASTILHO, 2003, p. 20). Esta forma final, geralmente, não reflete mais o que as unidades significaram outrora, separadas. Basta citarmos um exemplo de Martelotta (2011): *Maria-sem-vergonha* que nada tem a ver com a cláusula “Maria sem vergonha”. No *item lexical em forma de unidade cristalizada*, para utilizarmos a tipologia proposta por Souza (2015), há um sentido pleno totalmente diferente do que se pode extrair nesta.

Em um posicionamento análogo, poderíamos dizer que a lexicalização é “definida como um processo criador de novos elementos lexicais, modificando

ou combinando elementos já existentes” (MARTELOTTA, 2011, p. 117). Daí dizer que o resultado desse processo poderá ser um neologismo.

A definição clássica do que seja a lexicalização nos foi dada há tempos por Brinton e Traugott (2005, p. 96, *apud* CAMBRAIA; RAMALHO; STRADIOTO, 2011, p. 34-35), a qual reproduzimos:

Lexicalização é uma mudança na qual em certos contextos linguísticos os falantes usam uma construção sintática ou formação de palavra como uma nova forma portadora de conteúdo com propriedades formais e semânticas que não são totalmente deriváveis ou previsíveis a partir dos constituintes da construção ou do padrão de formação de palavra. Com o passar do tempo, pode haver perda de consistência interna e o item pode torna-se mais lexical.

Essa definição reforça a noção de que tal processo gera novas palavras, por meio da *etimologia*, *neologia*, *derivação*, *composição* ou até mesmo pela *incorporação* dos empréstimos lexicais e estrangeirismos por meio do contato linguístico, formando com eles novos sentidos (CASTILHO, 2014; SOUZA, 2017). Longe de ser um processo inverso ao que se chama de *gramaticalização*⁴, a lexicalização é um processo altamente produtivo.

A partir desse quadro teórico, selecionamos a *lexicalização semântica* apontada por Souza (2015), tendo em vista a sua aplicabilidade ao *corpus* eleito. A lexicalização semântica, em nosso entendimento, é a mais produtiva, pois, muitas vezes, o resultado desse processo de criação lexical é um neologismo que passa figurar nos mais variados contextos comunicativos.

2 O item lexical “curtir” em *corpus* digital

Para que possamos compreender os diferentes sentidos do item lexical *curtir* em contextos digitais, traremos a seguir amostras do *Projeto AC/DC: corpo corpus brasileiro* (doravante CCB).

4 No mesmo trecho antes mencionado, Brinton e Traugott (2005, p. 96, *apud* CAMBRAIA; RAMALHO; STRADIOTO, 2011, p. 35) definem esse segundo termo: “Gramaticalização é uma mudança na qual em certos contextos linguísticos os falantes usam partes de uma construção com uma função gramatical. Com o passar do tempo, o item gramatical resultante pode tornar-se mais gramatical adquirindo funções mais gramaticais e expandindo suas classes-hospedeiras”.

ITEM LEXICAL: CURTIR	
Fragmento (CCB 01)	A principal atividade do Curtume Aimoré é curtir o couro suíno, prática nova no mercado de curtumes; e para nosso orgulho é o maior curtume do gênero da América Latina.
Fragmento (CCB 02)	É preciso urgentemente ajudálos a estudar menos, a «curtir» mais a vida, a integrarem-se no grupo de jovens, a não serem tão competitivos, a serem mais solidários e alegres.
Fragmento (CCB 03)	Para mim isso não teve aquela importância, era o curtir mesmo, levava muito a sério, como todas as coisas da minha vida... Não guardei medalhas, porque é uma coisa tão, não era o que eu queria, eu não almejei aquilo, aquilo aconteceu na minha vida.
Fragmento (CCB 04)	O «curtir» vai assim sendo substituído pelo «andar com», onde a fidelidade e a entrega afetivosexual profunda são a regra.
Fragmento (CCB 05)	Entre os utensílios de pedra dos homens das cavernas existem vários que serviam para raspar as peles, o que indica que a arte de curtir é muito antiga.

Tabela 01 – Item lexical curtir extraído do CCB.

Conforme Souza (2015, p. 124), o *item lexical individualizado curtir* apresenta uma forma similar a outros verbos da terceira conjugação da língua portuguesa, tais como: “*falir, cumprir, cair, subir, partir, ferir, entupir, sair*”, entre outros. Desempenha, a priori, a função semântica de verbo:

- **Verbo transitivo**, com sentido de: “Deixar (couro, pele) de molho em líquido apropriado para prepará-lo para a industrialização” ou “Conservar (comida) em molho” (BECHARA, 2009, p. 253). Este sentido está presente no fragmento **CCB 01** e em muitos outros, conforme assinala Souza (2015).

- **Verbo transitivo (popular)**, com sentido de: “Participar de atividade prazerosa; desfrutar” ou “Gostar demais de” (BECHARA, 2009, p. 253). Esta segunda acepção pode detectada no fragmento **CCB 02**, bem como em dezenas outras amostras, como aponta Souza (2015).

Porém, nos contextos identificados nos fragmentos **CCB 03** e **CCB 04**, *curtir* não é um verbo, mas sim um *substantivo*. Nesses usos, inclusive, há a presença do artigo definido “o”, que comprova a nova função semântica.

No fragmento **CCB 05** há uma nova função semântica, tendo em vista que nenhum dos sentidos anteriores se aplica ao contexto. Nesse contexto em destaque, *curtir* tem o sentido de *raspar*. A partir desses dados e de outros (SOUZA, 2015; 2017), podemos, então, afirmar que *curtir* é um *neologismo semântico*, em virtude de ser esta uma *unidade lexicalizada, polissêmica e multifuncional*.

Interessa-nos daqui em diante, conhecermos as novas funções semânticas desempenhadas por essa unidade lexical, em outros contextos.

3 O item lexical “curtir” em postagens do jornal nacional no facebook

Nas figuras **01** a **10** logo a seguir, podemos identificar sentidos diversos para o item lexical *curtir*. Sentidos esses que diferem, na grande maioria, das acepções contidas em dicionários.

Na figura **01**, a postagem denuncia: “Inferno do sistema carcerário brasileiro revela mais uma situação estarrecedora” / “Presas de cadeia de Porto Velho lutam contra infestação”. “**110** pessoas **curtiram** isso”. Nesse contexto, *curtir* expressa o sentido de *lamentar*.



Figura 01 – postagem do Jornal Nacional de 14 de março de 2018.

Na figura **02**, a postagem anuncia: “Cientista derrubou teorias e mudou a maneira como o mundo entende o universo” / “Morre Stephen Hawking que, em seu corpo, buscou o universo”. “**283** pessoas **curtiram** isso”. *Curtir* tem o mesmo sentido de *sentir o pesar* (pela morte do cientista).



Figura 02 – postagem do Jornal Nacional de 14 de março de 2018.

Na figura 03, a postagem relata: “o #JN vai mostrar as imagens de uma câmara de segurança que flagrou o momento em que a vereadora Marielle Franco sai do evento [...]”. “**1.905** pessoas **curtiram** isso”. Nesse contexto, podemos dizer que o sentido corrobora com o dicionarizado: *gostar* ou *apreciar*.



Figura 03 – postagem do Jornal Nacional de 16 de março de 2018.

Na figura **04**, a postagem afirma: “Foi um susto daqueles” / “Astrônomos investigam o que seria o clarão que cruzou céus da Bahia”. “**1.175** pessoas **curtiram** isso”. *Curtir*, nesse contexto, expressa *concordar* (que de fato o clarão deu um susto).



Figura 04 – postagem do Jornal Nacional de 21 de março de 2018.

Na figura 05, a postagem diz: “Ninguém se feriu e a polícia vai investigar o caso; ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, diz que ato é inaceitável” / “Ônibus da caravana do ex-presidente Lula são atingidos por tiros no Paraná”. “**1.157** pessoas **curtiram** isso”. *Curtir* tem mesmo sentido que *concordar* (que esse ato é inaceitável).

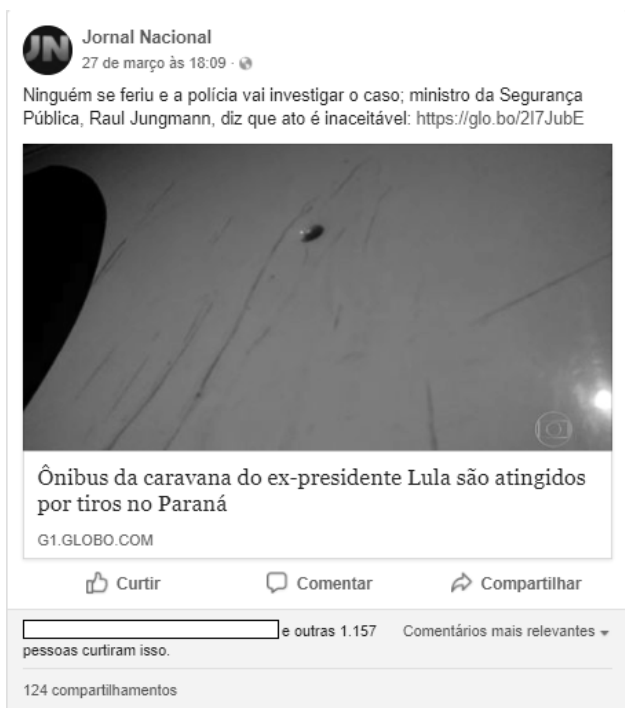


Figura 05 – postagem do Jornal Nacional de 27 de março de 2018.

Na figura **06**, a postagem conta: “Aos 9 anos, ela queria estudar perto de casa, mas escola era só para brancos; luta na justiça terminou com vitória na Suprema Corte” / Morre Linda Brown, símbolo da luta pela integração nas escolas dos EUA”. “**980** pessoas **curtiram** isso”. Nesse contexto, *curtir* tem o sentido de *apreciar* (as conquistas de Linda Brown, não a sua morte).



Figura 06 – postagem do Jornal Nacional de 27 de março de 2018.

Na figura 07, a postagem anuncia: “#JN traz as últimas notícias sobre a investigação do ataque a uma caravana do ex-presidente Lula no Paraná. Veja às 20h15”. “**1.493** pessoas **curtiram** isso”. *Curtir* nesse contexto tem a mesma função semântica dicionarizada: *gostar* ou *apreciar*.



Figura 07 – postagem do Jornal Nacional de 28 de março de 2018.

Na figura **08**, a postagem relata: “Emoção toma conta dos participantes; muitos figurantes não são atores profissionais e nunca estiveram em Nova Jerusalém antes” / “Encenação da Paixão de Cristo no agreste de Pernambuco atrai milhares”. “**1.152** pessoas **curtiram** isso”. Nesse contexto, *curtir* revela o sentido de *concordar* (que a Encenação da Paixão é um evento emocionante).



Figura 08 – postagem do Jornal Nacional de 30 de março de 2018.

Na figura **09**, a postagem esclarece: “Marcha do Retorno reuniu 30 mil pessoas na fronteira entre a Faixa de Gaza e Israel; houve confronto e 16 palestinos morreram” / “ONU pede investigação transparente sobre mortes na Faixa de Gaza”. “**292** pessoas **curtiram** isso”. *Curtir* tem o mesmo sentido que *lamentar* (por essas mortes).



Figura 09 – postagem do Jornal Nacional de 31 de março de 2018.

E, na figura 10, a postagem anuncia: “Português e matemática devem ocupar 60% da carga horária. Nos 40% do tempo restante, os alunos vão escolher áreas para aprofundar o conhecimento” / “MEC apresenta nova versão da Base Nacional Curricular do Ensino Médio”. “449 pessoas **curtiram** isso”. *Curtir* expressa o mesmo sentido dicionarizado: *gostar* ou *apreciar*.



Figura 10 – postagem do Jornal Nacional de 03 de abril de 2018.

Considerações finais

Vimos ao longo desse capítulo que a *lexicalização* tem sido uma ferramenta imprescindível para o ajustamento do multissistema, isto é, para a própria língua portuguesa. Constatamos que, por meio desse processo, certas construções da língua se transformam em unidades lexicalizada, com sentidos especializados mediante o contexto de uso, confirmando, assim, as hipóteses propostas por Souza (2015).

A lexicalização é, portanto, um processo altamente produtivo na língua e que favorece o surgimento de novos itens lexicais (geralmente neologismos), a exemplo das variadas funções semânticas exercidas pelo item *curtir* nos dois *corpora* apreciados.

Acreditamos que, à medida que este item lexical é empregado, com o aumento de sua frequência de uso, pode ser que novos sentidos possam ser percebidos. Isso nos leva a refletir sobre outras possibilidades investigativas, em trabalhos futuros.

Referências

BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Lexicologia. In: BORBA, Francisco da Silva (Org.). **Estudos de filologia e linguística**: em homenagem a Isaac Nicolau Salum. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1981, p.131-145.

_____. **Teoria linguística**: linguística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

CAMBRAIA, César Nardelli; RAMALHO, Victor Hugo Barbosa; STRADIOTO, Sara Alves. Gramaticalização e lexicalização no limite: demonstrativos românicos. **Caligrama**: Revista de Estudos Românicos, v. 16, n. 2, 2011, p. 33-67.

CARVALHO, Nelly Medeiros. **Empréstimos linguísticos na língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Empréstimos linguísticos e identidade cultural. In: ALVES, Ieda Maria *et. al.* (Org.). **Os estudos lexicais em diferentes perspectivas** [recurso eletrônico] vol. 1. São Paulo: FFLCH/USP, 2009b, p. 73-80.

CASTILHO, Ataliba de. Entrevista: funcionalismo(s) e teoria multissistêmica. **Revista Prolíngua**. v. 9, n. 2, p. 87-104, jul/dez 2014. (Entrevista concedida a Camilo Rosa Silva). Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/prolingua/article/view/23947/13169>. Acesso em: 19 abr. 2018.

_____. Historiando o português brasileiro - História das línguas: variedades, gramaticalização, discursos. In: CASTILHO, Ataliba de; JUNGBLUTH, Konstanze. **Aspectos sincrônicos e diacrônicos do**

Português Brasileiro. Relatório das atividades desenvolvidas ao abrigo do Programa CAPES-DAAD-PROBRAL, de 2000 a 2003 (Projeto 109/00). Universität Tübingen Blaubeuren, 4-7 de jul. de 2003. Blaubeuren, 2003, p. 1-142.

CEZARIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (Orgs.). **Linguística Centrada no Uso:** uma homenagem a Mário Eduardo Martelotta. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013.

CONTIERO, Elza; FERRAZ, Aderlande Pereira. A neologia de empréstimos no LDP: uma abordagem a partir dos atos discursivos. In: SIMÕES, Darcília; OSÓRIO, Paulo (Orgs.). **Léxico:** Investigação e Ensino. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2014, p. 45-59.

CORREA, Margarita; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. **Neologia em português.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

FERRAZ, Aderlande Pereira. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (org.). **O léxico em estudo.** Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 217-234.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira de. Situando o funcionalismo. In: _____. **Transitividade e seus contextos de uso.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 17-28.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística.** São Paulo: Contexto, 2016, p.157-176.

JORNAL Nacional. Disponível em: «<https://pt-br.facebook.com/JornalNacional/>». Acesso em 13 abr. 2018.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Mudança linguística:** uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; KENEDY, Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 11-20.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de; ROSÁRIO, Ivo da Costa do. **Linguística Centrada no Uso: teoria e método**. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2015.

PROJETO AC/DC: corpo corpus brasileiro. Disponível em: <http://www.linguateca.pt/aceso/corpus.php?corpus=CBRAS>. Acesso em: 19 abr. 2018.

SOUZA, Adilio Junior de. **Lexicalização e neologismo: análise funcional em corpus digital**. f. 155. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2015.

SOUZA, Adilio Junior de. Uma análise funcional em *corpus* digital sobre a lexicalização. In: MATOS, Denilson Pereira de (Org.). **Morfossintaxe e léxico: abordagens funcionalistas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017, p. 197-301.

SOUZA, Adilio Junior de; MATOS, Denilson Pereira de. Investigações sobre a lexicalização e sua relação com o surgimento de neologismos na língua. In: MARTINS, Ana Lúcia M. R. Poltronieri; CORREIA, Claudio Manoel de C. (Orgs.). **Coletânea de Comunicações sobre o verbal e o não verbal**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Dialogarts. 2016, p. 230-251.

XIMENES, Expedito Eloísio. Neologismos na imprensa cearense. **Revista Philologus**, ano 18, n. 54. Rio de Janeiro: CIFEFIL, set./dez. 2012, p. 115-131.

VILLALVA, Alina; SILVESTRE, João Paulo. **Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do Português**. Petrópolis: São Paulo: Vozes, 2014.

5 – O conector lógico-argumentativo “*daí que*” no português contemporâneo

Ana Beatriz Arena

Mariangela Rios de Oliveira

1 Introdução

Neste capítulo, voltamo-nos para a análise do conector lógico-argumentativo *daí que* no português contemporâneo, tomado como uma nova *microconstrução* (TRAUGOTT, 2012), ou seja, como um pareamento específico de sentido e forma. Essa microconstrução, integrada simbolicamente em suas subpartes, passa a constituir um novo elemento da classe dos conectores da gramática do português, como defende Arena (2015).

Pautada nos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU), a análise, de cunho predominantemente qualitativo, volta-se para as seguintes questões: a) Quais são as motivações para o surgimento do conector lógico-argumentativo *daí que*? b) Que relação essas motivações têm com seus padrões de uso? No que concerne à primeira pergunta, esta foi respondida de modo mais específico por Arena (2015); portanto, partimos do pressuposto de que o conector *daí que* é decorrente de um processo de mudança linguística, no qual motivações contextuais, como as referidas por Diwald (2002; 2006), deram origem a um novo tipo construcional no português. Com relação à segunda pergunta, assumimos que o referido conector cumpre, no português contemporâneo, funções mais específicas de natureza lógico-argumentativa, no nível intra ou interfrásico, a depender do contexto em que é instanciado.

Tal caracterização decorre de padrões de uso em que ambiguidades pragmáticas são flagradas: trata-se de um elemento coesivo que estabelece relações de causalidade. Segundo Neves (1999:473), as construções causais não se operam simplesmente entre predicções, ou estado de coisas, situando-se, mais geralmente, numa camada superior, no mínimo a proposição, fato possível, em correspondência com o nível epistêmico. No que temos observado para o conector *daí que*, esse quadro é pertinente, com certo predomínio na expressão de relações externas à língua.

Na ilustração das instâncias de uso do conector *daí que*, utilizamos como fonte de dados textos escritos do português atinentes aos séculos XX e

XXI. Esses textos foram levantados do site *Corpus do Português*¹(CP), Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin², Domínio Público³(DP) e Projeto Vercial⁴ (PV), bem como de outras fontes, como artigos e reportagens de algumas publicações periódicas brasileiras (PerB), todas disponíveis *online*: revista *Superinteressante*, revista *Marie Claire*, revista científica *Ambiente e Sociedade* e *Jornal do Brasil*. A inserção dessas últimas fontes deve-se ao tipo de função do conector *daí que*, voltada para a articulação de sentidos lógicos, em prol da atividade argumentativa, e também ao maior equilíbrio entre dados do português europeu e do português brasileiro, que, no *Corpus do Português*, inicialmente levantado, demonstrou uso mais produtivo do objeto de pesquisa na variedade europeia.

Na sequência à presente parte introdutória, o capítulo apresenta uma seção voltada para a base teórica em que se fundamenta, na perspectiva da LFCU, e, após, dedica-se aos procedimentos metodológicos e à análise dos padrões de uso sintático-semânticos do conector lógico-argumentativo *daí que* na contemporaneidade. Na parte final, o capítulo se encerra com a retomada das perguntas iniciais e suas respostas, no apontamento para outras perspectivas de pesquisa na área.

2 Pressupostos teóricos

Nossa análise está pautada nos fundamentos da LFCU, que conjuga a perspectiva funcionalista e a abordagem construcional da gramática, conforme se encontra em Traugott e Trousdale (2013) e Bybee (2010; 2015), entre outros. Nessa perspectiva, os usos linguísticos são interpretados como consequentes de três motivações distintas, que concorrem de modo complementar na configuração gramatical: as pressões estruturais, as cognitivas e as sócio-históricas, tal como se encontra em Martelotta e Alonso (2012). De acordo com tal orientação, a língua é compreendida como um conjunto de *construções*, ou seja, como um conjunto de pareamentos convencionais de forma (estrutura) e sentido (função), nos termos de Goldberg (1995; 2006) e Croft (2001). Assim, todos os constituintes linguísticos, de qualquer nível gramatical, são considerados como construções.

1 Disponível em www.corpusdoportugues.org/

2 Disponível em <https://www.bbm.usp.br/>

3 Disponível em www.dominiopublico.gov.br/

4 Disponível em <https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=VERCIAL>

Nesses termos, nosso objeto de investigação, o conector lógico-argumentativo *daí que*, é aqui assumido como um tipo específico construcional, uma *microconstrução*, nos termos de Traugott e Trousdale (2013). Classificamos *daí que* como *complexa* (porque formada por duas subpartes), *gramatical* (porque tem sentido procedural, voltado para a articulação textual lógico-argumentativa) e *substantiva* (porque preenchida especificamente por *daí* e *que*, nessa ordem).

Orientados por Diewald (2002; 2006) e Diewald e Smirnova (2012), consideramos que os contextos de uso do conector lógico-argumentativo *daí que* no português contemporâneo são instanciações de seu estágio *isolado*, ou convencionalizado, no qual, em certos ambientes textuais, *daí* e *que* tornaram-se mais vinculados, em termos de sentido e forma, até atingirem a etapa final da mudança linguística, que derivou na formação de um novo item na gramática da língua. Assim posto, *daí que* passa a integrar a classe das locuções conjuntivas do português, no que Diewald e Smirnova (2012) consideram como etapa de *paradigmatização*. Com base em tal constatação, defendemos que, uma vez regularizado na língua, na formação de uma nova microconstrução conectora, *daí que* passa a competir pelo uso com outros membros da categoria em que se insere, na base no esquema maior [Xque], como *ao passo que*, *visto que*, *de modo que*, entre outros de função assemelhada.

Apresentamos, a seguir, o quadro esquemático que sintetiza a proposta taxonômica das autoras:

Quadro 1. Tipos de contextos em gramaticalização como construções

Estágio	Contexto	Significado/Função
I pré-condições de gramaticalização	atípico	implicaturas conversacionais
II gatilho para a gramaticalização	crítico	opacidade múltipla
III reorganização e diferenciação	de isolamento	polissêmico/heterossêmico
IV integração paradigmática	paradigmatização	oposição paradigmática

Adaptado de Diewald e Smirnova (2012, p. 126)

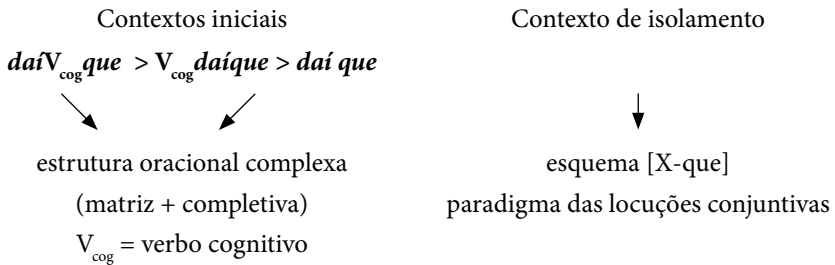
Como podemos observar, as autoras propõem que a mudança linguística se inicia em ambientes contextuais *atípicos*, por conta de implicaturas conversacionais que motivam polissemia e convidam a inferências, como defendem também Traugott e Dasher (2002). A partir daí, os contextos podem ser tornar *críticos*, ou seja, além de implicaturas, podem ocorrer ambiguidades ao nível estrutural também. Na sequência desses contextos iniciais, tais alterações de sentido e forma se convencionalizam e fixam na língua, distinguindo-se do contexto inicial de que derivou a mudança, configurando o contexto de *isolamento*. Por fim, uma vez sistematizada e incorporada às classes da gramática da língua, figura o quarto contexto, nomeado de *paradigmatização*, em que a nova formação passa a competir pelo uso em sua nova categoria. De acordo com Diewald e Smirnova (2012), a cada novo estágio, os itens envolvidos na mudança se tornam mais vinculados, em termos de sentido e forma, o que aproxima sua proposta à abordagem construcional da gramática, tal como assumida pela LFCU. Embora os estágios apresentados no Quadro 1 tenham sido propostos para a pesquisa da mudança linguística em perspectiva histórica (no viés da gradualidade), consideramos que podem ser aproveitados para o tratamento linguístico de dados sincrônicos, uma vez que, na LFCU, numa determinada sincronia convivem usos de distintas idades na língua (no viés da gradiência), atestadores das etapas cumpridas rumo à mudança linguística.

3 Procedimentos metodológicos e análise de dados

Ao longo desta seção, procuramos demonstrar a consolidação do processo de construcionalização do *daí que* como conector no estágio que Diewald (2002; 2006) classifica como *contexto de isolamento*, no qual se apresenta a reorganização e diferenciação dos formativos gramaticais e o paradigma, que é a categoria-alvo do processo em curso. Após passar por mudanças construcionais diacrônicas, a dimensão sincrônica indica o novo significado gramatical, já como conector lógico-argumentativo, isolado do significado mais antigo, mais lexical. Nesse contexto, não é mais possível estabelecer qualquer relação com o dêitico espacial *daí* ou com os pronomes neutros latinos *quid* e *quod*, de cuja coalescência se originou primordialmente a conjunção subordinativa integrante *que* (Câmara Jr., 1979:184).

O esquema e o fragmento que seguem ilustram a virtual trajetória do conector lógico-argumentativo *daí que*:

Esquema 1 – Micropassos da mudança construcional em diferentes tipos de contexto, segundo Diewald (2002; 2006)



(1) (...) Portanto, houve a necessidade de conhecer mais e melhor o intelectual negro brasileiro, em especial quanto a sua formação profissional. Entendemos que a educação passa pela formação dos processos que interferem na existência do cidadão enquanto ser social e político, *daí que* o interesse em dar continuidade ao trabalho intelectual, ao aprimoramento pessoal foram as razões que nos conduziram ao doutorado em educação por considerá-lo o lócus privilegiado para questionamentos acerca de saberes profissionais. (DP –Tese de doutorado, Maria Solange Pereira, 2001)

Diferentemente do que observamos para os contextos iniciais, configurados como duas estruturas esquemáticas, com espaços a serem preenchidos por verbos cognitivos, no contexto de isolamento *daí que* apresenta nível de esquematicidade zero, cujos espaços estão plenamente preenchidos, sendo, portanto, uma microconstrução substantiva. É possível que, por meio do mecanismo da analogização, as microconstruções mais convencionalizadas na expressão de resultado, como *de forma que*, *de maneira que*, *de modo que* ou *de sorte que*, tenham servido de exemplares para a formação do novo tipo específico *daí que*, por similaridade morfosintática e semântica. No exemplo (1), essa similaridade se confirma quando substituímos *daí que* por qualquer uma das formas mais convencionalizadas:

a educação passa pela formação dos processos que interferem na existência do cidadão enquanto ser social e político-

co, *de modo que* o interesse em dar continuidade ao trabalho intelectual (...).

Daí que, embora seja um conector de uso ainda marginal, já apresenta indícios de que começa a entrar em competição com os outros, mais centrais, confirmando-se, dessa forma, sua paradigmaticização.

Em nossos dados, encontramos 179 ocorrências de *daí que* em diferentes cenários linguísticos, por isso organizamos a análise que segue em duas subseções. A primeira trata dos padrões de uso sintático-semânticos do conector lógico-argumentativo *daí que*, considerando-se o uso do conector, dos modos verbais e de outros recursos de modalização, os quais estabelecem vínculos de maior ou menor dependência entre as porções textuais. A segunda analisa a ambiguidade pragmática observada nos usos do conector e a consequente gradiência, ambas relacionadas aos tipos e aos gêneros textuais.

3.1 Padrões de uso do conector *daí que*

A análise que segue considera os padrões de uso do *daí que* como conector lógico-argumentativo, interpretando os aspectos morfosintáticos, semânticos e discursivo-pragmáticos em contexto de isolamento, no período contemporâneo (séculos XX e XXI). Vale destacar que, em nossos dados, todos da modalidade escrita e de uso efetivo, o caso mais antigo de *daí que* como conector data de 1954.

Conforme destacamos anteriormente, o conector *daí que* atua na zona da causalidade, a qual, se estabelece em dois níveis: i) causalidade estrita, ou factual, relativa à expressão de relações externas à língua, na qual registramos, mais comumente, verbos no modo indicativo; ii) causalidade eventual, referente à expressão de relações internas à língua, mais subjetivas, nas quais verificamos, frequentemente, uso de verbos no modo subjuntivo e outros elementos modalizadores. Essa dupla possibilidade se desdobra em um painel de traços relacionados a fatores sintático-semânticos e pragmático-discursivos: *daí que* promove articulação intra e interfrásica, estabelecendo vínculo sintático-semântico entre as porções textuais; a dependência entre estas pode se dar em maior ou menor grau, variando num *cline*.

Com base nesse perfil, reconhecemos quatro padrões de uso do conector *daí que*, os quais são apresentados a seguir, elencados do maior para o menor

grau de dependência sintático-semântica, com as respectivas frequências de uso entre parênteses.

a) articulação intrafrásica e verbo da oração encabeçada por *daí que* no modo subjuntivo (25/179):

(2) A leitura do mundo precede a leitura da palavra, ***daí que*** a posterior leitura desta não **possa** prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. (DP – *A importância do ato de ler*. Paulo Freire, 1989)

b) articulação interfrásica e verbo da oração encabeçada por *daí que* no modo subjuntivo (74/179):

(3) De acordo com a religião cristã, a natureza do casamento como instituição do Direito natural não pode ser alterada por nenhum poder humano ou lei do Estado. ***Daí que*** nunca **seja** lícito nem válido o divórcio, isto é, a dissolução do vínculo matrimonial em vida dos dois cônjuges. (CP – Casamento. Verbete enciclopédico, s/d)

c) articulação intrafrásica e verbo da oração encabeçada por *daí que* no modo indicativo (18/179):

(4) Mas o PS não ia na conversa e Fernando Cabral dava argumentos para recusar esse acto eleitoral para a Câmara Municipal da Guarda (ver TB de 07/03/96), alegando, por um lado, que os votos que elegeram o primeiro da lista, elegeram, também, os restantes eleitos, ***daí que*** os actuais eleitos **têm** total legitimidade para exercerem o mandato. (CP – *Curto de volta*. Jornal da Beira, 20/3/1997)

d) articulação interfrásica e verbo da oração encabeçada por *daí que* no modo indicativo (62/179):

(5) O ácido fornece estímulos extras aos receptores de dopamina dos neurônios. ***Daí que*** o usuário da droga **vê** cores mais vivas, ouve sons mais intensos e alucina. (PerB – *Corpo humano*. Revista Superinteressante, 2012)

Dos quatro, seleccionamos os padrões *b* e *d* para análise, em face da sua maior frequência de uso.

Padrão de uso *d*: articulação interfrásica + verbo no modo indicativo

(6) (...) Porém, desde 1991, Hernani tem como “alcalde” (presidente da Câmara) um nacionalista moderado, José Antonio Rekondo (...). Com apenas 23,86 por cento de votos, Rekondo governa em coligação com o também moderado Partido Nacionalista Basco (PNV) e com o Partido Socialista de Euskadi (PSE-PSOE). ***Daí que*** não ***seja*** apreciado pela HB, que o considera um “cipayo” (traidor). (CP – *A aldeia que é a montra da ETA*. Jornal Expresso, 19/7/1997).

O caso em questão enquadra-se no segundo estágio de dependência por não identificarmos forte vínculo sintático-semântico entre as duas porções articuladas pelo *daí que*. O fato de o conector estar em posição interfrásica denota que a oração que ele introduz tem maior autonomia sintática em relação à anterior; contudo, o uso de verbo no subjuntivo – *seja* – mantém dependência semântica entre elas.

Por se tratar de discurso jornalístico, mais especificamente uma reportagem, a modalização epistêmica é bastante comum, pois, nesse gênero, o enunciador, ao mesmo tempo em que apresenta fatos, deixa transparecer seu ponto de vista, de forma bastante sutil. Não por acaso, todo o fragmento apresenta uma mistura de duas tipologias: expositiva e argumentativa, que resulta em uma relação de causalidade também mista. A primeira acolhe os períodos que antecedem o uso de *daí que*, com a apresentação de causas factuais – *tem como “alcalde”*, ou *Rekondo governa*. A segunda predomina no período introduzido pelo conector, na qual o enunciador avalia a realidade em termos do seu conhecimento, da sua perspectiva, com a apresentação de uma consequência subjetiva: Rekondo não ser apreciado pode ser uma situação real, extralinguística, mas o enunciador opta pelo uso do subjuntivo como forma de, num recurso comum no discurso jornalístico, proteger sua face. Em seguida, mantendo-se no propósito de se proteger, mas dando continuidade ao ciclo de inferências, apresenta outro ponto de vista, desta vez reportado – *HB (...) o considera um “cipayo”*.

f) Padrão de uso *d* articulação interfrásica + verbo no modo indicativo:

(7) (...) A pesquisa demonstrou que a UFF, como outras universidades, tem ainda uma dificuldade muito grande em tratar da temática da inclusão e permanência dos segmentos afrobrasileiros. Ela não se preparou para trabalhar o processo educacional e a produção do conhecimento na perspectiva

da convivência com a diversidade. ***Daí que*** suas ações, via de regra, não **são** concebidas à luz da superação dos processos de desigualdades existentes entre negros e brancos, ou seja, à luz da superação dos processos excludentes. (DP – O Desafio da Permanência do(a) Aluno(a) Negro(a) no Ensino Superior. José G. Rocha, 2007)

O padrão apresentado em (7) refere-se ao quarto estágio de dependência identificado para o *daí que* e o segundo em número de ocorrências. Sua posição interfrásica e a forma verbal no modo indicativo na oração que encabeça fazem com que esta seja a articulação que expressa menor dependência entre as porções textuais que antecedem e sucedem *daí que*.

À semelhança do contexto de uso anterior, este também apresenta mescla de tipologias textuais: o período que antecede aquele introduzido pelo *daí que* codifica sequência narrativa, que tem na forma verbal *preparou* um elemento coesivo, que permite ordenação temporal dos fatos apresentados. Lançando-se um olhar global sobre o fragmento, observamos que se trata de obra do gênero acadêmico, no qual comumente se expõem ideias em defesa de uma tese. Assim, não surpreende que o trecho narrativo faça parte de todo um movimento argumentativo circular: na qualidade de argumento, fica em posição fronteira entre a apresentação da tese e a retomada e reforço desta na conclusão:

Tese: *A pesquisa demonstrou que a UFF (...) tem ainda uma dificuldade muito grande em tratar da temática da inclusão e permanência dos segmentos afro-brasileiros.*

Argumento: *Ela não se preparou para trabalhar o processo educacional (...).*

Conclusão: ***Daí que*** suas ações, via de regra, não **são** concebidas à luz da superação dos processos de desigualdades (...).

Confirma-se, assim, o traço mais marcante do conector lógico-argumentativo *daí que*, que é o de articular porções textuais que estabelecem relação de causalidade: em (7), a causa está expressa na sequência narrativa e a conclusão, na sequência argumentativa introduzida pelo conector. Essa mescla de sequências tipológicas está diretamente relacionada com a forma como se dá a expressão de causalidade no exemplo em foco: a causa é expressa pela constatação de um fato demonstrado em uma pesquisa acadêmica – *a UFF não se preparou* –; já a conclusão é apresentada pelo viés da avaliação do enunciador – *suas ações, via de regra, não são concebidas à luz (...)*, que retoma

a tese igualmente modalizada pela sua apreciação – *a UFF tem ainda uma dificuldade muito grande (...)*.

No cenário sintático-semântico que acabamos de delinear, não observamos relação necessária entre maior dependência e relações menos factuais ou menor dependência e relações mais subjetivas. As sutilezas presentes no uso do conector lógico-argumentativo *daí que* são muitas, ficando claro que o papel exercido pelo ambiente linguístico e extralinguístico maior no qual *daí que* se codifica está diretamente relacionado a questões estruturais, cognitivas e sócio-históricas. Nesse contexto, reconhecemos, primeiramente, as pressões metonímicas e de informatividade das sequências tipológicas, nas quais se codificam as orações articuladas pelo conector; em segunda instância, as pressões do gênero textual, que define o ambiente discursivo no qual as sequências se inserem.

Um levantamento estatístico estabeleceu relação entre o uso total do conector (179 ocorrências) e os gêneros e as tipologias textuais. Observamos a distribuição do *daí que* por sete gêneros diferentes: jornalístico (66/179), enciclopédico (36/179), discurso religioso/filosófico (33/179), obras acadêmicas (23/179) e romances (18/179); mostrou-se ínfima a ocorrência do conector em nota/notícia (2/179) e manual (1/179). Considerando-se as sequências tipológicas, os quatro padrões de uso do conector *daí que* se distribuem de forma bastante coerente com o que temos apresentado até aqui: predomínio absoluto da sequência argumentativa (107/179) e do padrão de uso *b* (74/179); não por coincidência, este é o padrão que predomina na sequência argumentativa (47/107).

Ao articular porções textuais na posição interfrásica, encabeçando oração com verbo no modo subjuntivo, como em (3) e (6), *daí que* está imerso em contexto pragmático-discursivo no qual a exposição de ideias é o fio condutor.

Nesta primeira parte da análise, destacamos o uso do conector lógico *daí que* na articulação de orações no mesmo período ou em períodos diferentes, oscilando entre o estatuto de um elemento subordinador e o de um coordenador. Foram flagrados contextos ambíguos, aos quais dedicamos a subseção seguinte.

3.2 Ambiguidade pragmática

Ao longo da análise que acabamos de empreender, o foco sobre o padrão de uso *b* em sequência argumentativa apontou para usos em contextos modalizados, nos quais o conector articula não só eventos mais factuais, externos à língua, como as relações lógicas de causa e consequência, mas também eventos mais abstratos, como as proposições nas relações de argumentação, presentes na inferência ou conclusão. Trata-se de gradiência decorrente do que Traugott e Trousdale (2013:200) chamam de *ambiguidade pragmática*, caso em que uma construção tem um só valor semântico, o qual é pragmaticamente aplicado de formas diferentes, de acordo com o contexto pragmático.

No que se refere ao *daí que*, o conector tem um só valor semântico, o de resultado, que, pragmaticamente, pode expressar consequência factual ou conclusão. Esses valores emergem, por pressão de informatividade, das sequências tipológicas, nas quais verificamos o uso do *daí que*, seja em articulação interfrásica, seja em articulação intrafrásica.

Associando as articulações intrafrásica e interfrásica às tipologias textuais, encontramos os seguintes números de frequência de uso atestado: a sequência argumentativa foi a que mais acolheu os padrões de uso do *daí que* (107/179); em frequência bem menos expressiva, identificamos ambas as articulações nas tipologias narrativa (43/179), expositiva (25/179) e injuntiva (4/179).

Os exemplos (8) e (9), ilustram a ambiguidade pragmática do conector *daí que* em dois dos seus padrões de uso:

Valor de resultado: consequência factual em articulação
interfrásica e sequência argumentativa

(8) Fizeram-se algumas tentativas para mudar o caráter marcadamente acadêmico dos programas de educação de adultos, mediante a criação de oficinas e escritórios. Entretanto, a capacitação oferecida está mais em função das possibilidades da escola do que das necessidades da população. *Daí que* muitas dessas oficinas se **restringem** à carpintaria e a corte e costura. (DP – *Educação de adultos em áreas marginalizadas*. Jorge Rivera, 1993)

Valor de resultado: conclusão em articulação intrafrásica
e sequência argumentativa

(9) (...) a *Verdade é o Amor*. Porém, o amor coexiste com a liberdade, *daí que* não **pode haver** amor forçado, amor escravo; logo, a liberdade é o

instrumento do amor, e é por ela que ele se efetiva. (DP – *Terceira jornada filosófica*. Luiz Caramaschi, s/d)

A expressão de consequência factual (99/179) predomina sobre a de conclusão (80/179) em ambas as posições frásicas ocupadas pelo conector, contudo a diferença é pequena, com valores próximos. Esse perfil sintático-semântico condiz com as ambiguidades flagradas no uso de *daí que* e pode ser verificado nos dois casos anteriores. Em (8), ao mesmo tempo em que a oração introduzida pelo conector apresenta menor dependência sintática da anterior, expressa consequência factual, numa relação semântica estreita com a antecedente, que é sua causa. Já em (9), embora o vínculo sintático seja mais estreito, uma vez que *daí que* articula orações em um mesmo período, a oração introduzida pelo conector opera no âmbito da conclusão, num ato de fala distinto do expresso na porção anterior.

Quando a expressão de consequência factual é associada às sequências tipológicas, a distribuição do uso de *daí que* apresenta diferenças numéricas, as quais não chegam a ser marcantes entre as tipologias narrativa (42/99) e argumentativa (38/99). No entanto, ao considerarmos a expressão de conclusão, a sequência argumentativa (69/80), mais uma vez, predomina de forma absoluta sobre as outras, que apresentam índices de baixos a ínfimos. Os fragmentos (10) e (11) apresentam os principais casos de ambiguidade pragmática, conforme as duas sequências tipológicas mais frequentes.

Consequência factual, em sequência narrativa:

(10) (...) as Diretrizes Curriculares para as escolas do campo são as mesmas que foram estabelecidas para as escolas da rede urbana, o que muda é a maneira de operacionalização, *daí que* o MEC **estabeleceu** e o Conselho Nacional de Educação (CNE) **aprovou** as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DP – *As várias faces da educação básica brasileira*. Nilce Fedatto e Maria E. da Paz, 2008).

Conclusão em sequência argumentativa:

(11) A estrutura do poder reflete hoje somente um determinado modo de encaminhamento das decisões no labirinto organizacional da máquina pública. ***Daí que*** novas formas de corrupção **podem** florescer. (PerB – Sem Automatismo, Tarcísio Padilha Jr., Jornal do Brasil, 2013)

Nas sequências tipológicas em que o *daí que* encabeçou oração consecutiva, não foram observados usos de modalizadores adverbiais ou formas verbais modalizadas. É o que se verifica em (8) e (10). Tal perfil condiz com a expressão de resultado factual, no qual predominam relações externas à situação comunicativa, mais referenciais e com pouca interferência do enunciador. Nesses casos, o conector *daí que* aproxima-se do que Koch (1987) denomina *conector lógico*. Já em (9) e (11), *daí que* introduz orações conclusivas em relação a uma proposição anterior, nas quais há formas verbais modalizadas, num uso próximo ao que a autora denomina *operador argumentativo*.

Empreender uma análise de dados que associasse os padrões de uso à ambiguidade pragmática do *daí que* apontou para valores sintático-semânticos gradientes, desde os mais factuais aos mais abstratos, dos mais lógicos aos mais argumentativos. Acreditamos ter justificado, assim, o surgimento de um novo *type* específico no paradigma das locuções conjuntivas, uma nova microconstrução: o conector lógico-argumentativo *daí que*.

4 Considerações finais

Na introdução, apresentamos duas questões que nortearam este trabalho. Por meio da perspectiva teórica adotada e da metodologia de análise, julgamos tê-las respondido, não de forma cabal, visto que a pesquisa sobre as expressões de resultado prossegue, mas dentro do que aqui nos propusemos a discutir.

Quanto às motivações para o surgimento do conector lógico-argumentativo *daí que*, identificamos que os dois contextos iniciais – *Daí V_{cog} que* e *Daí que V_{cog}* – emergem como favorecedores das mudanças construcionais operadas sobre os constituintes *daí* e *que*, levando à construcionalização e paradigmatisação do conector lógico-argumentativo *daí que*, no contexto de isolamento. No que se refere à relação que essas motivações têm com seus padrões de uso, o conector *daí que* forjou-se em ambiente sintático-semântico e pragmático-discursivo marcado pelas relações de causalidade, estritas ou não.

A ambiguidade consequência-conclusão presente nos contextos iniciais são a marca de seu uso em contexto de isolamento, e as motivações dos contextos iniciais estão espelhadas nos padrões de uso do *daí que*.

Defendemos, portanto, que a microconstrução *daí que* configura-se, hoje, como um conector, pareando forma-significado. Alinha-se ao paradigma das locuções conjuntivas e, assim como *de modo que*, *de maneira que* ou *de sorte que*, vem se especializando na expressão de resultado, sendo empregado pragmaticamente em relações mais factuais, como as consecutivas, ou mais modalizadas e subjetivas, como as conclusivas.

5 Referências

ARENA, A. B. 2015. **Construcionalização do conector “daí que” em perspectiva funcional centrada no uso**. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Niterói: UFF.

BYBEE, J. 2015. **Language Change**. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 2010. **Language, Usage and Cognition**. New York: Cambridge University Press.

CÂMARA JR., J. M. 1979. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Padrão, p.184.

CROFT, W. 2001. **Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective**. Oxford: Oxford University Press.

DIEWALD, G; SMIRNOVA, E. 2012. “Paradigmatic integration”: the fourth stage in an expanded grammaticalization scenario. In: DAVIDSE, K. at al (eds). **Grammaticalization and language change – new reflections**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 111-131.

DIEWALD, G. 2006. **Context types in grammaticalization as constructions**. Constructions, Düsseldorf. Disponível em: <www.constructions-online.de:0009- 4-6860>.

_____. 2002. A model of relevant types of contexts in grammaticalization. In: WISCHER, I; DIEWALD, G (eds). **New reflections on grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 103-120.

GOLDBERB, A. 2006. **Constructions at work: the nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press.

_____. 1995. **Constructions: a construction approach to argument structure**. Chicago: The University of Chicago Press.

KOCH, I. G. V. 1987. Dificuldades na leitura/produção de textos: os conectores interfrásticos. In: CLEMENTE, E. (org.) **Linguística Aplicada ao Ensino de Português**. Porto Alegre: Mercado Aberto.

MARTELOTTA, M; ALONSO, K. 2012. Funcionalismo, cognitivismo e a dinamicidade da língua. In: SOUZA, E. R. (org). **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, p. 87-106.

NEVES, M. H. M. 1999. As construções causais. In: NEVES, M. H. M **Gramática do Português Falado, vol. VII**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 461-496.

TRAUGOTT, E; DASHER, R. 2002. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press.

TRAUGOTT, E; TROUSDALE, G. 2013. **Constructionalization and constructional changes**. Oxford: Oxford University Press.

TRAUGOTT, E. 2012. **Toward a coherent account of Grammatical Construcionalization**. Draft for a volume on historical construction grammar edited by Elena Smirnova, JóhannaBarðdal, Spike Gildea, and LotteSommerer. March 2nd.

6 – A funcionalidade das adjetivas em notícias e editoriais: uma questão de gênero?

Vania Lúcia Rodrigues Dutra

Magda Bahia Schlee

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a funcionalidade das orações subordinadas adjetivas em notícias e editoriais de jornal, tendo como base teórica as contribuições que a abordagem funcionalista da linguagem, mais especificamente a Linguística Sistemico-Funcional, tem a oferecer no âmbito da descrição da Língua Portuguesa como língua materna.

Parte-se da hipótese de que a opção pelo uso da oração subordinada adjetiva visando a efeito de sentido circunstancial está intimamente relacionada ao gênero textual em que essa estrutura é empregada. Uma comparação inicial entre notícia e editorial, corpus do presente trabalho, permitiu perceber a recorrência de efeitos de sentido característicos das adverbiais advindos do uso das adjetivas, dadas as características dos gêneros observados.

Este trabalho é parte de um estudo maior que tem como objetivo a análise da estruturação dos períodos em diferentes gêneros jornalísticos (notícias, reportagens, editoriais, artigos de opinião e cartas do leitor) e sua relação com os propósitos comunicativos de cada gênero. O trabalho prevê um estudo dos processos sintáticos recorrentes, um levantamento dos tipos de orações neles mais frequentes e seu efeito semântico-discursivo. Aqui, o foco recai, especificamente, sobre as orações adjetivas e os gêneros notícia e editorial de jornal.

O modelo de investigação adotado representa uma tentativa de descrição do funcionamento da língua, examinando-a como entidade não suficiente em si e analisando sua estrutura vinculada a seu contexto de uso, no caso, os gêneros notícia e editorial de jornal, permitindo, assim, um novo olhar acerca da estruturação dos períodos compostos e seu funcionamento em gêneros específicos. Essa abordagem confere, assim, especial relevância à correlação entre as propriedades das estruturas gramaticais e as propriedades dos contextos em que as estruturas linguísticas ocorrem, enfatizando que qualquer opção lexi-

cogramatical é motivada por um propósito sociocomunicativo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

É com esse enfoque que o presente trabalho tratará da oração subordinada adjetiva. Buscar-se-ão descrever, explicar e interpretar os usos reais dessa estrutura no contexto de situação e no contexto de cultura aqui representados pela notícia e pelo editorial de jornal (HALLIDAY, 1994), considerando as relações necessárias entre esses gêneros e sua constituição semântica.

Necessariamente, na análise dos textos-corpus, as condições de produção da notícia e do editorial são considerados: o suporte em que foram publicados, a modalidade escrita ou oral em que foram produzidos, a identidade de seus autores, os objetivos dos textos, sua função social – o que interfere diretamente na escolha de estruturas linguísticas e de itens lexicais pelo enunciador para compor seu texto. Consideram-se a relação necessária entre os elementos do contexto e do cotexto, e as escolhas do enunciador tanto no nível lexicogramatical (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) como na organização formal dos textos.

Os pesquisadores que hoje abraçam os pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional dedicam-se a investigar as relações entre gramática, texto e contexto. E muito do que já se sabe sobre as correlações a serem feitas entre a gramática e sua função nos textos deve-se ao trabalho de Michael Halliday, que vem sendo continuado por tantos seguidores seus ao redor do mundo.

2 Gramática e LSF

A gramática existe para que os falantes possam dar forma à língua que falam por meio dos textos, constructos pelos quais se comunicam. O tratamento dado à gramática no âmbito do texto extrapola seu aspecto formal, revelando uma concepção de língua como atividade social. Com base nessa concepção, a língua não é usada para expressar o pensamento ou para simplesmente comunicar. Ela faz muito mais do que isso. É responsável por realizar ações por meio da interação social e cognitiva entre seus falantes, considerando o contexto no qual se dá essa interação. Trata-se de uma concepção funcionalista de língua e de uma abordagem funcionalista da gramática.

O funcionalismo entende a língua como prática social, como um processo intersubjetivo e contextualizado. Segundo Castilho (2012, p. 20),

o funcionalismo “contextualiza a língua na situação social em que se dá a interação verbal, cujas representações estruturais são então estudadas”. Para os funcionalistas, a língua exerce funções que desempenham um papel fundamental na organização de sua gramática, e a gramática é o instrumental para a construção dos sentidos.

De base semântica, a abordagem funcional põe em relevo as relações entre a língua, suas funções e as diversas modalidades de interação social existentes, investigando como a forma atua na construção do significado e como as funções que a língua exerce no contexto social influenciam a forma.

O paradigma funcionalista vem ganhando espaço na orientação dos estudos linguísticos nos últimos tempos. O funcionalismo defende a consideração do papel do contexto, em particular do contexto social, na tentativa de compreender a natureza das línguas. Assim, ele concebe a língua não como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a mudanças a partir de pressões oriundas das diferentes situações comunicativas. São essas pressões que auxiliam na determinação de sua estrutura gramatical. Segundo Halliday (1994, p. 13):

Uma gramática funcional é essencialmente uma gramática ‘natural’, no sentido de que tudo nela pode ser explicado, em última instância, com referência a como a língua é usada.¹

3 As adjetivas nos gêneros notícia e editorial de jornal

A fim de demonstrar como os usos da língua determinam sua estrutura, ou seja, como a gramática, sendo plástica, molda-se às necessidades dos falantes em função das restrições impostas pela situação de comunicação e pelas características do gênero em que está sendo chamada a atuar, buscaremos analisar a estruturação dos períodos compostos por subordinação, especificamente o uso que se faz da oração subordinada adjetiva, em dois gêneros textuais diferentes: notícia e editorial de jornal, o primeiro de base narrativa e o segundo de base argumentativa.

¹ Texto original: *A functional grammar is essentially a “natural” grammar, in the sense that everything in it can be explained, ultimately, by reference to how language is used.*

Para tanto, consideramos a hipótese de que a opção pela estruturação do período composto por subordinação com orações subordinadas adjetivas e seus diferentes efeitos de sentido estão intimamente relacionados ao gênero textual notícia e editorial, considerando-se sua função social e os propósitos comunicativos de seu autor.

3.1 O gênero notícia de jornal

A notícia é um gênero textual jornalístico bastante recorrente nos meios de comunicação de uma forma geral. Trata-se de um texto informativo sobre um tema atual ou algum acontecimento real, veiculado pelos principais meios de comunicação: jornais, revistas, meios televisivos, rádio, internet. Cada um desses suportes responsáveis pela veiculação das notícias pode afetar, de formas diferentes, a estrutura e o registro empregado no gênero. É o que acontece, por exemplo com uma notícia publicada em um jornal escrito, que geralmente apresenta um corpo bem mais desenvolvido do que uma notícia divulgada no rádio ou na TV.

As notícias apresentam teor informativo e podem constituir-se de sequências narrativas e descritivas ao mesmo tempo, apresentando, portanto, o tempo, o espaço e os atores envolvidos no fato noticiado. É um dos mais conhecidos gêneros do domínio discursivo jornalístico e caracteriza-se como uma narrativa técnica. Tal particularidade está condicionada principalmente a sua natureza linguística, pois, diferentemente da linguagem literária, que, via de regra, revela traços de intensa subjetividade, a imparcialidade nesse âmbito, teoricamente, é a “palavra de ordem”.

Como a notícia se pauta por relatar fatos condicionados ao interesse do público em geral, sua linguagem necessariamente deve ser clara, objetiva e precisa, isentando-se de quaisquer possibilidades que porventura tenderem a ocasionar múltiplas interpretações por parte de seus interlocutores. É importante, contudo, ressaltar que, em se tratando do gênero notícia,

o relato é mais importante e não o fato propriamente dito. Assim, o que dará consistência a um acontecimento é o texto, e, para que isso ocorra, é necessário seguir uma estrutura característica do gênero bem como observar aspectos sócio-históricos e culturais, pertencentes à esfera em que esse gênero circula (LAGE, 1998).

Fica claro, assim, que a forma como o texto está organizado será de fundamental importância para a credibilidade que a notícia alcançará junto ao público leitor. Caso o enunciador rompa com as características prototípicas da notícia (clareza, objetividade, impessoalidade, imparcialidade), o gênero naturalmente ficará comprometido e o grau de adesão do leitor ao texto será menor.

Embora as características formais prototípicas da notícia levem a uma padronização, isso não significa que o gênero não possa ser subvertido e que não possa veicular, de forma subliminar, posicionamentos de seu autor. Essa subversão do gênero se dá, muitas vezes, pela seleção de recursos gramaticais que permitirão o escamoteamento, o disfarce da opinião, da avaliação pessoal, da subjetividade do jornalista em relação ao fato que dá a público.

3.2 O gênero editorial de jornal

O editorial é um texto jornalístico que apresenta uma análise, ou mesmo uma opinião, sobre um fato de grande relevância para a sociedade de uma forma geral. Constitui-se de uma análise em forma de comentário que, geralmente, reflete a ideologia e o posicionamento do editor e/ou da empresa jornalística que ele representa relativamente ao assunto tratado. Nesse sentido, o editorial é um gênero do domínio discursivo jornalístico tanto quanto a notícia, embora guarde, em relação a ela, algumas diferenças básicas.

Assim como a notícia, o editorial apresenta estabilidade relativa em relação a estilo, temática e forma de composição; circula na esfera social de comunicação jornalística; e promove a interação entre a empresa jornalística e o conjunto de seus leitores (sujeitos historicamente situados). Entretanto, o editorial é um texto geralmente argumentativo e tem uma autoria pré-configurada sócio-historicamente (ALVES FILHO, 2006). e textualmente materializada. O editorial é, teoricamente, um gênero cuja função é expressar uma opinião de caráter institucional. Para que esse caráter de autoria institucional possa se constituir aos olhos do leitor, algumas características composicionais precisam ser observadas na configuração de seu texto.

Dessa forma, o editorial busca marcar impessoalidade e objetividade na abordagem da temática e nas estratégias de argumentação. Apresenta-se, geralmente, em seu texto, uma posição axiológica na análise dos fatos, mas

o que se pretende é que essa avaliação seja compreendida pelo leitor como resultado necessário dos próprios fatos, não como uma visão subjetiva deles.

No editorial, fala-se em nome de uma instituição ou de uma empresa jornalística, o que exime o editorialista da responsabilidade pelo que se defende no texto. A ausência de assinatura é marca da maioria dos editoriais, e, da perspectiva da recepção do texto, essa ausência põe às claras a interação pretendida entre empresa e público leitor.

O uso da variedade padrão da língua é também uma estratégia para apagar possíveis marcas de sujeitos empíricos ou de segmentos socioculturais específicos, pretendendo atingir efeitos de sentido de imparcialidade, de seriedade e de austeridade no tratamento do tema.

Embora a interação entre empresa e leitores seja pretendida e desejada, não há, no texto, marcas linguísticas que construam formalmente essa interação, ou seja, o leitor não é trazido para a materialidade do texto, por meio do emprego do vocativo, do imperativo, ou da segunda pessoa, por exemplo.

No editorial, o que se busca é a aceitação, por parte do público leitor, da orientação argumentativa apresentada e seu alinhamento à ideologia defendida pela empresa jornalística. Pode-se dizer que, do ponto de vista dos leitores, as empresas jornalísticas são reconhecidas como sendo vinculadas a certos segmentos ideológicos, políticos ou mesmo partidários.

A busca pelo ineditismo também é um dos objetivos do editorial. Em comparação com as notícias, que são muitas vezes reeditadas de outros jornais e agências de notícias, o editorial é publicado uma única vez e em um único veículo. Isso se deve ao fato de o editorial ser o responsável pela explicitação do posicionamento ideológico do jornal. Não que não possa haver posicionamentos ideológicos parecidos entre empresas jornalísticas diferentes. Entretanto, ainda que ideologicamente os discursos possam ser semelhantes, o texto materializado precisa ser diferente, configurando-se como enunciado inédito.

3.3 A oração subordinada adjetiva na tradição dos estudos gramaticais

Os modelos de análise funcionalista, de uma forma geral, rejeitam os postulados básicos do formalismo (GIVÓN, 1995). Não há como se considerar, em estudos funcionais das línguas, a autonomia da sintaxe, da gramática e da própria faculdade da linguagem.

Com uma preocupação puramente formal, entretanto, a tradição dos estudos gramaticais vem apresentando uma descrição do período composto por subordinação e das orações subordinadas do ponto de vista de sua função sintática e de seu âmbito modificador nos limites da frase. Por exemplo, de acordo com Celso Cunha,

as orações subordinadas adjetivas vêm normalmente introduzidas por um pronome relativo, e exercem a função de adjunto adnominal de um substantivo ou pronome antecedente. (...)

A oração subordinada adjetiva pode, como todo adjunto adnominal, depender de qualquer termo da oração, cujo núcleo seja um substantivo ou um pronome: sujeito, predicativo, complemento nominal, objeto direto, objeto indireto, agente da passiva, adjunto adverbial, aposto e, até mesmo, vocativo. (CUNHA, 1985, p. 586)

No que se refere ao sentido, a tradição aponta, de uma forma geral, uma diferença entre as adjetivas restritivas e explicativas. Entretanto, a discussão se dá em um nível genérico, não adentrando às questões do texto e seus sentidos específicos no que diz respeito a sua temática. Conforme Celso Cunha,

Quanto ao sentido, as subordinadas adjetivas classificam-se em restritivas e explicativas.

1. As restritivas, como o nome indica, restringem, limitam, precisam a significação do substantivo (ou pronome) antecedente. São, por conseguinte, indispensáveis ao sentido da frase; e, como se ligam ao antecedente sem pausa, dele não se separam, na escrita, por vírgula.(...)

2. As explicativas acrescentam ao antecedente uma qualidade acessória, isto é, esclarecem melhor a sua significação, à semelhança de um aposto. Mas, por isso mesmo, não são indispensáveis ao sentido essencial da frase. Na fala, separam-se do antecedente por uma pausa, indicada na escrita por vírgula: (...) (CUNHA, 1985, p. 588-589)

Essa é a abordagem das orações adjetivas mais comumente encontrada também nos manuais didáticos que estão em nossas salas de aula. Na escola, a

discussão sobre a gramática raramente é levada para o texto, e não se chega a articular a análise da estrutura linguística que o constrói à leitura que dele se faz. Uma abordagem mais funcional da gramática tem muito a oferecer no que diz respeito à construção dos sentidos do texto. É o que se intenciona discutir aqui a partir da oração adjetiva em notícias e editoriais de jornal.

3.4 Orações adjetivas nos gêneros notícia e editorial de jornal

O funcionalismo tem como uma de suas principais características a integração do nível sintático-semântico de análise linguística ao nível pragmático. Essa integração é tida como fundamental para que se possam descrever determinados padrões de uso da língua.

Ao cabo da análise do corpus aqui considerado, pode-se afirmar que se chegou a um desses padrões de uso – orações adjetivas com valor circunstancial –, que serve ao objetivo de veicular, disfarçadamente, posicionamentos pessoais em textos pretensamente “neutros”. Cabe ressaltar que o reconhecimento do valor circunstancial das orações está intimamente relacionado ao contexto e não pode ser dele despreendido.

A chamada oração subordinada adjetiva, escolhida, neste trabalho, para exemplificar a estratégia de que lança mão o jornalista para subverter o gênero, passa agora a ser observada em dois contextos diferentes: na notícia e no editorial.

3.4.1 Orações adjetivas no gênero notícia

Numa análise inicial da primeira parte do corpus aqui considerado, formado por notícias de jornal, observa-se, como uma regularidade em relação à estruturação dos períodos, a presença marcante de períodos compostos por subordinação com orações adjetivas. Para além da estrutura sintática, a investigação dessas orações com base nos níveis semântico e pragmático que o gênero permite fazer, considerando-se os contextos de situação e de cultura (HALLIDAY, 1994), permitiu apreender três valores semânticos por elas veiculados: valor restritivo, cuja importância na interlocução consiste em contribuir para delimitar o raio de referência do antecedente; valor explicativo, que cumpre função semelhante à do aposto, no que se refere ao acréscimo de informações ao antecedente; e valor circunstancial, que veicula conteúdos circunstanciais

de causa, concessão, condição, finalidade, resultado, tradicionalmente vistos como característicos dos advérbios.

Na notícia selecionada para demonstrar o que aqui se discute (“Depoimentos ampliam acusações contra Aécio Neves”, JB, 21/04/2018. V. anexo), há os três tipos de valores construídos pelas adjetivas:

Exemplo 1

“Na semana **em que o senador Aécio Neves (PSDB-MG) se tornou réu no Supremo Tribunal Federal por corrupção passiva e obstrução da Justiça**, novos depoimentos de delatores do Grupo J&F e da empreiteira Andrade Gutierrez ampliaram denúncias contra ele.” (adjetiva com valor restritivo)

No trecho inicial da notícia (primeiro parágrafo), a oração adjetiva “em que o senador Aécio Neves (PSDB-MG) se tornou réu no Supremo Tribunal Federal por corrupção passiva e obstrução da Justiça” apresenta, assim como tantas outras no decorrer do texto, valor restritivo. Essa adjetiva restritiva delimita o raio de referência do antecedente “semana”, especificando o momento em que o STF torna o senador réu por corrupção passiva e obstrução da Justiça. Essa estrutura, assim, tem papel fundamental na interlocução texto-leitor, já que contribui significativamente para o caráter informativo da notícia. Pragmaticamente, essas construções com adjetivas restritivas podem cumprir a função de realizar um ato de fala destinado a produzir um alerta. Desse modo, fica claro que a recorrência das adjetivas de valor restritivo atende à variável campo do contexto de situação, que “remete à atividade que está sendo realizada pelos participantes, à natureza da ação social que está ocorrendo, com objetivo específico” (FUZER; CABRAL, 2014). As adjetivas restritivas contribuem, assim, para especificar as informações, para detalhá-las.

Exemplo 2

“Segundo Joesley, o valor foi dividido entre o PSDB – **que teria ficado com R\$ 64 milhões** –, o PTB – com R\$ 20 milhões – e o Solidariedade – **que teria levado R\$ 15 milhões.**” (adjetivas com valor explicativo)

No terceiro parágrafo da notícia, as orações adjetivas “que teria ficado com R\$ 64 milhões”, “[que teria ficado] com R\$ 20 milhões” e “que teria levado R\$ 15 milhões” constroem valor explicativo. Embora tendo papel semelhante

ao do apostro, acrescentando informações ao antecedente, o conteúdo dessas orações adjetivas mostra-se muito relevante no contexto da notícia, atendendo aos propósitos comunicativos do gênero. Essas orações informam os leitores sobre os valores recebidos pelo PSDB, pelo PTB e pelo Solidariedade, marcando claramente o repasse maior ao partido do senador Aécio Neves (PSDB-MG), foco do fato que está sendo noticiado.

Exemplo 3

“Serraglio disse que trechos das gravações telefônicas entre Aécio e Joesley deixam claro que ele se recusou a ceder às pressões do senador mineiro, **que queria emplacar um novo delegado da PF de sua preferência.**”

Além dos valores semânticos tradicionalmente atribuídos às adjetivas de uma forma geral, reconhecem-se ainda, no corpus analisado, algumas orações adjetivas com valor circunstancial, conforme o exemplo 3, presente na segunda metade do texto.

Na notícia aqui explorada para demonstrar a validade da hipótese de nossa investigação, a oração “que queria emplacar um novo delegado da PF de sua preferência” assume valor circunstancial de concessão. Esse valor concessivo que se constrói entre a oração adjetiva “que queria emplacar um novo delegado da PF de sua preferência” e a sua principal “que ele se recusou a ceder às pressões do senador mineiro” emana da oposição entre as informações veiculadas pelas duas orações. O trecho poderia ter assumido a forma canônica da concessão ou forma congruente (HALLIDAY, 1994) em vez da forma original, com a adjetiva: Serraglio disse que trechos das gravações telefônicas entre Aécio e Joesley deixam claro **que ele se recusou a ceder às pressões do senador mineiro, embora Aécio quisesse emplacar um novo delegado da PF de sua preferência.**

Nessa reescritura, uma entre tantas possíveis, a oração principal mantém-se a mesma, guardando sua estrutura original – “que ele se recusou a ceder às pressões do senador mineiro” –, mas a subordinada assume a forma de adverbial concessiva – “embora Aécio quisesse emplacar um novo delegado da PF de sua preferência.”

Esse valor circunstancial, contudo, na maioria dos casos observados no corpus, não confirma as características prototípicas do gênero notícia. O

objetivo do uso, na notícia, da estrutura de oração adjetiva com valor semântico circunstancial parece ser uma tentativa de subverter o gênero, sem, no entanto, romper totalmente com ele.

A reescritura do trecho deixa evidente o contraste entre as ideias apresentadas nas duas orações. A explicitação de tal contraste, contudo, por meio do uso da estrutura concessiva, não deixaria dúvidas sobre tratar-se de um juízo de valor do enunciador, ferindo, de certo modo, as características que se esperam encontrar no gênero notícia. A opção pela adjetiva representa, assim, uma forma de escamotear esse juízo de valor, uma vez que não se esperam, nesse gênero, avaliações do jornalista acerca do fato noticiado.

3.4.2 Orações adjetivas no gênero editorial

Assim como observado em relação ao gênero notícia, numa análise inicial da segunda parte do corpus analisado, formado por editoriais de jornal, percebe-se a presença também marcante de períodos compostos por subordinação com orações adjetivas. E, da mesma forma, verificam-se, ao longo dos textos, os três valores semânticos por elas veiculados: valor restritivo, valor explicativo e valor circunstancial.

No editorial escolhido para demonstrar o que aqui se discute (“Abaixo o voto nulo”, JB, 19/04/2018. V. anexo), apresentam-se os três valores construídos pelas adjetivas:

Exemplo 4

“Todas as mensagens **que lhes são propostas no processo eleitoral parecem falsas ou insuficientes.”**

No trecho inicial do editorial (primeiro parágrafo), a oração adjetiva “que lhes são propostas no processo eleitoral” apresenta valor restritivo. Essa adjetiva restritiva delimita o raio de referência do antecedente “todas as mensagens”, especificando-as: todas as mensagens que parecem falsas ou insuficientes são as que são propostas no processo eleitoral, não outras. Assim como na notícia, essa estrutura é fundamental para a interlocução texto-leitor, pois, ao lado do caráter persuasivo do editorial, figura também seu aspecto informativo: o editorial avalia um fato e posiciona-se em relação a ele, o que obriga a que

esse fato esteja apresentado no próprio texto do editorial, atendendo à variável campo do contexto de situação.

As adjetivas restritivas contribuem, assim, para a construção da base informativa do editorial, embora não seja informar a função social característica desse gênero.

Exemplo 5

“O entusiasta ‘nulista’ deixa de lado e condena o gesto do voto, **no qual se sustenta o Estado Democrático de Direito.**”

No quarto parágrafo do editorial em tela, a oração adjetiva “no qual se sustenta o Estado Democrático de Direito” constrói um valor explicativo. Assim como no caso da notícia, a oração adjetiva com valor explicativo tem papel semelhante ao do aposto e acrescenta informações ao antecedente. O conteúdo dessas orações adjetivas de valor explicativo mostra-se muito relevante também no contexto do editorial, pois atende aos propósitos comunicativos do gênero no que diz respeito não só a seu viés informativo. No caso do exemplo 5, é fundamental para a estratégia argumentativa do editorialista a informação de que o Estado Democrático de Direito é sustentado pelo gesto de voto – argumento a favor da tese que se defende no texto e que se materializa em seu título: “Abaixo o voto nulo”.

Exemplo 6

“O segundo equívoco é que, esperando atingir, indistintamente, todos os políticos, acabam atingindo a política, **que nada tem a ver com os maus** que dela se servem.”

No quarto parágrafo do editorial aqui apresentado para demonstrar a validade de nossa hipótese de pesquisa, a oração “que nada tem a ver com os maus” assume valor concessivo. Esse valor de oposição que se constrói entre a oração adjetiva “que nada tem a ver com os maus” e a sua principal “que acabam atingindo a política” emana do contraste entre as informações veiculadas pelas duas orações: os promotores da campanha pelo voto nulo não atingem os políticos, mas a política; entretanto a política nada tem a ver com os maus políticos.

Também no editorial, à semelhança do que se verificou na notícia, o trecho poderia ter assumido a forma congruente da concessão em vez da forma original, com a adjetiva: O segundo equívoco é que, esperando atingir, indistintamente, todos os políticos, acabam atingindo a política, embora ela nada tenha a ver com os maus que dela se servem.

Nessa possível versão do período, a oração principal mantém-se a mesma, guardando sua estrutura original – “que acabam atingindo a política” –, mas a subordinada assume a forma de adverbial concessiva – “embora ela nada tenha a ver com os maus”.

Esse valor circunstancial auferido na maioria dos casos observados nos editoriais que compõem a segunda parte de nosso corpus, ao contrário do que se dá com as notícias, confirma as características prototípicas do gênero.

O objetivo do uso, no editorial, da estrutura de oração adjetiva com valor semântico circunstancial, principalmente de concessão, coaduna-se com o objetivo comunicativo do gênero, na medida em que o esquema de oposição entre as ideias reforça seu caráter argumentativo e seu objetivo de persuadir o leitor, buscando fazê-lo aderir às ideias defendidas no texto.

É função social do gênero editorial, diferentemente do que ocorre com a notícia, discutir temas, apresentando uma avaliação sobre eles, juízos de valor e posicionamentos do editorialista em sua função de representar a instituição/ empresa jornalística em nome da qual escreve. Entretanto, entende-se que, muitas vezes, o posicionamento do jornal não é apresentado de forma direta e explícita, a depender do tema que se discute, sob pena de se afastar o leitor, não conseguindo sua adesão à ideia defendida.

Em se tratando de um tema considerado sensível, que divide opiniões, é comum que posicionamentos e juízos de valor sejam mais sugeridos do que apresentados claramente, atendendo ao objetivo do enunciador de persuadir seus interlocutores. Assim, o uso de adjetivas com valores circunstanciais é muito frequente em editoriais de jornal, mais do que em notícias.

E mais: chama a atenção, no editorial aqui apresentado como exemplo de nosso corpus (“Abaixo o voto nulo”, JB, 19/04/2018. V. anexo), a incidência maior de orações reduzidas adverbiais em relação às desenvolvidas, o que reforça a percepção de que seus valores são, no gênero editorial, mais sugeridos que explicitados, mesmo quando se trata de orações adverbiais, uma vez que as reduzidas não oferecem a facilidade do reconhecimento de seu valor

circunstancial pela presença da conjunção específica. Mais esse é um outro aspecto que será, ainda, aprofundado na continuidade de nossas investigações.

3.4.3 Resultados

O levantamento das orações adjetivas feito na notícia e no editorial aqui apresentados como exemplares de análise chegou ao seguinte quadro resumitivo:

Gênero	NOTÍCIA	EDITORIAL
Número de orações adjetivas	14	23
Número de orações adjetivas restritivas/explicativas	13	18
Número de orações adjetivas com valor circunstancial	1	5

Quadro – O. Adj. na notícia e no editorial analisados (V. anexo)

Comparando-se os números apresentados, vê-se que há uma incidência maior de orações adjetivas no editorial que na notícia, assim como também de orações adjetivas com valor circunstancial, especificamente concessivo.

A única oração adjetiva com valor circunstancial encontrada na notícia e as cinco encontradas no editorial têm valor concessivo. Esse dado é relevante na medida em que o valor de oposição presente em uma estrutura de oração principal e adjetiva, que normalmente veicula valores restritivos e explicativos, é fundamental para a construção da argumentação.

As estruturas concessivas desempenham um papel essencial na construção da estratégia argumentativa de negociação entre autor e leitor nos textos, principalmente naqueles estruturalmente argumentativos. Dessa forma, também, as estruturas de oração adjetiva que constroem esse mesmo sentido. Trata-se de um movimento argumentativo cooperativo que considera positivo algo que, apesar de não fazer parte da perspectiva de quem concede, se pode assumir como possível, constituindo uma base argumentativa comum. Conceder demonstra razoabilidade, transigência, é uma forma de acolher os termos do interlocutor (contra-argumentação), sinalizando, na materialidade do texto, que eles estão sendo considerados – seja por meio da estrutura concessiva

congruente, seja por meio do valor concessivo expresso por outras estruturas. Por isso a presença mais marcada da concessão no editorial, como forma de atenuar conteúdo opinativo de algumas informações.

Confirma-se, desse modo, um dos princípios básicos da Linguística Sistêmico-Funcional de que as dimensões contextuais delimitam e influenciam o que é dito e a forma como é dito, materializando a intenção do enunciador.

4 Considerações finais

Ao produzir seus textos, orais ou escritos, o interlocutor seleciona, no sistema de opções que a língua oferece, estruturas gramaticais e itens lexicais em função de suas intenções comunicativas em um contexto determinado. Assim, a configuração dos períodos compostos atende, segundo Halliday (1994), às variáveis do contexto de situação (*campo, relações e modo*) e, consequentemente, ao contexto de cultura (que suscita o propósito social do gênero), afinal não se faz jornalismo, não se produzem textos fora da sociedade e do tempo histórico.

A incidência de orações subordinadas adjetivas na notícia e no editorial justifica-se pela variável campo, que diz respeito à ação social que está sendo desenvolvida: informar sobre fatos e acontecimentos importantes para a sociedade e dar a público uma avaliação institucional de um fato ou ideia, buscando a adesão dos leitores, respectivamente. Observou-se que, no gênero editorial, mais do que no gênero notícia, recorrentemente, as adjetivas assumem conteúdo circunstancial como forma de atenuar conteúdo opinativo, que, como estratégia argumentativa, não deve ser oferecido, explicitamente, ao público leitor. Fica evidente, assim, que a escolha entre expressar mensagens por meio de orações adjetivas ou adverbiais é, em si, significativa. E o reconhecimento disso é de fundamental importância para a leitura proficiente de diferentes textos.

O tema aqui discutido é de grande importância para os estudos não só do gênero, mas da gramática da língua, de uma forma geral, uma vez que abre discussão acerca dos fenômenos semântico-discursivos que se manifestam em todos os textos e que, muitas vezes, colocam em xeque a descrição gramatical ainda predominante entre nós.

A análise de textos que se faz na escola, nas aulas de língua, precisa considerar os diferentes valores que as estruturas gramaticais assumem em

diferentes contextos, atendendo a restrições não só do gênero mas também do contexto de situação, o que inclui locutor, interlocutor e os objetivos comunicativos que se querem alcançar. As estruturas gramaticais nem sempre se comportam prototipicamente, no texto, como o fazem nos compêndios gramaticais: com seus limites claramente demarcados, seus elementos constitutivos apresentados, o valor semântico a elas atribuído reconhecível.

Retomando-se o que já se disse algumas páginas atrás, a maleabilidade da gramática – sua natureza plástica – faz com que ela se molde às necessidades dos falantes, impossibilitando que sua descrição morfológica, sintática, semântica permaneça inalterada. Mais do que isso, é preciso reconhecer que um mesmo significado pode apresentar-se de maneira diferente em gêneros diversos, alterando sua forma, seu âmbito modificador, seu uso mesmo. O enunciador molda seu texto, trabalhando o material linguístico na busca por uma organização que exprima exatamente o que ele quer dizer, mesmo que, para isso, precise subverter a ordem vigente e ousar: a língua é de quem dela faz uso.

5 Referências

ALVES FILHO, F. **A autoria institucional nos editoriais de jornais**. Alfa, São Paulo, 50 (1): 77-89, 2006.

CASTILHO, A. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

CUNHA, C. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

HALLIDAY, M. **An Introduction to Functional Grammar**. 2ª. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M; MATTHIESSEN, C. **An Introduction to Functional Grammar**. 3a. ed. London: Hodder Arnold, 2014.

LAGE, N. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

Anexos

A – Gênero notícia

21/04 às 07h17

DEPOIMENTOS AMPLIAM ACUSAÇÕES CONTRA AÉCIO NEVES

Senador alvo de ação e oito inquéritos também é acusado de pressionar Serraglio

Jornal do Brasil

Na semana em que o senador Aécio Neves (PSDB-MG) se tornou réu no Supremo Tribunal Federal por corrupção passiva e obstrução da Justiça, novos depoimentos de delatores do Grupo J&F e da empreiteira Andrade Gutierrez ampliaram denúncias contra ele. Aécio, alvo de uma ação penal e oito inquéritos na Corte, foi também acusado de pressionar o ex-ministro da Justiça Osmar Serraglio a nomear um delegado da Polícia Federal de sua preferência. Os fatos aumentaram o desgaste do senador mineiro no PSDB e a pressão para que ele fique afastado do processo eleitoral deste ano.

O empresário Joesley Batista afirmou em depoimento à PF anteontem ter repassado R\$ 110 milhões ao senador durante a campanha do tucano à Presidência da República em 2014 em troca de apoio nos negócios do Grupo J&F. A informação foi publicada pelo jornal O Globo e confirmada pelo Estado. O empresário entregou à PF uma planilha em que listou doações, ao lado de notas fiscais e de recibos com informações para comprovar o repasse ao senador.

Segundo Joesley, o valor foi dividido entre o PSDB – que teria ficado com R\$ 64 milhões –, o PTB – com R\$ 20 milhões – e o Solidariedade – que teria levado R\$ 15 milhões. Além disso, outros R\$ 11 milhões foram repassados, segundo Joesley, para as campanhas de políticos que apoiaram o tucano na disputa pela Presidência em 2014.

Em outro depoimento, o dono da J&F disse que pagou uma espécie de “mesada” de R\$ 50 mil por mês ao senador entre 2015 e 2017. No relato,

revelado pelo jornal Folha de S.Paulo, o empresário afirmou que a “mesa-da” foi solicitada pelo senador mineiro para custear suas despesas e que o pagamento era feito por meio da Rádio Arco Íris, da qual Aécio era sócio. Os dois depoimentos de Joesley reafirmam as informações prestadas pelos executivos da J&F durante as negociações do acordo de colaboração com a Procuradoria-Geral da República em maio do ano passado.

Os executivos gravaram conversas com Aécio, o presidente Michel Temer e outros políticos. O acordo de delação da J&F foi rompido pela Justiça em setembro do ano passado após áudios que mostravam que Joesley e o executivo da J&F Ricardo Saud omitiram informações da Justiça virem à tona.

Aécio Neves não atendeu a interesses, afirma defesa

Andrade Gutierrez. Na terça-feira passada, o acionista da Andrade Gutierrez Sérgio Andrade afirmou que a empreiteira firmou um contrato R\$ 35 milhões com uma empresa de Alexandre Accioly para repassar recursos a Aécio. Accioly é amigo do senador mineiro. Há cerca de seis meses, o delator Flávio Barra, ex-presidente da Andrade Gutierrez Energia, relatou que o repasse a Accioly era referente a uma sociedade que nunca existiu de fato.

Sérgio Andrade prestou depoimento em inquérito que apura o pagamento de propina ao tucano em troca de ajuda às empreiteiras que participaram da construção da usina de Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia. Ele também afirmou que um acerto foi feito entre a Andrade Gutierrez e a Odebrecht para o pagamento a Aécio.

Em delação premiada, Marcelo Odebrecht relatou a combinação de um pagamento de R\$ 50 milhões a Aécio, sendo que R\$ 30 milhões seriam repassados pela Odebrecht e R\$ 20 milhões pela Andrade Gutierrez.

Na terça-feira passada, a Primeira Turma do Supremo acolheu denúncia da Procuradoria-Geral da República e tornou Aécio réu em ação penal. O tucano foi acusado de pedir ilicitamente R\$ 2 milhões a Joesley e de atrapalhar as investigações em torno da Lava Jato.

No mesmo dia, o deputado Osmar Serraglio (PP-PR), ex-ministro da Justiça de Temer, afirmou no plenário da Câmara que sofreu pressões de Aécio e do também senador Renan Calheiros (MDB-AL), quando era ministro, para interferir nas investigações. Serraglio disse que trechos das gravações

telefônicas entre Aécio e Joesley deixam claro que ele se recusou a ceder às pressões do senador mineiro, que queria emplacar um novo delegado da PF de sua preferência. No diálogo, o senador mineiro se refere a Serraglio com palavrões.

Desgaste. No PSDB, Aécio já é visto como carta fora do baralho eleitoral. Primeiro-vice-líder do PSDB na Câmara, Betinho Gomes (PE) disse que a situação é “muito delicada”. Para ele, o senador precisa “refletir”. “Ele perde a condição de disputar um mandato majoritário em Minas Gerais, ele está muito fragilizado. Se insistir nesse movimento, tudo será usado contra ele na campanha eleitoral. Precisa considerar que o partido como um todo não pode ser sacrificado em função dessas acusações”, disse o deputado.

A base mineira do Congresso também avalia que as condições se tornaram “insustentáveis”. Para um deputado ouvido pelo Estado, os novos depoimentos enterram de vez a possibilidade de o mineiro concorrer a um cargo majoritário.

Aliado de Aécio, o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) disse que ele vai colocar a decisão na balança. “Ele pode entender que, não sendo candidato, pode contribuir com a eleição do (Antonio) Anastasia (pré-candidato tucano em Minas) e do Geraldo Alckmin”, afirmou.

Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2018/04/21/depoimentos-ampliam-acusacoes-contr-aecio-neves/>>. Acesso em: 21 de abril de 2018.

b – Gênero editorial

19/04 às 14h15

ABAIXO O VOTO NULO

Jornal do Brasil

Muros e paredes, que democraticamente aceitam tudo, nem escapam das pichações de mau gosto, já vêm servindo a campanhas anônimas em favor do voto nulo nas eleições de outubro; uma ação que, como sempre, resulta dos segmentos mais irados, convencidos de que a manifestação de preferências

nas urnas é de todo inconveniente, e nisso receitam falso medicamento para atacar as dores sociais. Esse voto é o prato servido aos que não enxergam soluções, quaisquer que sejam as direções em que olhem. Todas as mensagens que lhes são propostas no processo eleitoral parecem falsas ou insuficientes. Há os que defendem com vigor a nulidade, sem estar ausente, entre eles, o consagrado José Saramago, em seu "Ensaio sobre a lucidez". O voto chamado válido perpetua o iníquo sistema político, afirma. Entendia o escritor português que o nulo é que traz a autenticidade desejada. Peremptório, ilustre procurador da Justiça em Minas Gerais pensa da mesma forma, lembrando que a cédula ou a tecla da urna eletrônica projeta uma solene farsa, nada mais sendo que instrumento de confirmação de privilégios.

Em rota diferente, pontificam juristas e cientistas, assinalando que ao eleitor não cabe o entendimento de que nenhum candidato presta, num excesso de zelo cívico. Na verdade, a eventual recusa generalizada, mas comedida, é direito que se concede à opção pelo voto em branco. Mais aceitável, porque nesse caso pratica-se um voto ativo. O nulo, não, porque nele o que se observa é a condenação total, revestida de raivoso desencanto. Essa diferença entre um e outro, se fosse possível consagrá-la, já seria um passo importante para impedir ciladas a eleitores não suficientemente informados. Porém, os que, mais uma vez, lançam-se a favor da inutilização não querem perder tempo com esclarecimentos. Dão-se por satisfeitos usando os muros para estampar seu ideal.

Há pouco o que fazer se a mensagem é descrença em tudo e em todos. Vale, entretanto, lembrar dois equívocos nos quais incidem os promotores dessa campanha: o primeiro é que não cuidam de elaborar propostas para o futuro, contentando-se em esbravejar contra o passado e o presente. O segundo equívoco é que, esperando atingir, indistintamente, todos os políticos, acabam atingindo a política, que nada tem a ver com os maus que dela se servem. Sendo assim, os agentes radicais nem cedem a um argumento conformista, ao qual muitas vezes o eleitor recorre: o voto no "menos ruim", que, longe de ser aceitável, pelo menos não assume o ódio como ferramenta de manifestação. O entusiasta "nulista" deixa de lado e condena o gesto do voto, no qual se sustenta o Estado Democrático de Direito.

Aos que, ao sopro dos desencantos, se sentirem animados com esse jeito de protestar, é de justiça serem informados que seu voto, optando-se pela nulidade, nem servirá para dar dimensão maior ao sentimento, a não ser breve figuração no cômputo eleitoral. Em nada altera, por mais numeroso que seja, pois o presidente e os governadores se elegem com 50% dos votos mais um. Como rege o parágrafo 2º do artigo 77 da Constituição Federal; o suficiente para condenar os nulos à insignificância e a perder identidade própria, misturando-se com as abstenções e brancos. Tal como se deu na estatística de 2016: todos, em cova comum, somaram 27,9%. Se for para se cobrar um gesto de seriedade no descontentamento que escolhe as madrugadas para ocupar muros em centenas de cidades brasileiras, que se recomende explicação mínima sobre a conveniência do voto, sabendo-se que o nulo está cabalmente demonstrado como inútil.

Disponível em: <<http://www.jb.com.br/editorial/noticias/2018/04/19/abaixo-o-voto-nulo/>>. Acesso em 21 de abril de 2018.

7 – Análise canônica do pronome SE_{VR} com verbos não acionais no constructo da oração: uma questão de uso

Denilson P. de Matos

Otília E. C. Sousa

Maria Soares de Araújo

1. Concepção canônica do pronome SE_{VR} no constructo da oração e gramaticalização

Os estudos sobre o pronome SE reflexivo (SE_{VR}¹: se variante reflexivo), com verbos não acionais, têm demonstrado a escassez de uma análise pragmática da morfossintaxe² deste fenômeno linguístico, que integre noções de canonicidade e gramaticalização. Compêndios gramaticais históricos e modernos têm apresentado o estudo do pronome reflexivo SE sem considerar sua atuação em duas instâncias: com verbos acionais e com verbos não acionais.

Assim também não tem levado em consideração a sua relação de integração, como item lexical de uma categoria dependente, que necessita da sua adaptação no constructo da oração, diante dos itens vizinhos (sujeito e verbo) para configurar seu sentido nesta relação. Além do mais, o que se considera como SE reflexivo com verbos não acionais, na verdade, é SE experienciador. Pois restaura a noção de reflexividade (si mesmo e não ao outro), mas não recupera a noção de reflexividade de voz reflexiva (a união de ativa mais passiva). Assim, é preciso pensar em uma voz experienciadora para determinar a voz verbal desta variante reflexiva.

Outro fator importante a considerar na análise do SE_{VR} é também diferenciar verbos pronominais de reflexivos, argumentando a mudança de sentido com ou sem o pronome. Na verdade, o pronome oblíquo em questão é complemento de verbo e exerce sua função de objeto direto de realce, o que determina seu papel como forma dependente (cf, Mattoso Câmara Jr.), buscando sua referência de sentido no sujeito e recebendo traços de sentido

1 SE_{VR} deve ser lido como "pronome *se variante reflexivo*"

2 Morfossintaxe, neste estudo, diz respeito à análise integrada do pronome e sua função sintática. Não podendo estudar separadamente em razão da necessidade de explicar no constructo da oração e não isoladamente.

também do verbo. A distinção entre verbos reflexivos e verbos pronominais nunca convenceu muito e não tem ajudado a determinar a função pragmática da morfossintaxe do SE_{VR} , com verbo não acional.

Determinar que um verbo é reflexivo, é descartar a função do pronome reflexivo, é limitar a sua função do pronome a partícula, é esquecer que o pronome reflexivo é uma forma dependente e que tem um modo de atuar, precisando adaptar-se aos outros itens vizinhos do constructo da oração. Este estudo atua como descrição e mudança linguística sob o princípio da gramaticalização no estudo canônico e prototípico do item pronome reflexivo com verbos não acionais.

Este estudo tem como interesse unir o canônico e a gramaticalização e propor uma análise à morfossintaxe do pronome reflexivo SE_{VR} :

a) verificar a contribuição da pragmática ao estudo da morfossintaxe do pronome reflexivo SE_{VR} ;

b) apresentar a relevância dos estudos canônicos e seu envolvimento em processos de gramaticalização do SE_{VR} ;

c) descrever a mudança linguística do SE_{VR} que envolve fatores como seu emprego com verbos não acionais, dessemantização de reflexividade, relação de sentido sujeito-experienciador ↔ verbo-experienciador ↔ objeto direto-experienciador.

d) explicar, sob a visão da gramaticalização, a mudança na análise do SE_{VR} sob o princípio da metaforização ou dessemantização na relação concreto/abstrato, metonimização do realce duplo, e referências nominalizadoras de pessoa na ordenação pré-verbal do pronome reflexivo variante;

e) propor uma análise para a morfossintaxe do pronome SE_{VR} , para SE_{EXP} e objeto direto de realce, com verbos não acionais;

f) mostrar que o modelo de descrição canônica e a gramaticalização podem se justificarem em termos de agregação.

Uma análise sobre o pronome SE_{VR} , numa perspectiva morfossintática, considerando aspectos históricos de natureza canônica sob o viés da gramaticalização, justifica-se neste estudo como concepção clássica de análise. Entendendo o valor que o histórico pode trazer para a análise da categoria do SE_{VR} , como mudança no tempo na sua relação histórica com padrões de

variâncias cognitivamente apreendidas numa unidirecionalidade do concreto para o mais abstrato (dessemantização, metaforização).

A noção de metaforização ou relação concreto/abstrato (pronome reto e pronome oblíquo), aspectos de contiguidade metonímica ou extensão por repetição do item **SE_{VR}** de realce duplo latino (**SESE**), contribui para entender melhor a função realçadora do pronome e sua manifestação no constructo da oração. A sua envergadura para a posição pré-verbal é entendida pelo compartilhamento de sentido referencial e pela referência à pessoa nas pronominalizações e em nominalizações sintagmáticas (sujeito e objeto direto). Estas informações ajudam a compreender a análise do pronome **SE_{VR}** e resolvem muitas dúvidas na análise morfofossintática deste item em questão, que tem deixado lacunas, ainda não resolvidas.

Nesta sessão, faz-se uma análise do **SE_{VR}** em compêndios gramaticais filológicos e modernos como ponto de partida para entender o funcionamento morfofossintático e funcional deste item. Os estudos nestes documentos vão indicar a regularidade do pronome pessoal oblíquo **SE_{VR}**, como variante do pronome pessoal reto, e o papel daquele como objeto direto, de origem no acusativo de realce duplo latino. Por ser usado com verbos não acionais, adquire uma natureza mais abstrata, viabilizando um processo de gramaticalização, ocorrendo a dessemantização (metaforização).

A dessemantização é um processo de gramaticalização em que há perdas de propriedades de um item para outro, numa relação concreto/abstrato, que pode se justificar em termos de mudança de um momento de assimilação para outro, em termos de contiguidade canônica. Assim, “associada a processos de (des)semantização, a metáfora, em gramaticalização, envolve a abstratização de significados, os quais, de domínios lexicais ou menos gramaticais, são entendidos metaforicamente para mapear conceitos de domínios gramaticais ou mais gramaticais” (GONÇALVES, LIMA HERNANDES, CASSEB-GALVÃO et al, 2007, p. 42-43).

Entende-se por histórico, neste estudo morfofossintático sobre o **SE_{VR}**, a apreensão canônica das expressões linguísticas percebidas em sua absorção originária sem, no entanto, desconsiderar o processo de gramaticalização. O estudo canônico diz respeito àquilo que é geral cognitivo ou geral linguístico, que reflete o modo pelo qual o mundo é apreendido.

A concepção canônica diz respeito àquilo que é mais geral, que serve de base para descrição originária, que serve para definir uma unidade. Nesta

perspectiva, o pronome pessoal oblíquo SE_{VR} é variante de um modelo-tipo (pronome reto), que serviu de base para originar um modelo singular, a forma variante oblíqua. O pronome reto assim como o pronome oblíquo são substantivos e exercem as funções de núcleos de sintagmas nominais. O SE_{VR} assume seu papel como variante por assumir sua posição como núcleo do objeto e não como núcleo do sujeito da construção.

O pronome reto como núcleo do sintagma nominal sujeito e o pronome oblíquo como núcleo do sintagma nominal objeto podem ser assim visualizados: [pron. suj. [SV+pron. obj]]. Enquanto o pronome sujeito é um argumento externo no constructo da oração, o pronome objeto é um argumento interno. Esta é a construção absorvida mais cedo pelo falante, mais comum ou neutra do idioma. Os pronomes retos foram absorvidos mais cedo e os pronomes oblíquos foram apreendidos mais tarde a partir da referência léxica dos pronomes retos.

Furtado da Cunha e Costa (2001, p. 65) explica o que é canônico em termos de estrutura oracional básica, destacando a transitividade.

O universal linguístico é o mesmo que universal cognitivo que reflete o modo pelo qual o mundo é apreendido. [...] Há, portanto, uma identificação entre os traços típicos da cláusula transitiva canônica e os traços que caracterizam o evento transitivo prototípico. [...] São esses os acontecimentos que a criança percebe e codifica gramaticalmente mais cedo, partindo, depois, da codificação desses para a codificação dos acontecimentos menos típicos. A codificação consistente do evento prototípico pode ser explicada pela saliência cognitiva que esses eventos refletem. [...] Desse modo, por refletirem elementos cognitivamente salientes, ligados ao modo pelo qual a experiência humana é apreendida, os parâmetros da transitividade assinalam elementos salientes no discurso.

Os autores explicam que o canônico corresponde aos acontecimentos percebidos e codificados gramaticalmente mais cedo. Em relação ao pronome oblíquo reflexivo SE_{VR} , este foi codificado depois dos pronomes pessoais retos, e depois dos pronomes oblíquos de primeiras e segundas pessoas. Estes provieram da necessidade primeira de registrar a percepção cognitiva da interlocução mais geral ou inicial (me e te).

Os autores justificam que o que é canônico e o que é prototípico não se diferenciam, uma vez que os traços típicos de um acontecimento linguístico canônico e os traços que caracterizam o evento prototípico se identificam e a mudança se faz por gramaticalização e não por reanálise ou analogia. Os pronomes retos se determinam pelos traços de um evento prototípico:

- a) pessoa ou coisa
- b) posição de sujeito
- c) substitui nome substantivo
- d) inicia sentença
- e) argumento externo em relação aos argumentos do verbo
- f) é um elemento de referência a nome.

Os pronomes oblíquos, formas pronominais variantes, manifestam os mesmos traços ou propriedades da categoria, com exceção dos traços:

- a) funciona como objeto e não como sujeito
- d) é argumento interno
- e) não inicia sentença

A dessemantização de uma construção originária a uma construção expandida ou singularizada pode ser explicada a partir dos traços mencionados a cada tipo de pronome pessoal (reto e oblíquo) acontece com o item no interior do constructo oracional. O processo é principalmente de natureza da dessemantização, o que determina esta análise ser de gramaticalização e não de reanálise ou mudança de regra.

Bachelet e Nunes (1942, p. 89) entendem os pronomes oblíquos como variantes dos pronomes retos e assim explica:

Os pronomes pessoais são os que designam mais particularmente as pessoas: 1ª. pessoa singular: eu, com as variações me, mim, comigo; plural: nós, com as variantes nos e conosco. 2ª. pessoa singular: tu, com as variações te, ti, contigo; plural: vós, com as variações vos e convosco. 3ª. pessoa singular: êle, ela, com as variações lhe, o, lo, la, se, si, consigo; plural: eles, elas, com as variações lhes, os, as, los, las, se, si, consigo. As variações são chamadas casos oblíquos.

Os autores descrevem os pronomes oblíquos como variantes dos pronomes retos. O SE_{VR} está configurado no estatuto dos pronomes canônicos variantes reflexos, apreendidos em momento posterior na sequência da codificação absorvida cognitivamente. Codificação e cognição equivalem a conhecimento linguístico e conhecimento de mundo apreendido pelo falante. Furtado da Cunha, pautando-se em um modelo funcionalista de inspiração em Givón, Hopper & Thompson (1980), explica que “conhecimento de mundo e conhecimento linguístico não são separados” (2001, p. 62).

Isso contribui para explicar que os pronomes oblíquos, formas variantes, não são construídos aleatoriamente, pois são absorvidos cognitivamente por sugestão de uso para adaptar-se às situações de comunicação ou discursivização. O processo de elaboração das construções linguísticas retoma a discussão da língua como um sistema adaptativo. Como afirma Bybee (2010, p. 167), a língua como sistema adaptativo “focaliza diretamente os processos de mudança que criam estruturas emergentes, pois esses processos ou mecanismos de mudança são a base fundamental para a explicação de porque a língua é como é”.

Rios de Oliveira (2013, p. 148) explica que “ao cognitivismo interessam os padrões construcionais fixados e estabilizados na língua, enquanto ao funcionalismo cabe, além dessa tarefa, a pesquisa dos processos que conduziram a tal fixação, as mudanças de forma e sentido ocorridas na trajetória histórica das línguas”. Assim: [SESE_{ACUS LAT DUPLO} → SE_{OBJ DIRET PORT SIMPLES}] acentua a sequência histórica ou canônica na relação de pronome de realce duplo para pronome de realce simples do latim para o português. Além disso, configura a sequência histórica [pronome reto → pronome oblíquo me e te → pronome oblíquo SE_{VR}].

Acrescenta-se ainda a sequência histórica do processo de pronominalização das nominalizações de referência à pessoa [substantivo-núcleo do sujeito → substantivo-núcleo do objeto]. Essa observação justifica a envergadura do SE_{VR} que sai da posição posterior ao verbo como complemento dele para junto do sujeito, antepondo-se ao verbo. No latim, as nominalizações tinham prioridade sob os verbos e foram assimiladas anteriormente aos verbos, por terem sua referência à pessoa, inicialmente captados mais cedo na experiência cognitiva do falante, e, representam uma relação que vai da referência à pessoa para a referência à ação e depois para a referência a sentimento ou qualidade.

Além disso, conforme Back e Mattos (1972, p. 197), “como ocorrem variantes para o complemento objetivo, a ordem das locuções deixa de ser constante. E, neste caso, frequentemente, o complemento objetivo surge antes do predicado”.

O pronome **SE_{VR}** tem sua origem no reflexivo duplo de realce **SESE**, usado como acusativo de realce com verbos não acionais no latim. Exemplos são encontrados nos textos de Virgílio (I, 466-513 a. C) na coletânea de textos clássicos feita por Magne (1945, pp. 140, 142, 173 e 182):

- (1) “Ergo inter **sese** paribusconcurreretelis romanas acies **iterumvidere** Philippi”.(texto em Latim de Virgílio: a.C, em antologias latinas publicadas por Augusto Magne, em 1945, p. 140).
- (2) “Primus et ire viam, et fluvios tentare minaces audet, ignoto **sese** committere ponto nec vanos horret strepitus” ... (texto em Latim de Virgílio: a.C, em antologias latinas publicadas por Augusto Magne, em 1945, p. 142).
- (3) “Non tamem Euryali, non ille oblitus amorum; nam **sese** apposuit Salio, per lubrica surgens: ille autem spissaiacuit revolutus harena”. (texto em Latim de Virgílio: a.C, em antologias latinas publicadas por Augusto Magne, em 1945, p. 173).
- (4) “... quem tota armentasequantur; illi inter **sese** multa vi vulnera miscende...” (texto em Latim de Virgílio: a.C, em antologias latinas publicadas por Augusto Magne, em 1945, p. 182).

Os verbos “ver, confiar, esquecer e agitar” são verbos não acionais e aparecem com o **SE_{VR}** duplo **SESE**, acusativo de realce duplo. O **SE_{VR}** com o verbo *ver* no exemplo traduzido: (1) *Por* isso, Philippi **se viu-se** novamente entre os anfitriões romanos na corrida igualmente com armas. O **SE_{VR}** com o verbo *confiar* no exemplo traduzido: (2) O primeiro caminho a percorrer, uma pessoa desconhecida sente horror com o barulho de nenhum valor, não **se confiando-se** no mar. O **SE_{VR}** com o verbo *esquecer* no exemplo traduzido: (3) Não **se esqueceu-se** do amor por ascensão a Salio diante de uma camada espessa escorregadia para a arena revoluta. O **SE_{VR}** com o verbo *agitar* no exemplo traduzido: (4) Todo o rebanho **se agitava-se** com muita força rodeando entre ele.

Nestes exemplos, é possível observar o uso do **SE_{VR}** como objeto direto de verbos não acionais. Em relação ao processo de gramaticalização, ocorre o processo metonímico, pois, “à medida que a frequência de uso desse padrão aumenta, o

marcador pós-verbal perde sua natureza enfática e se torna regular” (CEZÁRIO E FURTADO DA CUNHA, 2013, p. 34).

Isto justifica o emprego regular do SE_{VR} de realce duplo no latim, que deixa de ser um modo inesperado de reforçar um ponto discursivo e começa a ser interpretado como o modo normal de procedimento. Assim, os estágios sucessivos de análise se consubstanciam nas construções reflexivas de realce duplo em um processo contínuo de mudança na atribuição de fronteiras (cf. HOPPER; TRAUGOTT, 2003), como se percebe a seguir: $[[se+SV]se] \rightarrow [se+SV+se] \rightarrow se [SV+se] \rightarrow [SV + se]$.

Este mesmo fenômeno, por analogia, acontece também com o marcador pós verbal *não*, ou a negativa *não* de realce. Como se pode verificar a seguir: $[[n\tilde{a}o+SV] n\tilde{a}o] \rightarrow [n\tilde{a}o+SV+n\tilde{a}o] \rightarrow n\tilde{a}o[SV+n\tilde{a}o] \rightarrow [SV + n\tilde{a}o]$.

García (2011, p. 63) apresenta uma tabela com a classificação dos pronomes pessoais latinos no singular e no plural.

1 – Pronomes pessoais

SINGULAR

	1ª. pessoa	2ª. pessoa	3ª. pessoa
Nominativo	Ego	Tu	–
Genitivo	Mei	Tui	Sui
Dativo	Mihi	Tibi	Sibi
Acusativo	Me	Te	Se(sese)
Vocativo	-	Tu	–
Ablativo	Me	Te	Se

Fonte: GARCÍA, Janete Melasso. *Introdução à Teoria e Prática do Latim*, 2011.

PLURAL

	1ª. pessoa	2ª. pessoa	3ª. pessoa
Nominativo	Nos	Uos	–
Genitivo	Nostrum/nostri	Uestrum/uestri	Sui
Dativo	Nobis	Uobis	Sibi
Acusativo	Nos	Uos	Se (sese)
Vocativo	–	Uos	–
Ablativo	Nobis	Uobis	Se

Fonte: GARCÍA, Janete Melasso. *Introdução à Teoria e Prática do Latim*, 2011.

Neste quadro, pode-se perceber o pronome oblíquo átono **SESE_{VR}** categorizado em sua função de acusativo duplo de realce. O pronome **SE_{VR}** de realce duplo pode aparecer com um pronome oblíquo átono e com um pronome oblíquo tônico, sendo este acompanhado do pronome reforçativo “mesmo”:

(5): *Ele se diz a si mesmo*

Em que o “si mesmo” serve para diferenciar-se do outro. Conforme Nogueira (1942, p. 63), “muitas vezes, em linguagem enfática ou pleonástica, juntam-se dois pronomes na mesma função, sendo o segundo regido de preposição”. Na verdade, o pronome oblíquo tônico é enfático, continua com a mesma função de objeto direto preposicionado.

Pereira (2006, p. 33) apresenta um exemplo do uso do se duplo (acusativo de realce **SESE_{VR}**) no interior de Florianópolis, numa comunidade pesqueira, usado por uma pessoa idosa. Vê-se abaixo em:

(6) *E não foi essa a primeira vez que a minha irmã
se encasquetou-se com esse meu sobrinho.*

Eis a citação de Pereira (2006, p.33):

Sabemos que o PB só permite a realização de um único clítico por verbo. Com esse tipo de clítico, e também com os reflexivos, no entanto, podemos encontrar uma espécie de ‘dupla’: (37) “E não foi essa a primeira vez que a minha irmã se encasquetou-se com esse meu sobrinho”. [FLPPRI41:47:34]. Muito embora estas ocorrências não sejam facilmente encontradas nos bancos de dados que temos do PB, é comum observarmos este tipo de realização clítica em dialetos interioranos, de um modo geral. No falar do nativo de comunidades pesqueiras de Florianópolis, tal como expressa (37), por exemplo, estas realizações são percebidas mais comumente entre pessoas mais velhas e com pouco ou nenhum grau de escolarização.

Como se pode observar, ainda existe o uso da forma de realce duplo no emprego restrito aos falantes mais velhos. Emprego este constatado neste exemplo no interior de Florianópolis, em comunidades pesqueiras. O verbo “se encasquetar-se” não é um verbo acional, e o acusativo duplo exerce a função de

objeto direto duplo. Mesmo já tendo acontecido o processo de gramaticalização, é possível que alguns usos esporádicos tendam a não desaparecer por completo.

Figueiredo (1920, p. 162) explica o pronome **SE_{VR}** como um item dentro de um conjunto de pronomes átonos, que são variantes de pronomes pessoais retos. Atribui aos pronomes oblíquos duas funções sintáticas: objeto direto e objeto indireto, que ele denomina de função objetiva e função terminativa. Assim escreve o autor:

Os pronomes pessoais eu, tu, êle nós, vós, êles, têm função subjetiva: _eu estudo; eles aprendem. Raramente se nos deparam com função predicativa: Eu sou tu, e tu és eu. As variações daqueles pronomes, isto é, me, te, se, ti, si, lhe, migo, tigo, sigo, nos, vos, lhes, nôsco, vôsco, tem aplicações diferentes. Assim, me, te, se, nos, vos, tem função objetiva em casos como estes: Enganou-me, encontrei-te, iludiu-se, deitamo-nos, melindrastes-vos. E tem função terminativa, em casos como estes: Deu-me um relógio; trouxeram-te um presente; êle atribuiu-se virtudes (construção inusitada); o correio trouxe-nos boas notícias; o homem mentiu-vos.

O autor exemplifica o **SE_{VR}** com verbos não acionais:

(7) *Iludiu-se*

O pronome oblíquo com função de objeto direto, comprovando a conservação de sua origem como acusativo latino. Mostra ainda o autor que em casos bem específicos ou esporádicos, outra função pode se manifestar, como no exemplo abaixo, a função de objeto direto:

(8) *Êle atribui-se virtudes*

Neste caso, bastante restrito, aparece com função de objeto indireto. Explica ainda a frequência deste como objeto direto, já que o autor considera o emprego como objeto indireto uma construção inusitada.

Machado (1941, p. 132):

Não há em latim pronome pessoal de 3ª. pessoa; os pronomes demonstrativos fazem as suas vezes. Em compensação o pronome reflexo existe só na 3ª. pessoa, com formas paralelas para o singular e plural. As funções de reflexo nas

duas primeiras pessoas (1ª. e 2ª.:mei, tui, mihi, tibi, me, te) são desempenhadas pelos casos oblíquos dos pronomes pessoais respectivos.

A informação de que o pronome **SE_{VR}** só existe na terceira pessoa explica sua existência posterior aos pronomes de primeiras e de segundas pessoas. Isto se justifica pela relação primeira de interlocução ou fala (eu/tu; tu/eu), uma vez que a terceira pessoa é a de quem se fala, circunscrito posteriormente.

Machado (1941, p. 132) explica que a raiz do **SE_{VR}** vem da raiz do pronome possessivo. As formas genitivas (mey, tui, sui), conforme o autor, são originárias das raízes dos adjetivos possessivos latinos, que por sua vez deram origem às raízes dos pronomes pessoais oblíquos (me, te, se). Os pronomes reflexos acusativos e genitivos de primeiras e de segundas pessoas vieram da mesma raiz dos enclíticos retos (mei, mihi, me/tui, tibi, te). Os pronomes enclíticos reflexivos de terceira pessoa não vieram da raiz dos demonstrativos que deram origem aos pronomes pessoais retos de terceira pessoa. Vieram então da raiz dos pronomes possessivos (sui: sibi/se). Já “nos e vos” foram gerados da raiz dos pronomes retos.

Almeida ([1911], [1994], p. 136) descreve o pronome oblíquo átono duplo **SESE_{VR}** como uma variante do se acusativo: **SESE**, “variante do acusativo e também do ablativo (se, consigo) da 3ª. pessoa, pronuncia-se **SÉSE**, com acento na primeira sílaba”. O autor reconhece a função de objeto direto, pois os pronomes pessoais oblíquos são os que têm por função representar o complemento do verbo. Apresenta três formas de caso oblíquo do se (se, si, sigo), equivalendo a acusativo, dativo e ablativo.

Maurer Junior (1959, p. 106) descreve o pronome **SE_{VR}** como acusativo “cremos que, em geral, o latim vulgar distinguia os dois casos (dat. e acus.), no português antigo ainda se distinguem frequentemente os dativos mi, ti, si e os acusativos me, te, se”.

Conforme Ali (1964, p. 62), “o pronome reflexivo é o pronome oblíquo que se refere ao próprio sujeito do verbo: “eu feri-me com a faca”, “nós abstemo-nos de acompanhar os outros”, “êle vingou-se do inimigo”, “eles feriram-se a si mesmos”. Os exemplos apontam para o uso do se como objeto direto, e dentre os exemplos há o **SE_{VR}** com o verbo não acional “vingar”. O autor não separa os verbos acionais dos não acionais e não separa o plural

da reflexiva do singular da reflexiva plural. A construção abaixo merece uma reflexão:

(9) *Êle vingou-se do inimigo*

Nesta construção, “vingar” é um verbo indicativo de mudança de estado que equivale a ficar aliviado de algum sentimento preso de raiva, e não necessariamente “vingar-se a si próprio”. Estas sentenças são apresentativas, discursivas, inferidas, não são meramente representativas, diretas. Neste tipo de sentença, o **SE_{VR}** é objeto direto e assume seu papel em sentenças reflexivas variantes, por não se tratar de verbo que não é de ação, o pronome reflexo é uma categoria pronominal e não pode se limitar a uma partícula só porque ao retirar da sentença muda o sentido, até porque isso pode acontecer com qualquer objeto direto, independentemente de ser pronome. Além do mais, trata-se de uma categoria pronominal e por ser uma forma dependente, o sentido se recupera na sua relação com o sujeito e com o verbo, base do constructo oracional. A finalização da sentença “do inimigo” (dele, dela) indica muito mais um objeto indireto reforçativo, pois dá a entender que a informação relevante está na base da sentença canônica: [suj. + verb + obj direto pronominal]. O mais importante é dizer que se vingou do que de quem se vingou.

O “se” com verbos acionais representa a forma concreta ou canônica e o **SE_{VR}** com verbo não acional indica a forma mais abstrata, uma vez que primeiro a experiência com apreensão dos fatos físicos e depois com os sentimentos. Não é necessário aqui se falar do “se” com verbos acionais, pois as gramáticas não têm dúvidas sobre a análise desta unidade. O problema está com o “se” com verbos não acionais, pois há uma lacuna nas análises sobre como classificar o pronome “se” com verbos que não são de ação.

Cart, Grimal, Lamaison e Noiville (1986, p. 32) descrevem o pronome oblíquo **SE_{VR}** com verbo não acional “ver” na função de acusativo:

Quando o pronome pessoal não representa a mesma pessoa que o sujeito, recorre-se ao demonstrativo (Ei caverò: olho por ele). Quando o pronome representa a mesma pessoa que o sujeito, emprega-se o pronome reflexivo de 3ª, pessoa, que tem as mesmas formas para todos os gêneros no singular e no plural (acus. sē ou sese, se: Se videt: ele se vê, Superbi se laudant: os orgulhosos se louvam; gen. sūi,

de si;dat. Sibi, se a si: Sibicavet: olha por si mesmo; abl. Sē ou sēsē, (por) si.

O pronome **SE_{VR}** surge depois dos pronomes de primeira e de segunda pessoas (eu, tu, me, mim, te, ti), e depois dos demonstrativos que são usados para a terceira pessoa (ele, ela). Os reflexivos podem ser usados no singular na primeira, segunda e terceira pessoas (me, te, se) e, no plural, ou recíprocos (nos, vos, se), desde que se refiram a mesma pessoa do sujeito.

Os pronomes pessoais do caso reto na função de sujeito eram acentuados na sentença, assim como os pronomes oblíquos tônicos como dativo e ablativo, enquanto que os pronomes oblíquos átonos eram não acentuados e podiam ser influenciados pelos sons do verbo, de outro pronome, de outra palavra ou de partes do discurso.

Almeida (1983, p. 214) descreve três funções para o pronome oblíquo *se* (reflexivo):

É primeira função do *se* indicar reflexividade da ação, fazendo com que o sujeito *se* torne, ao mesmo tempo, agente e recipiente da ação verbal. Essa função tem o *se* dos latinos, função acusativa, isto é, de objeto direto. Com tal função, o *se* é empregado com os verbos transitivos diretos, e tanto o verbo como o *se* se dizem reflexivos. Reflexividade porque a ação tem necessariamente de atingir um objeto, que no caso é o próprio sujeito”.

O autor diz que o pronome **SE** reflexivo (sem distinguir a diferença entre verbo acional e verbo não acional) é um refletor de ação sobre o próprio sujeito, e que o pronome átono (*se*) torna o sujeito agente e receptor da ação verbal. Explica ainda que o pronome exerce função de objeto direto e que deve vir com verbos transitivos diretos. Define reflexão como ação refletida, ação de ida e volta, a ação tem de atingir um objeto que é o próprio sujeito. Esta descrição põe o *se* (reflexivo) em relação com os elementos da oração (sujeito agente e receptor, verbo de ação, e objeto refletor sobre o sujeito).

Estes elementos retratam o caráter canônico da oração com verbos de ação. No entanto, o **SE_{VR}** é parte de uma construção mais abstrata com verbos não acionais. Neste caso, a construção mais abstrata vai perdendo propriedades da construção canônica e se ajustando a um sistema adaptativo no decurso de uma gramática emergente.

Almeida ([1911], [1994], [2004], p. 162) informa que “o pronome de 3ª. pessoa (sui, sibi, se, se) não possui nominativo. Essa falta é suprida pelo demonstrativo is, ea, id; is corresponde ao pronome pessoal português ele ou ao demonstrativo este; ea ao pronome ela ou ao demonstrativo esta; id, forma neutra, serve para traduzir o demonstrativo em frases como estas: Oiça o que lhe digo”. As funções de acusativo, dativo e ablativo são as exercidas pelo pronome reflexivo de terceira pessoa. O se reflexivo átono exerce a função de acusativo (objeto direto).

Tufano (1985, p. 97-98) explica que os pronomes retos funcionam na sentença como sujeito e os oblíquos exercem a função de complementos e justifica: “são retos quando desempenham a função de sujeito, e oblíquos quando desempenham a função de complementos. Os oblíquos podem ser tônicos ou átonos”.

Mesquita e Martos (1992, p. 139) reconhecem o pronome “se” reflexivo como pronome átono de 3ª. pessoa do discurso, serve para substituir o substantivo e indicam pessoas gramaticais. O autor não dá exemplo com o pronome reflexivo “se” nem com verbos de ação e nem com verbos não acionais. Como se pode perceber, há uma lacuna a ser explicada sobre isso.

Ferreiro (1992, p. 114) registra o pronome “se” como pronome átono e reflexivo e reconhece sua função como complemento: “os pronomes pessoais oblíquos, na oração, funcionam como complemento, isto é, como não-sujeito”. O autor não se estende com exemplificações sobre o pronome com verbos acionais ou não acionais.

Luft ([1921], [1990], p. 101) explica que são pronomes reflexivos “quando a ação do verbo recai sobre o sujeito” e registra o pronome “se” como reflexivo de 3ª. pessoa e que, na oração, exerce função de objeto direto ou objeto indireto. O autor também não cita exemplos e não aprofunda a explicação com exemplos com verbos acionais ou não acionais.

Cunha (1985, p. 277) explica que “os pronomes desempenham na frase funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais”. E acrescenta “quando o objeto direto ou indireto representa a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito do verbo, ele é expresso por um pronome reflexivo” (p. 282-283). Exemplifica o autor:

(10) *Fabiano levantou-se, um brilho de indignação nos olhos*
(G. Ramos, VS, 157).

Verifica-se que no exemplo (10) há o emprego do “se” com verbo acional. Mais uma lacuna é deixada para explicar o pronome **SE_{VR}**. Esta análise se circunscreve sob o legado da gramaticalização (dessementização concreto/abstrato), a que se propõe este estudo, o “se” será revisto como pronome reflexivo se desgarrando da reflexividade e adquirindo traços de experiencição como argumento interno na relação com o verbo, sendo assim considerado uma variante reflexiva em situação de gradiência, exercendo o papel de objeto direto experienciador na sua relação sujeito→verbo→objeto.

Em síntese, todo este apanhado de informações demonstram a estabilidade do pronome **SE_{VR}** como objeto direto de realce, com verbos não acionais, que motivam o desgarramento da reflexividade, restringindo a produtividade do **SE_{VR}** com outras funções (objeto indireto, por exemplo). O desgarramento da reflexividade é compreendido como um fenômeno de mudança linguística.

Conforme Bybee (2016, p. 167):

A mudança linguística não é apenas um fenômeno periférico que pode ser incluído em uma teoria sincrônica; sincronia e diacronia precisam ser vistas como um todo integrado. A mudança é uma janela para representações cognitivas e um criador de padrões linguísticos. Além disso, se concebermos a língua do modo descrito tanto como variável quanto tendo categorias gradientes, então a mudança se torna parte integral do quadro completo.

A língua é concebida como variável e com categorias gradientes. O desgarramento é compreendido como uma representação cognitiva e como uma variante de um modelo-tipo da construção com reflexividade para um tipo de construção que se desgarr da reflexividade para uma construção mais gramaticalizada ou experienciadora nesta perspectiva da dessementização pelas perdas de propriedades reflexivas.

A seguir, será feita uma análise do **SE_{VR}** numa perspectiva da gramaticalização e da canonicidade, considerando a dessementização. Devido o foco da pesquisa na morfossintaxe, a análise do **SE_{VR}** será restrito aos aspectos pragmáticos e semânticos que influenciam a natureza funcional do pronome **SE**, como uma variante reflexiva, e como uma variante acusativa, uma vez que é tratado com verbos não acionais.

2. Dessementização no desgarramento da reflexividade do SE_{VR} sob a visão de gramaticalização

O SE_{VR} com verbos não acionais assume um processo de dessementização na sua relação com a voz reflexiva no constructo sujeito→verbo→objeto. A perda de propriedades de conteúdo vai enfraquecendo sua consistência como reflexivo invariante. Quanto mais abstrata a sua relação, mais desgarrado vai ficando o objeto direto reflexivo da voz reflexiva e se gramaticalizando como objeto direto reflexivo variante, assumindo seu papel de experienciador numa situação volitiva. Neste sentido, os elementos envolvidos no processo de gramaticalização vão perdendo valor representacional da sentença e adquirindo novas funções de natureza pragmático-discursiva ou apresentacional.

Conforme Martelotta (2011, p. 108):

A dessementização caracteriza-se pela perda de conteúdo semântico. Os elementos envolvidos no processo de gramaticalização perdem valor representacional, e, ao assumir a nova função gramatical, adquirem funções de natureza pragmático-discursiva.

A mudança de significação, que não é senão uma forma de uso, transporta valores semânticos de um item na sentença para outros itens. O SE_{VR} assume seu papel como sinalizador de agentividade não referida pelo sujeito, na sua relação com o verbo, a transitividade, na relação verbo e objeto, fica enfraquecida, por fatores relativos à limitação de traços prototípicos de transitividade acional. Desencadeando assim alterações no sistema da língua fora dos padrões canonicamente estabilizados com os verbos acionais.

DESSEMANTIZAÇÃO POR GRAMATICALIZAÇÃO	
Protótipo (exemplar) SE_{INVR} Complemento pronominal oblíquo Forma dependente (natureza clítica) Objeto direto reflexivo Verbos acionais Voz reflexiva Objeto direto reflexivo	Variante do protótipo (não exemplar) SE_{VR} Complemento pronominal oblíquo Forma dependente (natureza clítica) Objeto direto desgarrado da reflexividade Verbos não-acionais Voz experienciadora. Objeto direto experienciador
Participantes: sujeito/objeto direto de transitividade canônico-prototípica.	Participantes: sujeito/objeto direto de transitividade canônico-não-prototípica.
Papel semântico dos participantes sujeito e objeto reflexivos de voz reflexiva prototípica canônica.	Papel semântico dos participantes sujeito e objeto reflexivos de voz reflexiva gradiente (voz experienciadora)
Ordenação dos argumentos depende da sua relação com o verbo: finalizadores de sentença: objeto indireto (terminativo).	Ordenação dos argumentos depende da sua relação com o verbo: finalizadores de sentença: objeto indireto, adjunto adverbial, predicativo do objeto, zero.
Sentença de natureza representacional.	Sentença de natureza apresentacional

O SE_{VR} , a princípio, é condicionado por fatores de interdependência dos componentes semântico e pragmáticos sob os aspectos morfossintáticos. Assim, uma cláusula canônica sob o âmbito da gramaticalização invoca pensar em propriedades que regulam fatores pragmáticos na análise morfossintática do tipo:

- a) estrutura argumental mínima com dois componentes (sujeito e objeto)
- b) ordenação destes argumentos em relação ao verbo, complementos e adjuntos finalizadores da sentença
- c) papéis semânticos desses argumentos

Conforme Furtado da Cunha e Costa (2011, p. 62), “a transitividade de uma cláusula é definida como a transferência de uma atividade de um agente para um paciente, apresenta um componente semântico e um sintático, contudo, a manifestação discursiva de um verbo depende de fatores pragmáticos”.

O SE_{VR} no constructo oracional permite uma relação sujeito e verbo que não se reconhece como agente e paciente. Logo, fatores pragmáticos precedentes impulsionaram mudanças sobre o uso do pronome reflexivo, tornando-se uma variante reflexiva.

A reflexividade vai se abstrativando, o objeto direto vai se desgarrando da reflexividade, que também vai se abstratizando, para uma posição de acentuar realce ao sujeito e não dá procedência progressiva ao verbo, vai se deslocando para próximo do sujeito. Este processo de metaforização é definido como “um caso de operações entre domínios cognitivo-conceituais, imprescindível no processamento mental e no intercâmbio de significação comunicativa” (FURTD DA CUNHA, BISPO E SILVA, 2013, p. 33).

O pronome SE_{VR} sofre interferência de perdas de propriedades de reflexividade, tornando-se um pseudo-reflexivo. O pronome reflexivo protótipo foi apreendido mais cedo e o pronome reflexivo variante foi introduzido mais tarde com os verbos não acionais. O SE_{VR} se institui numa relação de micro socialização da informação [si mesmo]. Funcionalmente, o desgarramento do SE_{VR} da reflexividade acontece em razão das mudanças da unidade no constructo da oração, ajustando-se como $SE_{EXPERIENCIADOR}$, assumindo a função do SE_{VR} e objeto direto de realce [funcional: pragmática → semântica → morfossintaxe].

O SE_{VR} indicia seu papel de compartilhar atitudes entre o eu e o outro, adaptando-se a uma socialização micro (de mim para mim mesmo). Conforme Will (2013), sociação, em Simmel, não significa associação, significa integração, socialização, compartilhamento. Em termos pragmáticos, o desgarramento da transitividade verbal acional do SE_{VR} acontece em função da mudança que a unidade sofre sob os efeitos no constructo da oração, motivado pelo uso que o falante faz da língua na codificação de significados para atuar interativamente com verbos não acionais.

Com a preponderância dos estudos pragmáticos, o SE_{VR} assume seu papel como objeto direto desgarrado da reflexividade. Isto devido a sua estabilidade como reflexivo variante, objeto direto estabilizado em verbos não acionais, no estatuto de micro compartilhamento. Tudo isso tem assegurado seu papel como elemento de mudança linguística como elemento estabilizado

ou gramaticalizado como desintegrado da reflexividade, como elemento de constituição de valor experiencial.

Decat (2011) explica o desgarramento como uma unidade desligada formalmente, mas não semanticamente. Mesmo se desgarrando da reflexividade, ele preserva traços de reflexividade. Diz ainda a autora que “quanto maior a intenção comunicativa de ênfase, de foco, maior a tendência ao desgarramento” (p. 62). Conforme Furtado da Cunha (2011, p. 62), “a transitividade é definida como transferência de uma atividade de um agente para um paciente e apresenta um componente semântico e um componente sintático”. A transferência agente e paciente no emprego do SE_{VR} perde propriedades nesta relação, uma vez que o verbo não acional enfraquece a sustentabilidade da relação agente e paciente. Esse enfraquecimento reflexivo de voz verbal impede que o SE_{VR} assuma seu papel como objeto direto concreto de transitividade acional, mas conserva sua função como objeto direto mais abstrato, experienciador. Assim, instaura-se o processo de metaforização ou dessemantização:

[concreto: reflexividade com transitividade acional → voz reflexiva; abstrato → reflexividade com transitividade não acional → voz experienciadora]

Macambira (1986, p. 132) chama a atenção para os aspectos físicos e psicológicos na apreensão da linguagem.

O autor explica que “o sânscrito tem curioso pronome reflexivo – é o substantivo **tanu** ‘corpo’, equivalente a me, te, se, nos, vos, se” e cita o exemplo:

(11) *Tanum as hanti ‘Ela se golpeia’*

Literalmente traduzido como ‘O corpo, ela golpeia’ (Ela golpeia o corpo dela mesma, Ela se golpeia). Daí a mesma ideia para ‘Ela se feriu’ (o corpo, ela feriu), ‘Ela se cortou’ (o corpo, ela cortou), ‘Ela se lavou’ (o corpo, ela lavou). É interessante também observar que aparece no acusativo, objeto direto.

No sânscrito, o substantivo *âtman* ‘alma’ também se usa como reflexivo;

(12) *Âtmanam sã hanti ‘ela se golpeia’*

Literalmente traduzido como: ‘a alma, ela golpeia’, em que *âtmanam* está no acusativo, objeto direto. Diz o autor que em árabe, *naḥsun* ‘alma’ também se usa como pronome reflexivo:

(13) *Gnôthiseautón ‘conhece-se a si mesmo’*

Os substantivos ‘corpo’ e ‘alma’ eram usados como reflexivos. Nota-se que golpear o corpo tem um efeito físico e golpear a alma tem um efeito psicológico. Isso ajuda a entender o uso do reflexivo com sentido psicológico SE_{VR} e com sentido físico SE_{INVR} . Numa visão canônica sob a ótica da gramaticalização, tem-se um conteúdo concreto e primeiramente assimilado, no sentido físico como “João abriu a porta”; e num conteúdo mais abstrato no sentido psicológico “João se abriu para o amigo”.

Conforme os autores (GONÇALVES, LIMA HERNANDES, CASSEB-GALVÃO et al, 2007, p. 43), “essa abstratização diz respeito à forma como os seres humanos compreendem e conceituam o mundo que os cerca”. A gramaticalização implementa esta escala na mudança cognitiva, não se confundindo com a dicotomização das formas fixas, pois se reconhece na maleabilidade das categorias pelo acúmulo ou perdas de propriedades no reajuste de formulação das construções, licenciado pela gramática emergente na mudança linguística.

Busse e Vilela (1986, p. 99) explicam que o objeto direto é um termo que ocupa um lugar vazio adjacente ao léxico (verbo) e que é um argumento (actante) do verbo. Os autores consideram os verbos com o SE_{VR} como manifestadores de estado psíquico.

(14) *O jogador enervou-se com a derrota*

(15) *A criança angustiou-se com a trovada*

Explicam ainda os autores que “o experienciador é a entidade que, por exemplo, nos verbos ditos psicológicos, é o sujeito do estado mental ou experiência implicados no significado do verbo” (p. 96). Isso contribui para se pensar o objeto direto pronominal reflexivo como experienciador, uma vez que há o redobro de formas com o mesmo valor de significação, o sujeito e o objeto são experienciadores.

$$[\text{su}_{\text{exper}} [\text{Verb}_{\text{exper}} \rightarrow \text{Obj}_{\text{exper}}]]$$

O pronome oblíquo reflexivo é uma forma dependente e por isso recebe influência semântica ou de significação dos outros elementos da sentença como sujeito e verbo ou ainda de outros termos continuadores ou finalizadores na sentença. A análise a que se propõe neste estudo é a função de objeto direto pronominal experienciador com verbos não acionais e não de objeto direto pronominal reflexivo ou de falso reflexivo. Nesta análise inclui também a noção

de gradiência por meio do desgarramento reflexivo do SE_{VR} numa relação de fluidez em direção a um SE_{EXPER} .

De acordo com Souza (2016, p. 30):

Os verbos, além de ação e estado, também indicam processo, ação-processo e estas categorias, por sua vez, recobrem indicação de experiência, causalidade etc., fato que vai, sem dúvida, implicar na diátese estabelecida entre sujeito e verbo; a união da sintaxe com a semântica oferece análises mais adequadas do que aquelas pautadas apenas no componente sintático; trazer também para o sujeito o traço de Experienciador seria tornar, mais antevisto nas hipóteses, mais lógica; abrangente e, para isso mesmo, mais completa a sua definição e classificação.

A autora informa sobre a relevância da relação sintaxe e semântica no estudo que integra sujeito e verbo nesta relação de experiencição. No entanto, neste estudo, o objeto direto também se revela como experienciador na sua relação com o sujeito em parceria com o verbo, envolvendo o constructo oracional de base (sujeito→verbo→objeto).

Conforme abordagem de Souza (2016), que retoma estudos de Tesnière e Filmore sobre os argumentos do verbo e sobre as noções de voz e sujeito da gramática tradicional, a gramática precisa rever esta questão dos casos semânticos, e propõe uma voz experienciadora na relação sujeito e verbo como intermediária entre ativa, passiva e reflexiva.

Por ser o pronome SE_{VR} uma forma dependente, conforme estudos em Câmara Jr., é natural que receba influência de traços semânticos de experienciador dos termos que lhes fornecem garantia significativa. O pronome reflexivo SE_{VR} exerce a função de objeto direto, e por ser um pronome uma forma dependente, que compartilha a mesma referência com o pronome sujeito, desenvolve uma relação de microsocialização (eu↔mim mesmo), diferente dos outros pronomes complementos que se manifestam em situação de macrosocialização (eu↔outro).

Tufano (1985, p. 141) compreende que a voz reflexiva é “quando o sujeito é ao mesmo tempo agente e paciente, isto é, pratica e recebe ação”. E cita o mesmo exemplo com o verbo “ferir” acompanhado do SE . É unânime entre os gramáticos o conceito de voz verbal reflexiva como “a forma que o verbo assume para indicar que o sujeito pratica e recebe a ação ao mesmo”. Diante

do ensejo de suprir esta necessidade de análise do SE_{VR} com verbos que não são de ação, este estudo se faz necessário e imprescindível.

Referências

ALI, Manoel. Said. **Gramática secundária e Gramática histórica da língua portuguesa**. Edição revista e atualizada por Evanildo Bechara e Maximiano de Carvalho. Editora Universidade de Brasília, 1964.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina: curso único e completo**. Primeira edição em 1911, e 25ª. edição em 1994. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

_____. **Gramática latina: curso único e completo**. Primeira edição em 1911, e 25ª. edição em 1994. São Paulo: Saraiva, 2004.

BYBEE, Jean. **Língua, uso e cognição**. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. Revisão técnica de Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo, Cortez, 2016.

BACHELET, Mário & NUNES, José de Sá. **Gramática: novo manual de língua portuguesa**. Coleção de livros didáticos, FTD, exigida pela portaria 172, IX, 1-b de 17-VII, 1942, para 4 séries do ciclo ginasial. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, Paulo de Azevedo & Cia., Ltda, 1942.

BACK, Eurico. **Gramática construcional da língua portuguesa. I volume**. (Pesquisa realizada sob os auspícios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná). 1ed. Editora FTD. S.A. São Paulo, 1972.

BUSSE, Winfried; VILELA, Mário. **Gramática de Valências**. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.

CART A.; GRIMAL, P.; LAMAISSON, J.; NOIVILLE, R. **Gramática latina**. (Tradução e adaptação de Maria Evangelina Villla Nova Soeiro). T.A

QUEIROZ, EDITOR: EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1986.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romero. In: CEZÁRIO, Maria Maura & FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (Org.). **Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. **Estruturas desgarradas em português**. São Paulo: Pontes, 2011.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Gramática sintética da língua portuguesa**. 3 ed. (corrigida e aumentada). Lisboa: Livraria clássica editora de A.M. Teixeira. Praça dos restauradores, 17, 1920.

FURTADO DA CUNHA, M. Angélica & COSTA, M. Antônio. **A interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático**. In Veredas-Revista de estudos linguísticos. Juiz de Fora: UFJF, V.5, N 2, 2001.

GARCIA, Janete Melasso. **Introdução à Teoria e Prática do Latim**. 3.ed. ver. Ampl. 1ª. reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB- GALVÃO; CARVALHO, Cristina dos Santos. **Tratado geral sobre gramaticalização**. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB- GALVÃO, Ana Cristina (organização); RODRIGUES, Angélica Terezinha Carmo...[et al]. **Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação** (Em uma homenagem a Maria Luiza Braga). São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

LUFT, Celso Pedro. **Novo Manual de Português**. São Paulo: Globo, 1990.

MAGNE, Augusto. **Antologia Latina para a Quarta Série Ginásial**. (2ª. impressão revista). São Paulo: Editora Anchieta S.A., 1945.

MACAMBIRA, José Rebouças. **Estrutura do vernáculo**. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1986.

MACHADO, Raúl. **Questões de gramática latina: tômo segundo: Morfologia geral e elementos de morfologia histórica.** Lisboa: livraria clássica editora, A.M.Teixeira& Ca. (Filhos). Praça dos Restauradores, 17. 1941.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso.** São Paulo: Cortez, 2011.

MESQUITA, Roberto Melo; MARTOS, Gloder Rivas. **Gramática pedagógica.** São Paulo: Saraiva, 1992.

PEREIRA, Ana Luiza Dias. **Os pronomes clíticos do PB contemporâneo na perspectiva teórica na Morfologia Distribuída.** Tese de Doutorado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fevereiro, 2006.

RIOS DE OLIVEIRA, Mariângela Rios. **Gramaticalização de construções como tendência atual dos estudos funcionalistas.** São Paulo: Revista Estudos linguísticos, 42 (I), p. 148-162, jan-abril, 2013.

SOUZA, Medianeira. **Sujeito e voz verbal: achados sintático-semânticos.** In: SILVA, Camilo Rosa; HORA, Dermeval da Hora (Orgs). **Formas & Conteúdo: Estudos de Sintaxe e Semântica do Português.** João Pessoa, Idea, 2016.

TUFANO, Douglas. **Estudos de língua Portuguesa: Gramática.** São Paulo: Moderna, 1985.

WILL, Bianca. **GEORG Simmel: compreensão inicial.** Artigo por Bianca Will. Em 09/09/2007. Reeditado em 10/02/2013. Código de texto: T645632. São Paulo: Editora publique seu livro. Política de privacidade/condições de uso. <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/645632>.

SOBRE OS AUTORES

Adílio Junior de Souza

Doutorando e Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB (PROLING/UFPB), especialista em Língua portuguesa e Literatura brasileira e africana de língua portuguesa e graduado em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Professor temporário de língua latina e linguística na URCA, campus de Campos Sales/CE. Foi membro do Grupo de Pesquisa Teorias Linguísticas de Base (TLB), registrado no CNPq (UFPB/2014-2016). Coordenou o Projeto Estudos Clássicos (URCA/2016-2018). Desenvolve pesquisas em linguística, filologia e língua latina. É autor/coautor de capítulos de livros na área da linguística. Livros teóricos, de contos e poesias publicados. E-mail: adilivs@gmail.com

Ana Beatriz Arena

Professora adjunta de Língua Portuguesa da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, com mestrado e doutorado em Estudos de Linguagem pela UFF. É pesquisadora do Grupo de Estudos Discurso e Gramática(D&G) e do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações (CCO), ambos sediados na UFF. Foi professora dos ensinamentos fundamental e médio nas redes pública e particular do Rio de Janeiro. É revisora do periódico Cadernos de Saúde Pública, editados pela ENSP/Fiocruz. Dedicou-se à elaboração de projeto de pesquisa sobre a rota de mudança linguística de construções de resultado, na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso. Conta com publicações de artigos e capítulos de livros, além de apresentações de trabalhos em congressos e seminários nacionais e internacionais. E-mail: bia.arena@gmail.com

Denilson Pereira de Matos

Doutor em estudos Linguísticos pela UFF, mestre pela PUC/RJ e graduado e especialista pela UERJ. Desenvolve pesquisa na área de Linguística Funcional e de Linguagem e tecnologia, esta, principalmente, nas discussões sobre letramento e EaD. Líder do Grupo de Pesquisa Teorias Linguísticas de Base/TLB e pesquisador no Grupo Variação Linguística no Estado da Paraíba. Coordenador de cursos lato sensu a distância pela UAB. Professor permanente

do Programa de Pós-graduação em Linguística/PROLING e do Programa de Mestrado Profissional em linguística e ensino (PGLE). Coord. de projeto PROLicen. Livros e DVDs publicados, além de instrucionais/EaD. Trabalhos publicados em congressos nacionais e internacionais. Em 2017/2018 organizou e publicou os Livros “Abordagens Funcionalistas: Morfossintaxe e Léxico” e “Ensino de Língua Portuguesa: leitura, produção e métodos”. E-mail: denilson@cchla.ufpb.br

Dyoney Moreira Gomes

Professor Associado 2 do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB), atuando no desenvolvimento de pesquisas sobre línguas indígenas, português do Brasil e língua brasileira de sinais (Libras); atua também na formação inicial e continuada de professores. Possui licenciatura em Letras pela UnB. Concluiu mestrado e doutorado em Linguística na UnB, tendo sido, durante este último período de formação, pesquisador visitante nos seguintes centros de pesquisa franceses: Centre d'Études de Langues Indigènes d'Amérique (CELIA/Paris) e Laboratoire Dynamique du Langage (DDL/Lyon). Coordenou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) entre 2014 e 2018. Foi coordenador do programa de pós-graduação em Linguística da UnB (mestrado e doutorado), no biênio 2012-2013. E-mail: dioney98@gmail.com

Mabel Giammatteo

Doctora en Letras por la Universidad de Buenos Aires y se desempeña como Prof. Titular de Gramática en la FFyL (UBA) y como coordinadora de la Diplomatura Sup. en Ciencias del Lenguaje del Instituto Sup. del Profesorado “J.V.González”. Fue Prof. invitada en varias universidades del exterior y dicta seminarios de posgrado en diversas universidades argentinas. Dirigió siete proyectos sobre léxico, gramática y aprendizaje (SECyT,UBA). En 1999 recibió el premio ALFAL, en 2004 obtuvo la beca premio del Banco Santander-Río para investigación aplicada. Fue Vicepresidenta (2010-2012) y Presidenta de la Sociedad Argentina de Lingüística (2012-2014). Entre sus publicaciones destacan ¿Cómo se clasifican las palabras? (2006), con H. Albano, con quien coordinó Lengua. Léxico, Gramática y Texto (2009) y El léxico: De la vida cotidiana a la comunicación cibernética(2012). Con A. Parini publicó Len-

guaje, discurso e interacción en los espacios virtuales (2014) y El Lenguaje en la comunicación digital (2016) y con Parini y Gubitosi coeditó El español en la red (2017). Email: ggiammat@gmail.com

Magda Bahia Schlee

Graduada em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro nos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação stricto sensu, na área de Estudos de Língua. Tem experiência na área de Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: Linguística Sistêmico-Funcional, sintaxe, produção textual, ensino-aprendizagem de língua portuguesa. É autora da Gramática da Língua Portuguesa para Leigos. E-mail: magdabahia@globo.com

Maria Cristina Moraes de Carvalho

É mestra em Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG), professora do Instituto Federal de Goiás (IFG) - Câmpus Goiânia e doutoranda em Linguística na Universidade de Brasília (UnB). Atua nas áreas de linguística e língua portuguesa e desenvolve projetos em linguística funcional centrada no uso, gramaticalização, mudança linguística e ensino de língua portuguesa. Tem interesse em investigar integração oracional em gêneros argumentativos. E-mail: macri_carvalho@yahoo.com.br

Maria Soares de Araújo

Professora assistente da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), lotada no curso de Letras; doutoranda pelo Proling-UFPB com pesquisa em Funcionalismo (descrição e mudança linguística) sob a orientação do prof. Dr. Denilson P. de Matos; participante do grupo de estudos e pesquisas do TLB (Teorias Linguísticas de Base), grupo presidido pelo prof. Dr. Denilson P. de Matos. Tenho mestrado em Psicologia pela UNIFOR, com dissertação sobre “o sujeito aprendiz e a leitura e a escrita em letramentos múltiplos”. E-mail: araujo.soares66@gmail.com

Mariangela Rios de Oliveira

Professora titular de Língua Portuguesa da UFF, com mestrado e doutorado pela UFRJ. Tem estágio de pós-doutoramento na Universidade Aberta - Lisboa. É pesquisadora do CNPq e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF. Lidera nacionalmente o Grupo de Estudos “Discurso & Gramática” e é membro do Conselho da Associação Brasileira de Linguística (Abralin). Faz parte do conselho editorial de diversos periódicos do Brasil e atua em comitês de avaliação como os da SBPC e da Fapesp. Foi editora da Revista Gragoatá, de 2006 a 2016, e presidente da Abralin, no biênio 2013-2015. Desenvolve pesquisas na vertente da Linguística Funcional Centrada no Uso, na investigação de rotas de mudança linguística em categorias morfossintáticas do português, com organização de coletâneas e publicação de artigos e capítulos de livro, além de uma série de apresentações de trabalho, de oferta de minicursos e de organização de eventos com foco na vertente dos estudos funcionalistas. É uma das organizadoras das coletâneas “Linguística funcional centrada no uso: teoria e método”, publicada pela Lamparina/Faperj, em 2015, e “Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes”, publicada pela Editora da UFF, em 2017. E-mail: mariangelariosdeoliveira@gmail.com

Otilia Costa e Sousa

Possui Doutorado em Linguística (Universidade Nova de Lisboa) e Agregação em Educação (Universidade de Lisboa). É Professora Coordenadora Principal na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa. Professora Convidada do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Investigadora do UIDEF, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Coordenadora Institucional do Programa Nacional de Ensino do Português (2006-2009); Responsável pelo Português no projeto Mais Sucesso Escolar – Escolas Híbridas (2010-2014). Interesses de Investigação: Linguística e Educação – Ensino de língua (L1 e L2) e formação de professores. Publicações de referência: Textos e Contextos (2015); Tempo e Aspecto: o Imperfeito num corpus de aquisição; Desempenho ortográfico em estudantes do ensino superior (2017, Castelo & Sousa) Projeto atual: Oracy in the school culture. E-mail: otillas@eselx.ipl.pt

Vania Lúcia Rodrigues Dutra

Doutora em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora da área de Estudos de Língua do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu e coordenadora do Curso de Especialização em Língua Portuguesa. Professora Titular da Universidade Federal Fluminense, Coluni-UFF (aposentada). Membro dos grupos de pesquisa “EAPLA – Ensino e Aprendizagem na Perspectiva da Linguística Aplicada” (GT da ANPOLL) e “SAL-Brasil, Grupo de Pesquisa Sistêmica, Ambientes e Linguagens”. Desenvolve pesquisas na área da Linguística Sistêmico-Funcional, com ênfase nos seguintes temas: ensino de Língua Portuguesa, gramática funcional, leitura e produção textual. E-mail: vaniardutra@hotmail.com



Este livro foi diagramado pela Editora UFPB em 2018, utilizando a fonte Minion Pro. Impresso em papel Offset 75 g/m² e capa em papel Supremo 250 g/m².

A publicação de USOS
LINGUÍSTICOS: DESCRIÇÃO
E ANÁLISE pretende divulgar
trabalhos de pesquisadores
brasileiros e estrangeiros que
percebem, no uso da língua,
concreta oportunidade de se
desenvolver a pesquisa linguística.
Valorizando o funcionamento
das estruturas, construtos,
cláusulas, textos e discursos,
tendo em mente que necessidades
comunicativas podem influenciar
a estrutura de uma língua.”

ISBN: 978-85-237-1383-6



9 788523 713836